



ACADEMIA MILITAR

**ÂMBITO DE ATUAÇÃO, MISSÕES E TAREFAS DOS DESTACAMENTOS DE
OPERAÇÕES ESPECIAIS:**

ESTUDO DE CASO DO KOSOVO

Autor: Aspirante Aluno de Infantaria André Serra Costa

Orientador: Major de Infantaria João Carlos Gonçalves dos Reis

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Infantaria

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada



ACADEMIA MILITAR

**ÂMBITO DE ATUAÇÃO, MISSÕES E TAREFAS DOS DESTACAMENTOS DE
OPERAÇÕES ESPECIAIS:**

ESTUDO DE CASO DO KOSOVO

Autor: Aspirante Aluno de Infantaria André Serra Costa

Orientador: Major de Infantaria João Carlos Gonçalves dos Reis

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Infantaria

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

EPÍGRAFE

“Wars may be fought with weapons, but they are won by men. It is the spirit of men who follow and of the man who leads that gains the victory.”

George S. Patton

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que me acompanharam durante esta longa caminhada, mas sobretudo ao meu avô, que mesmo não estando presente foi uma grande fonte de inspiração e força.

AGRADECIMENTOS

O Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) sublinha o culminar de uma longa etapa de formação. Ser oficial do Exército português e da Guarda Nacional Republicana expressa um enorme sentido de responsabilidade, humildade e honestidade. Todo este percurso não teria sido possível sem o apoio das pessoas que irei mencionar de seguida.

Ao meu orientador, Major de Infantaria João Reis, por ter aceitado este desafio, ao qual revelou constante disponibilidade e paciência no processo de me transmitir os seus conhecimentos. A sua orientação e motivação foram fundamentais para que o resultado final fosse o pretendido.

Ao Tenente-Coronel de Infantaria Jorge Ribeiro e ao Major de Infantaria Carlos Polho, que na qualidade de diretores de curso, desempenharam um papel extremamente importante na integração como futuro oficial de Infantaria do exército português.

A todos os oficiais com o qual tive o privilégio de aprender e experienciar novos conceitos, não só para que esta investigação fosse concretizada da forma pretendida, mas também a todos aqueles que influenciaram a minha formação como militar.

À minha família, que desde o primeiro dia em que me tornei militar se tornaram um pilar para mim, através dos seus conselhos e apoio. Sem vós, era impossível conseguir alcançar os objetivos que estabeleci inicialmente. Um sincero e profundo obrigado por todo o carinho e afeto.

Ao meu avô que, sendo a pessoa que mais me queria ver a conseguir alcançar os meus objetivos, não teve essa oportunidade devido a problemas de saúde. A ti, que foste a fonte de apoio e força, ao qual nunca poderei agradecer, um enorme obrigado de saudade e eternidade.

À minha namorada, pela paciência, amizade e por me acompanhar nos momentos mais difíceis ao longo desta caminhada.

Aos meus amigos, por estarem presentes nos momentos mais difíceis e por desempenharem um importante papel nas diferentes etapas e obstáculos enfrentados.

A todos, que não mencionei e que diretamente ou indiretamente partilharam momentos e experiências comigo e que nunca vão cair no esquecimento.

Um obrigado a todos vós.

RESUMO

Esta investigação incide sobre o tema “Âmbito de atuação, missões e tarefas do Destacamento de Operações Especiais: Estudo de caso do Kosovo”. Tem por objetivo analisar o emprego do Destacamento de Operações Especiais quando subjugado à realidade operacional do conflito no Kosovo. Realizámos uma revisão de literatura inicial para identificar os conceitos associados a três categorias principais: enquadramento militar do conflito no Kosovo, âmbito de atuação, missões e tarefas que uma Força de Operações Especiais tem a capacidade de realizar e os modos de emprego associados ao Destacamento de Operações Especiais no Kosovo.

A metodologia utilizada na investigação é qualitativa. Como estratégia de investigação utilizámos o estudo de caso e recorreremos às entrevistas, observação direta e documentação como fontes de recolha de dados. Realizámos 17 entrevistas, a militares pertencentes aos Destacamentos de Operações Especiais que desempenharam funções no Teatro de Operações do Kosovo.

Os resultados indicam que numa primeira fase do conflito o Destacamento de Operações Especiais foi utilizado durante o processo de imposição de paz. As forças portuguesas estavam integradas na Brigada Multinacional Oeste e estavam estruturalmente dependentes do comandante da mesma. A principal missão desenvolvida durante esta fase foi o Reconhecimento Especial e vigilância, através de tarefas de *Human Intelligence*. Destaca-se a realização de um estudo de área inicial, que permitiu recolher informação para o batalhão português que iria ser empregue na área do Kosovo. O principal modo de atuação adotado durante esta fase foi o coberto.

Numa segunda fase, o Destacamento de Operações Especiais estava sob o comando do batalhão português, reserva da *Kosovo Force*. Foi reestruturado através da redução do seu efetivo, passando a denominar-se por Módulo de Apoio. As principais missões e tarefas realizadas foram no âmbito do Reconhecimento Especial e Vigilância, Proteção a Altas Entidades e no apoio das missões de Controlo de Tumultos do batalhão português. Durante esta fase o principal modo de atuação utilizado foi o aberto, nas operações em apoio ao batalhão e o coberto nas operações de Reconhecimento Especial e Vigilância.

Palavras-Chave: Kosovo, Destacamento de Operações Especiais, Conflito.

ABSTRACT

This investigation focuses on the theme “Scope, missions and tasks of the Special Operations Detachment: Kosovo case study”. It aims to analyze the use of Special Operations Detachment when subjected to the operational reality of the conflict in Kosovo. We conducted an initial literature review to identify the concepts associated with three main categories: military background to the conflict in Kosovo, scope of action, missions, and tasks that a Special Operations Force has the capacity to carry out and the modes of employment associated with the deployment of special operations in Kosovo.

The methodology used in the investigation is qualitative. As a research strategy, we used the case study and resorted to interviews, direct observation, and official documentation as sources of data collection. We conducted 17 interviews with military personnel from the Special Operations Detachments who performed at the Kosovo Theater of Operations.

The results indicate that in a first phase of the conflict the Special Operations Detachment was used during the peace enforcement process. Portuguese forces were integrated into the Multinational West Brigade and were structurally dependent on its commander. The main mission developed during this phase was Special Recognition and surveillance, through Human Intelligence tasks. It is noteworthy to carry out an initial area study, which made it possible to collect information for the Portuguese battalion that would be employed in the Kosovo area. The main mode of action adopted during this phase was open.

In a second phase, the Special Operations Detachment was under the command of the Portuguese battalion, a Kosovo Force reserve. It was restructured by reducing its workforce, changing its name to the Support Module. The main missions and tasks carried out were within the scope of Special Recognition and Surveillance, Protection of High Entities and in support of the Portuguese Battalion's Riot Control missions. During this phase, the main mode of action used was open, in operations in support of the battalion and covered in Special Reconnaissance and Surveillance operations.

Keywords: Kosovo, Special Operations Detachment, Conflict.

ÍNDICE GERAL

EPIGRAFE.....	ii
DEDICATÓRIA	iv
AGRADECIMENTOS	v
RESUMO.....	vi
ABSTRACT	vii
ÍNDICE DE FIGURAS	x
ÍNDICE DE QUADROS	xi
LISTA DE APÊNDICES.....	xii
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	xiii
INTRODUÇÃO	1
CAPITULO 1. REVISÃO DE LITERATURA.....	4
1.1 Enquadramento histórico-militar do TO do Kosovo	4
1.2 Âmbito de atuação, missões e tarefas das operações especiais portuguesas	7
1.2.1 Missões atribuídas às Forças de Operações Especiais.....	9
1.2.2 Modos de atuação	15
1.3 Destacamentos de operações especiais no Kosovo	16
CAPITULO 2. METODOLOGIA.....	18
2.1 Abordagem	18
2.2 Estratégia de investigação	18
2.3 Fontes de Recolha de dados	20
2.3.1 Entrevistas.....	22
2.3.2 Documentação	25
2.3.3 Observação Direta.....	27
2.4 Análise de dados.....	27
2.5 Validade e Fiabilidade	29
CAPITULO 3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	31
3.1 1ª Fase no Teatro de Operações do Kosovo	33
3.1.1 Ambiente Operacional	33
3.1.2 Unidade.....	35
3.1.3 Missões e Tarefas.....	36
3.1.4 Apoios.....	37
3.2 2ª Fase no Teatro de Operações do Kosovo	39

3.2.1	Ambiente Operacional	39
3.2.2	Unidade	41
3.2.3	Missões	44
3.2.4	Tarefas	45
3.2.5	Modos de atuação	46
3.2.1	Apoios	47
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES		49
4.1	Enquadramento	49
4.2	Contribuições teóricas	49
4.2.1	Comparação das fases do emprego de FOEsp no TO do Kosovo	50
4.3	Contribuições para a prática	52
4.4	Limitações do trabalho	53
4.5	Propostas para novas investigações	53
BIBLIOGRAFIA		54
APÊNDICES		I
APÊNDICE A – GUIÃO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA		II
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO		VI
APÊNDICE C – LISTA DOS DESTACAMENTOS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS NO TEATRO DE OPERAÇÕES DO KOSOVO		VII
APÊNDICE D – IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS		VIII
APÊNDICE E – 1ª FASE: AMBIENTE OPERACIONAL		X
APÊNDICE F – 1ª FASE: UNIDADE		XIV
APÊNDICE G – 1ª FASE: MISSÕES E TAREFAS		XVII
APÊNDICE H – 1ª FASE: APOIOS		XXI
APÊNDICE I – 2ª FASE: AMBIENTE OPERACIONAL		XXIV
APÊNDICE J – 2ª FASE: UNIDADE		XXVIII
APÊNDICE K – RELAÇÃO ENTRE DOE E OS RESPETIVOS BATALHÕES PORTUGUESES		XXXIII
APÊNDICE L – 2ª FASE: MISSÕES		XXXIV
APÊNDICE M – 2ª FASE: TAREFAS		XXXVII
APÊNDICE N – 2ª FASE: MODOS DE ATUAÇÃO		XL
APÊNDICE O – 2ª FASE: APOIOS		XLII

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura nº 1 - Princípios e teoria do Reconhecimento Especial.....	13
Figura nº 2 - Relação entre número de casos com unidades de análise.....	20
Figura nº 3 - Universo, População e Amostra	24
Figura nº 4 - As principais fontes de documentação	26
Figura nº 5 - Etapas da análise de dados	28
Figura nº 6 - Áreas de Responsabilidade do TO do Kosovo	34

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 - Vantagens e Desvantagens dos Tipos de Entrevista	23
Quadro n.º 2 - Tabela Modelo para criação de códigos.....	29
Quadro n.º 3 - Categorias e Subcategorias da 1ª Fase no TO do Kosovo	31
Quadro n.º 4 - Categorias e Subcategorias da 2ª Fase no TO do Kosovo	32
Quadro n.º 5 - Lista dos DOE no TO do Kosovo	VII
Quadro n.º 6 - Identificação dos entrevistados	VIII
Quadro n.º 7 - 1ª Fase: Ambiente Operacional.....	X
Quadro n.º 8 - 1ª Fase: Unidade	XIV
Quadro n.º 9 - 1ª Fase: Missões e Tarefas	XVII
Quadro n.º 10 - 1ª Fase: Apoios	XXI
Quadro n.º 11 - 2ª Fase: Ambiente Operacional.....	XXIV
Quadro n.º 12 - 2ª Fase: Unidade	XXVIII
Quadro n.º 13 - Relação entre os DOE e os respetivos batalhões portugueses	XXXIII
Quadro n.º 14 - 2ª Fase: Missões	XXXV
Quadro n.º 15 - 2ª Fase: Tarefas	XXXVIII
Quadro n.º 16 - 2ª Fase: Modos de atuação	XLI
Quadro n.º 17 - 2ª Fase: Apoios	XLIII

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Guião de entrevista semiestruturada	II
APÊNDICE B – Termo de consentimento	VI
APÊNDICE C – Lista dos destacamentos de operações especiais no teatro de operações do Kosovo.....	VII
APÊNDICE D – Identificação dos entrevistados	VIII
APÊNDICE E – 1ª Fase: Ambiente Operacional	X
APÊNDICE F – 1ª Fase: Unidade	XIV
APÊNDICE G – 1ª Fase Missões e Tarefas	XVII
APÊNDICE H – 1ª Fase: Apoios	XXI
APÊNDICE I – 2ª Fase: Ambiente Operacional	XXIV
APÊNDICE J – 2ª Fase: Unidade.....	XXVIII
APÊNDICE K – Relação entre DOE e os respetivos batalhões portugueses.....	XXXIII
APÊNDICE L – 2ª Fase: Missões	XXXIV
APÊNDICE M – 2ª Fase: Tarefas	XXXVII
APÊNDICE N – 2ª Fase: Modos de atuação.....	XL
APÊNDICE O – 2ª Fase: Apoios	XLII

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AOp	Área de Operações
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
CCS	Companhia de Comando e Serviços
CFT	Comando das Forças Terrestres
CRO	<i>Crises Response Operations</i>
CCRC	<i>Combat Crowd Riot Control</i>
CSAR	<i>Combat Search and Rescue</i>
CSNU	Conselho Segurança das Nações Unidas
CTOE	Centro de Tropas de Operações Especiais
DestAp	Destacamento de Apoio
DOE	Destacamento de Operações Especiais
EBSCO	<i>Elton Bryson Stephen Company</i>
EM	Estado-Maior
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
EqOEsp	Equipa de Operações Especiais
EUA	Estados Unidos da América
EULEX	<i>European Union Rule of Law Mission in Kosovo</i>
ELK	Exército de Libertação do Kosovo
FARC	Forças Armadas Revolucionarias da Colômbia
FND	Força Nacional Destacada
FOEsp	Forças de Operações Especiais
FRR	Força de Reação Rápida
HUMINT	<i>Human Intelligence</i>
KFOR	<i>Kosovo Force</i>
KFTS	<i>Kosovo Force Tracking System</i>
KTM	<i>Kosovo Force Tactical Reserve Maneuver Battalion</i>
LMT	<i>Liaison Monitoring Team</i>
MBG	<i>Multinational Battle Groups</i>
MNB-W	<i>Multinational Brigade West</i>
MTF	<i>Multinational Task Forces</i>
NEPs	Normas Execução Permanentes

OFA	Operação Força Aliada
ONU	Organização das Nações Unidas
OSS	<i>Office of Strategic Services</i>
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PC	Posto de Comando
PDSS	<i>Personal Designated with Special Status</i>
PO	Postos de Observação
PRDSS	Propriety Designated with Special Status
QI	Questão de Investigação
RCFTIA	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
RE	Reconhecimento Especial
RI	Reino da Iugoslávia
RFI	República Federativa da Iugoslávia
RSFI	República Socialista Federal da Iugoslávia
S2	Oficial de Informações
S3	Oficial de Operações
SAS	Serviço Aéreo Especial
TACP	<i>Tactical Air Control Party</i>
TO	Teatro de Operações
UE	União Europeia
UEB	Unidade Escalão Batalhão
UNMIK	<i>United Nations Mission in Kosovo</i>
VHF	<i>Very High Frequency</i>
VCN	<i>Virtual Cloud Network</i>

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de investigação tem como objetivo compreender e descrever o âmbito de atuação, missões e tarefas do Destacamento de Operações Especiais (DOE) nas diferentes fases do conflito no Teatro de Operações (TO) do Kosovo. A finalidade da investigação está relacionada com a análise das fases do conflito, de modo a associar a tipologia de missões dos DOE às circunstâncias que os levaram a desempenhar certo tipo de tarefas.

Tendo em conta a utilização desta tipologia de forças em TO atuais, observamos uma lacuna referente à ausência de artigos relacionados com a participação do DOE no Kosovo. Através da base de dados eletrónica *Elton Bryson Stephen Company* (EBSCO), efetuamos uma pesquisa, utilizando as palavras-chaves *Special Forces* e Kosovo, obtendo-se 83 documentos. Dos documentos encontrados nenhum referia os DOE nos Balcãs. Este fator explica o motivo de escolha do tema e tendo em conta que está inserido na componente operacional da presente situação das Forças Armadas Portuguesas, no que diz respeito à projeção de forças para territórios estrangeiros.

As Forças de Operações Especiais (FOEsp) são a unidade militar favorita do século XXI (Westberg, 2016), e representam os recursos e vantagens que nenhum exército pode prescindir (Miller, 2008). Composta por operacionais que são treinados para pensar como o adversário, baseando-se na análise histórica e cultural da ameaça (Dunlap, 2001), através da sua participação no planeamento e execução de operações militares, são capazes de provocar impacto ao nível estratégico (Robinson, 2013).

O aumento da utilização destas forças torna imprescindível o conhecimento e compreensão por parte dos líderes políticos, das suas possibilidades, potencialidades e limitações (Westberg, 2016). O conceito de FOEsp é vulgarmente associado a ataques noturnos e secretos, como aquele que teve como alvo Osama Bin Laden, caracterizado por ser uma operação tática, contra um determinado alvo ou grupo. Contudo, as capacidades das operações especiais vão além deste tipo de tarefa, estendendo-se em treinos militares conjuntos com outros países, operações de *Intel*, *Human Intelligence* (HUMINT), entre outros (Robinson, 2013). Exemplos desses treinos são: *Internacional Junction Strike 19* na Roménia, e o exercício *FlintLock 2020* no Senegal, ambos com o objetivo de aumentar a interoperabilidade das forças portuguesas com outros países (Matias, 2020).

Estas FOEsp são organizadas tendo como elemento base uma Equipa de Operações

Especiais (EqOEsp), conhecida por ser o escalão mais baixo para cumprir tarefas atribuídas às FOEsp (EME, 2008). Dependendo da missão e do ambiente operacional em que está inserida, são destacadas FOEsp, designadas por DOE. Esses DOE são constituídos por elementos de comando, controlo, comunicações, informações e de apoio de serviços, que sejam necessários para missões específicas (EME, 2008).

Tendo em conta, a ação destes DOE no TO do Kosovo e o período a ser abordado, nomeadamente, entre agosto de 1999 e maio de 2017, podemos dividir a sua participação em duas fases distintas. Quer pela forma como é empregue o seu conceito doutrinário, pelo ambiente operacional vivido no TO, e pela orgânica em que o destacamento de Operações Especiais foi inserido (Narciso, 2018).

Numa primeira fase, delimitada entre agosto de 1999 e setembro de 2001, as FOEsp atuaram ao comando da *Multinational Brigade West* (MNB-W). As tarefas desempenhadas nesta fase do conflito foram: HUMINT, Reconhecimento Especial (RE) e planeamento de operações de Ação Direta de contingência, a nível nacional ou internacional, caso houvesse a necessidade de as executar.

Numa segunda fase, delimitada entre 26 janeiro de 2005 e 11 de maio de 2017, a atuação das FOEsp, sofre uma alteração. Passam a ser destacados com a designação de “Módulo de apoio”, ficando sob o comando da Força Nacional Destacada (FND) Portuguesa, desempenhando tarefas essencialmente de RE e proteção da força (Narciso, 2018).

Podemos associar esta mudança a dois fatores principais: às consequências do atentado de 11 setembro de 2001. O ataque em solo americano fez com que os líderes dos Estados Unidos da América (EUA), direcionassem os seus esforços para outros TO como o Afeganistão e o Iraque, reduzindo assim o efetivo na região do Kosovo (Heinz, 2004). Por outro lado, o envio de forças portuguesas para o TO de Timor-Leste fez com que houvesse a necessidade de enviar elementos das FOEsp para outros locais, diminuindo o efetivo de FOEsp no TO do Kosovo.

Face ao faseamento descrito do conflito no Kosovo, será possível compreender e descrever o âmbito de atuação, missões e tarefas que um DOE protagoniza, assim como quais as oportunidades e desafios na utilização do mesmo. Neste sentido, definimos a seguinte Questão de Investigação (QI): “Como é realizada a atuação, missões e tarefas dos Destacamentos de Operações Especiais em cada uma das fases do conflito no Teatro de Operações do Kosovo?”

Este trabalho de investigação está dividido em quatro capítulos: no primeiro

capítulo efetuamos uma revisão da literatura, com o objetivo de definir os conceitos pertinentes para a investigação. No segundo capítulo, desenvolvemos uma descrição do processo metodológico, que inclui uma definição do desenho de investigação, utilização das fontes de recolha de dados, análise de conteúdo e descrição da fiabilidade e validade da investigação. No terceiro capítulo, apresentamos os resultados e incluímos uma breve discussão. Por fim, apresentamos as conclusões que focam as contribuições para a teoria e prática, limitações e sugestões de investigação futuras.

CAPÍTULO 1. REVISÃO DE LITERATURA

1.1 Enquadramento histórico-militar do TO do Kosovo

As guerras e os conflitos ocasionam a queda e ascensão de Estados, moldam correntes políticas e influenciam o sistema internacional, intitulado-se por pontos de inflexão históricos (Webber, 2009). No entanto, é importante fazer a distinção entre ambos os conceitos. De acordo com Azis (2009) os conflitos podem ser vistos como situações em que existem diferentes perspectivas, metas, objetivos ou políticas que podem ser irreconciliáveis entre as várias partes. Por outro lado, Greenwood (1987) afirma que “os sentidos factuais das hostilidades das guerras envolvem o uso de forças armadas entre Estados e onde as regras do direito internacional existem para regulá-lo.

Relacionando ambos os conceitos podemos observar que os conflitos são identificados como disputas territoriais, capazes de gerar guerras (Vasquez, 2002). Aplicando os conceitos anteriores ao Kosovo, podemos observar que o conflito inicial gerado através das disputas territoriais e étnicas fez com que houvesse a utilização de forças armadas. Os acontecimentos geraram a guerra na região do Kosovo, que marcou de forma significativa o passado e cujas consequências são sentidas no presente.

Em 1912, as intenções militares da Sérvia, Grécia e Montenegro motivaram a invasão do Norte da Albânia e Kosovo. Após a conquista destas duas províncias, nenhum acordo internacional foi assinado, o que pôs em causa a legalidade da ocupação do Kosovo pela Sérvia. No entanto, em 1913, fruto da insistência do império russo à comunidade europeia, nomeadamente à Grã-Bretanha, Alemanha, França e Itália, o Kosovo acabou por ser atribuído à Sérvia, contra a vontade da população albanesa kosovar (Bebler, 2015).

Desde 1918 que o Kosovo estava associado ao governo Sérvio de Belgrado, como uma região não autónoma (Yoo, 2000), podendo observar três regimes políticos que abrangeram a província do Kosovo. Entre 1919 e 1941, denominada por Reino da Iugoslávia (RI) e regida pelos reinos sérvio, Croata e Eslovaco. Após a Segunda Guerra Mundial, surge a República Socialista Federal da Iugoslávia (RSFI), entre 1945 e 1992. Durante a era comunista, a população albanesa kosovar, viu muitos dos seus direitos serem reconstruídos, principalmente quando em 1974, foi atribuído ao Kosovo o status de província autónoma. Em 1992, surge a República Federativa da Iugoslávia (RFI), terminando em 2003 (Bebler, 2015).

Focando a nossa análise num período mais recente, podemos observar que foi em

1980 que a Jugoslávia começou a perder o controlo da sua região. Segundo Vasques (2002) o Kosovo era o berço da cultura Sérvia, no entanto cerca de 90% da sua população era de etnia albanesa, o que provocava desconforto nas minorias Sérvias (Warbrick, 2008). Ambos os lados estavam insatisfeitos com a constituição de 1974. Por um lado, os albaneses queriam a independência, e por outro os sérvios achavam que as medidas estabelecidas eram excessivas e desproporcionais. O constante conflito e desacordo deu a oportunidade ao presidente da Sérvia, Slobodan Milosevic para iniciar um jogo de guerra contra a população Kosovar, perdendo a esperança de manter a federação unida (Freedman, 2000).

Nos anos de 1989 e 1990, a Jugoslávia era dos poucos países que mantinha o seu regime comunista com a RSFI. Por outro lado, regiões como a Sérvia e Croácia onde o nacionalismo substituiu o comunismo, estavam a crescer. A evolução do nacionalismo como ideologia principal desencadeou guerras na Eslovénia, Croácia e Bósnia que proporcionaram um ambiente de criminalidade e corrupção, que acabou por prejudicar a economia da região dos Balcãs (Cottey, 2009).

No final de 1991, os diversos confrontos na Jugoslávia chamaram a atenção da comunidade internacional. Após a declaração de independência da Croácia a 25 de junho e da Eslovénia a 27 de julho, rapidamente a União Europeia (UE) percebeu que a desintegração da federação era impossível de impedir. Com o objetivo de intervir, realizou diversas tentativas diplomáticas, através do reconhecimento unilateral dos países emergentes, com objetivo de gerir o conflito (Warbrick, 2008).

O facto de a Croácia e a Eslovénia terem obtido a sua independência provocou um ambiente de revolta na população albanesa do Kosovo, uma vez que esta já tentava obter o mesmo resultado desde os anos 80. A estratégia passiva utilizada para obter a independência tinha falhado e em meados da década de 90, os albaneses kosovares decidiram formar o Exército de Libertação do Kosovo (ELK) com o objetivo de promover ações contra alvos sérvios. O ELK foi formado em 1991, no entanto apenas ganhou relevância a partir do ano de 1996, através de várias ações contra alvos sérvios. Destacam-se uma serie de ataques contra postos de polícia e oficiais do governo (Freedman, 2000).

Em resposta à criação do ELK, Milosevic aumentou o número de forças sérvias no Kosovo, submetendo a população albanesa kosovar à violência e abuso da força (Sterio, 2010). Em outubro de 1998, o assistente do secretário de estado dos EUA, Richard Holbrooke foi enviado para o Kosovo com o objetivo de realizar um acordo com Slobodan Milosevic, o presidente sérvio. O objetivo deste acordo era obrigar a Sérvia a retirar as suas

forças do Kosovo (Webber, 2009).

No entanto o incumprimento das medidas estabelecidas foi notório. O exemplo do massacre a 16 de janeiro de 1999 na aldeia de Racak, onde foram encontrados 45 cadáveres. Após a autópsia das vítimas, cinco funcionários Iugoslavos foram acusados de crimes contra a humanidade e violações de leis e crimes de guerra, com base nos acontecimentos em Racak (Rainio, J., Lalu, K., & Penttila, A., 2001).

Face aos acontecimentos a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), viu-se, mais uma vez, forçada a ameaçar a Sérvia com ataques aéreos. Em resultado dessa ameaça, a OTAN organizou uma conferência de paz em *Rambouillet*, onde estiveram presentes membros dos EUA, EU, Rússia, uma delegação composta por albaneses kosovares e uma delegação da Jugoslávia, no entanto Slobodan Milosevic não compareceu. Durante a conferência, foi assinado um acordo provisório de paz, entre as delegações do Kosovo e Sérvia, no entanto apenas a delegação Kosovar assinou (Webber, 2009).

Entre fevereiro e março de 1999, Milosevic aumentou a presença de militares sérvios no Kosovo, com a intenção de expulsar a população albanesa kosovar e obter potencial de combate suficiente para conseguir confrontar uma possível força terrestre da OTAN. Devido ao agravamento do conflito, a comunidade internacional enviou a 22 de março de 1999, Richard Holbrooke com um ultimato: o líder sérvio retirava as suas forças do Kosovo, caso contrário a OTAN iria bombardear o território Sérvio (Vasquez, 2002).

Face à reprovação do acordo proposto por Richard Holbrooke e na sequência da campanha de violência e opressão à população albanesa kosovar a OTAN executa a sua primeira intervenção a 24 de março de 1999, com a Operação Força Aliada (OFA) (Sterio, 2010).

A OFA foi uma operação militar realizada sem o consenso da Organização das Nações Unidas (ONU), justificada como uma missão de intervenção humanitária com o objetivo de cessar a limpeza étnica planeada pelo governo de Slobodan Milosevic. Fundamentalmente assente em bombardeamentos aéreos, teve como alvo as infraestruturas civis e militares da cidade de Belgrado, capital da Sérvia, e *Novi Sad*, uma cidade a norte do país (Warbrick, 2008).

Após a OFA Slobodan Milosevic foi forçado a retirar as suas forças do Kosovo, com base nos acordos de *Rambouillet* e da Resolução 1244 emitida pelo Conselho Segurança das Nações Unidas (CSNU). Foi autorizada a presença civil e militar internacional no Kosovo através da *United Nations Mission in Kosovo* (UNMIK), à responsabilidade da ONU com o objetivo de estruturar estabelecimentos e instituições

locais capazes de assumir as funções políticas. Relativamente à componente da segurança da região seria atribuída à OTAN, através da *Kosovo Force* (KFOR) (Sterio, 2010).

A 17 de novembro de 2001, a comissão internacional de independência do Kosovo constituída por estados-membros da OTAN aprovou a decisão de independência condicional para o Kosovo, o que obrigou Milosevic a deixar o cargo. A necessidade uma independência condicional assinalava o Kosovo como uma região em desequilíbrio, dependente do apoio internacional para defender as suas fronteiras, sustentar o seu governo e proteger a sua população. Este processo era evolutivo e tinha como objetivo administrar temporariamente as estruturas políticas do governo Kosovar e proteger a sua população. (Goldstone, 2002).

Desde 1999 a 2008 foram criadas instituições e organizações políticas, no entanto nenhuma decisão permanente relativa ao *status* do Kosovo foi tomada. O ambiente de incerteza relativamente ao futuro da província era evidente e constante, por um lado os Sérvios e Russos defendiam que a região deveria pertencer à Sérvia, e por outro, a comunidade internacional e sobretudo o ocidente defendia que o retorno da região à liderança dos sérvios era impossível. No entanto, a fevereiro de 2007 o secretário-geral *Martti Ahtisaari* propôs à ONU a independência supervisionada pela comunidade internacional do Kosovo, face à baixa capacidade que a província tinha de defender as suas minorias, gerir as suas infraestruturas e aumentar a sua economia (Warbrick 2008).

Inicialmente esta proposta foi rejeitada pela Federação Russa e pela República Popular da China e fortemente criticada pela Sérvia, no entanto, a 18 de fevereiro de 2008 foi formalmente resolvido com a proclamação da independência do Kosovo (Bebler, 2015).

A declaração de independência do Kosovo, foi aceite por vários estados, nomeadamente França, Reino Unido, EUA, Alemanha, Itália, entre outros. No entanto a Sérvia considerava esta reivindicação ilegal e fechou as portas ao comércio proveniente do Kosovo e convocou temporariamente todos os embaixadores dos países que reconheceram o Kosovo como país independente (Warbrick, 2008).

1.2 Âmbito de atuação, missões e tarefas das operações especiais portuguesas

De acordo com Sousa (2010) a necessidade de criação de uma força capaz de combater a guerra não convencional surge no final da década de 50, com a guerra em África. Os chefes militares observaram a necessidade de formar militares que atuassem em grupos especiais, com efetivo reduzido. Em 1962, através da participação do capitão Rodolfo Begonha no curso *Ranger* nos EUA, e na subsequente nomeação do mesmo para a

estruturação de um curso de formação de instrutores e monitores de operações especiais, surgiu um novo conceito de resposta à guerra não convencional em Portugal (Begonha, 2018).

O curso visa várias componentes, desde a preparação psicológica, treino físico, navegação fluvial, tiro instintivo, planeamento tático e patrulhas de longo raio de ação (Sousa, 2010). Os militares que pretendem ingressar nas FOEsp são normalmente “selecionados, organizados, treinados e equipados” (EME, 2008, pág. 2) para realizar atividades essencialmente não convencionais, como, por exemplo, as ações atrás das linhas inimigas (Robinson, 2013).

A sua relevância está associada à capacidade de atuar com efetivos reduzidos, em atividades de alto risco (EME, 2010), de forma rápida, furtiva e discreta (Hackett, 2009). A questão do efetivo reduzido pode, no entanto, ser interpretada como uma fraqueza, na medida em que as FOEsp ficam limitadas na execução das suas missões. A maioria das missões de operações especiais requer suporte logístico, fornecido na maior parte das vezes por forças convencionais (United States Joint Chiefs of Staff, 2014).

Como resposta à organização das FOEsp em unidades de pequena dimensão, a doutrina de operações especiais centra-se na mobilidade. As missões dadas aos operadores exigem frequente adaptação, flexibilidade e capacidade de manobrar o mais rápido possível (Miller, 2017). Esta componente é garantida através dos meios de transporte que as unidades de operações especiais têm ao seu dispor. Os mais conhecidos são os veículos de mobilidade terrestre *Polaris 1*, *Polaris 2* e *Polaris 4* (Exército Português, 2021). Estes veículos podem movimentar-se em terrenos desafiadores e hostis e ser colocados no TO através de meios aéreos (McRaven 2013). Outro exemplo, que garante a infiltração e exfiltração dos militares das FOEsp é o helicóptero, constituindo um dos recursos mais importantes para as FOEsp (White, 2020).

Apesar das FOEsp serem unidades ágeis e terem a capacidade de se autossustentar num curto espaço de tempo, é importante fazer a coordenação com as forças convencionais (Mangum, 2004). Este conceito surge nos EUA, como consequência dos ataques a 11 de Setembro de 2001. Após 15 anos de conflito sem sentir a necessidade de estabelecer a sinergia entre as forças convencionais e as FOEsp, os líderes americanos aperceberam-se da necessidade de mudar o paradigma operacional (Wesbrock, Harne & Plous, 2015).

O ambiente operacional tornou-se mais complexo, repleto de beligerantes ágeis, flexíveis e com a capacidade de se adaptar rapidamente (McRaven, 2013). O redefinir de novas estratégias inimigas, obrigou os líderes políticos a delinear novos métodos para a

compreensão das matérias no âmbito da segurança. Autores como Moon (2018), defendem que o inimigo está cada vez mais presente naquilo a que definem como “zona cinzenta” onde atores estatais e não estatais planeiam e executam os seus ataques e ameaças com base em estratégias como a espionagem, propaganda e técnicas clandestinas.

A maneira mais eficaz de enfrentar este tipo de ameaça, num ambiente ainda pouco esclarecido é alcançar o equilíbrio entre as forças convencionais e as FOEsp, (Cleveland, Linder & Dempsey, 2016). Segundo a Joint Publication 3-05.1 (2015) é necessário abranger três tópicos para garantir o sucesso de uma força combinada: assegurar a integração de ambas as forças, ou seja, integrar ambas as doutrinas relativas ao planeamento, para criar uma força que opera, envolvendo-se como um todo. Aumentar a interoperabilidade para que as capacidades dos sistemas FOEsp e forças convencionais, unidades e forças sejam capazes de operar na execução das tarefas atribuídas. Por último, manter a interdependência através da confiança desenvolvida entre as unidades nas capacidades de cada um para maximizar os efeitos complementares e de reforço de ambos.

Portugal neste momento participa em conjunto com forças convencionais no TO da República Centro-Africana, através de um Destacamento de Apoio (DestAp), subordinado ao comandante da QRF. Os militares das FOEsp podem desempenhar missões de RE, ou através de apoio especializada em detenções de alto risco (Lopes, 2019).

1.2.1 Missões atribuídas às Forças de Operações Especiais

As FOEsp têm capacidade para executar tarefas incluídas num vasto espectro de missões, que pode ir desde a ajuda humanitária, às ações diretas (Friend & Culbertson, 2020). Estas tarefas são frequentemente conduzidas em ambientes desfavoráveis às FOEsp, negados pelo inimigo ou politicamente sensíveis e são caracterizados pela sua sensibilidade ao tempo, natureza aberta, coberta ou discreta, baixa visibilidade, trabalho com ou através de forças estrangeiras e principalmente um grande risco associado à missão (United States Joint Chief of Staff, 2014).

Todos os tipos de missões que vão ser abordados têm como princípio a velocidade e precisão, quer nos meios utilizados como nos métodos e técnicas empregues para atingir o estado final desejado (Marsh, Kiras & Blocksome, 2015).

De acordo com as revisões feitas na doutrina sobre FOEsp e operações especiais em Portugal podemos dividir as missões realizadas por esta unidade em quatro tipos: ação direta, ação indireta, assistência militar e RE. Num último tópico, outras missões, iremos abordar algumas outras missões que não estão enquadradas em nenhum dos quatro tipos

enunciados anteriormente, mas que as FOEsp estão aptas a executar:

1.2.1.1 Ação Direta

As missões de ação direta consistem na execução de ataques diretos ou ações ofensivas, de curta duração, realizadas em ambientes sensíveis, com o objetivo de destruir, capturar, resgatar ou causar dano num alvo predefinido (Joint Special Operations University, 2015). Face à complexidade da missão, as FOEsp centram-se nos princípios da surpresa, objetividade, mas sobretudo na precisão e rapidez que deve ser empregue no desenrolar da ação (Gehem et al. 2015).

Uma missão de ação direta pode exigir tarefas como ataques a alvos críticos, humanos ou materiais, ações de destruição de equipamento ou infraestruturas, ações para libertação, recuperação ou localização de pessoal ou equipamentos e observação e regulação de tiro em meios marítimos, terrestres ou aéreos (EME, 2010);

Um exemplo da execução destas tarefas é a missão realizada na Costa do Marfim a novembro de 2004 pelas FOEsp Holandesas, onde tinham como objetivo a proteção e evacuação de 59 cidadãos holandeses da embaixada pertencente ao embaixador holandês Abidjan (Gehem et al, 2015).

Iremos agora comparar as missões de ação direta com as missões de ação indireta, porque segundo Marsh, Kiras e BlockSome (2015) é importante estudar o tipo de missões que as FOEsp realizam num âmbito geral, uma vez que na maioria dos casos, elas são executadas em simultâneo e não de forma separada.

De uma forma operacional e ao nível da execução o risco diplomático ou político inerente distingue as missões de ação direta das outras missões, na medida em que são empregues técnicas e táticas operacionais para garantir o grau de discriminação necessário e o uso preciso da força para que sejam atingidos os objetivos desejados (United States Joint Chiefs of Staff, 2014).

Por outro lado, podemos analisar o emprego dos dois tipos de ações pelas FOEsp e a maneira como ambos os conceitos evoluíram no último século. O autor Robinson (2013) analisa as missões de ação direta como uma abordagem que não consegue alcançar uma solução duradoura para os desafios apresentados no contexto operacional dos dias de hoje. Através do exemplo na guerra do Afeganistão, onde as FOEsp americanas estão constantemente a executar ataques a líderes terroristas, no entanto, redes como o DAESH, têm extrema facilidade em reestabelecer a sua cadeia de comando. Conclui portanto que a abordagem direta apenas ganha tempo e espaço para que a abordagem indireta funcione de forma decisiva.

O autor Magnuson (2013) reforça a ideia afirmando que as FOEsp estão a começar um novo capítulo. As missões de ação direta estão a ser cada vez menos utilizadas, ao contrário das missões de ação indireta. No entanto o autor apresenta uma ideologia conservadora em relação à abordagem direta, expondo que é preciso ter em consideração a constante necessidade de executar as missões de ação direta, não deixando que estas deixem de ser utilizadas.

1.2.1.2 Ação Indireta

Segundo Malvesti (2009), a Ação Indireta engloba todas as atividades de treino, instrução e aconselhamento que contribuem para a formação militar das forças irregulares. O desenvolvimento das capacidades destas forças permite a criação de forças através do recrutamento de pessoal civil ou militar (*Joint Special Operations University [JSOU]*, 2015). Esta estratégia é benéfica para ambos os envolvidos, uma vez que o treino e aconselhamento de forças locais são a maneira mais económica e eficaz de ter impacto no inimigo e proteger os cidadãos nacionais no exterior (McRaven, 2013).

Um exemplo presente de uma missão de ação indireta é a missão conduzida pelo *Office of Strategic Services (OSS) Detachment 101*, através da execução de várias operações na Ásia com o objetivo de recrutar pessoas do povo tribal *Kachin*. Os militares do *detachment 101*, organizaram unidades locais de *rangers* com a capacidade para executar patrulhas, reconhecimento e emboscadas (Deterding, 2020).

Relacionando a abordagem indireta com o ambiente operacional do século XXI, podemos observar um desenvolvimento tecnológico exponencial, que provocou a criação de redes complexas entre atores estatais e não estatais. Estas redes podem assumir a entidade de insurgentes, terroristas ou traficantes com capacidade de comunicar entre si através de um relacionamento baseado no oportunismo e conveniência (Hadjuk, 2016).

Uma investigação realizada por Brian (2015) expõe esta ameaça internacional como a consequência da conexão global, onde as ações de um país, região ou província conseguem afetar outras áreas completamente distintas. De acordo com o autor podemos facilmente observar a ligação entre o fenómeno conectividade global e a ação indireta através do impacto e influencia provocado pelo treino das forças de segurança na população local associada à região.

Segundo Morrison (2014) a resposta mais eficaz para este obstáculo é a utilização das FOEsp através de missões de ação indireta. Esta estratégia é imprescindível para combater estes desafios, que representam os principais problemas à segurança mundial atual. Magnuson (2013) confirma esta visão através da análise ao emprego das FOEsp

americanas em 70 países, sendo a maioria das missões relacionados com a abordagem indireta.

1.2.1.3 Assistência Militar

A Assistência Militar prestada pelos militares das FOEsp, consiste no apoio prestado a forças amigas ou aliadas, englobando todas as operações de cooperação técnico-militar e gestão de conflitos (EME, 2008).

De acordo com a publicação doutrinária do Exército Português 3-09-00 (2010), as principais tarefas desempenhadas no âmbito da AM são: treino e apoio a forças militares de nações aliadas, desenvolver treinos conjuntos para promover a interoperabilidade entre forças, fornecer os meios necessários para assegurar o apoio às ações de política externa e intervenção em operações humanitárias.

Um exemplo da missão de AM é o exercício *Flintlock 2020*, que engloba o conceito de combate ao terrorismo. O principal objetivo centra-se no treino e aconselhamento de forças estrangeiras em África (Correia, 2020).

1.2.1.4 Reconhecimento Especial

O RE destina-se a obter informações detalhadas, de importância estratégica ou operacional sobre o inimigo, em tempo oportuno, sendo que as FOEsp podem realizar este tipo de operações de forma autónoma ou com o apoio de forças convencionais (EME, 2008). Segundo Westberg (2016), podemos definir os princípios e teoria do RE, concluindo que estes contribuem para os processos e fases representadas na figura nº 1.

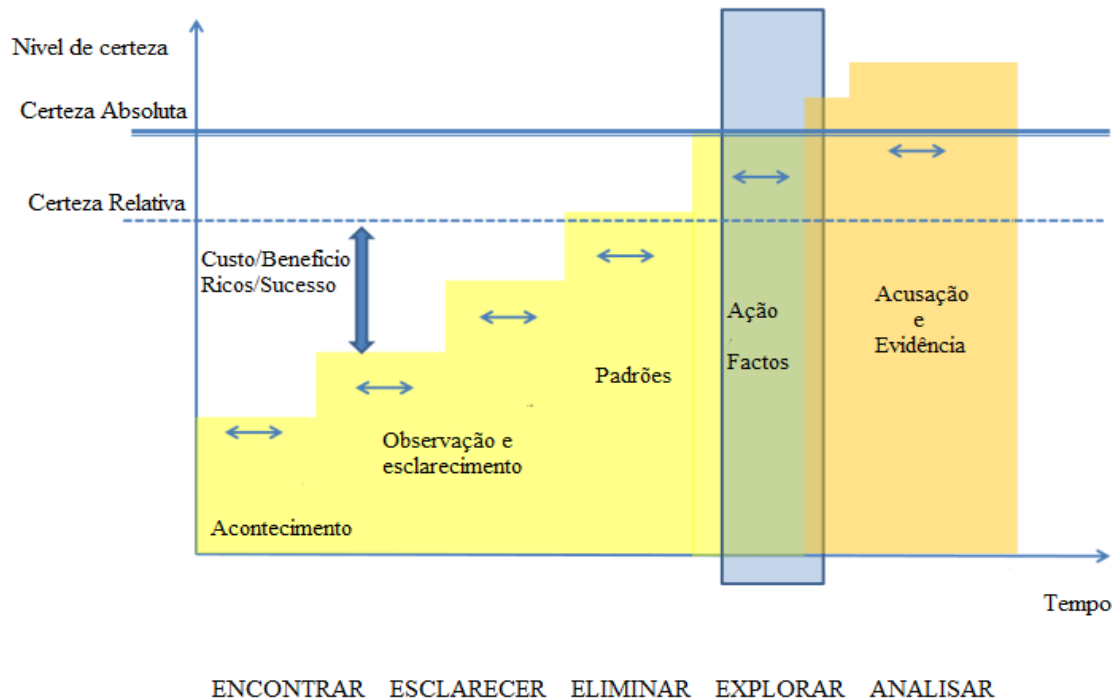


Figura nº 1 - Princípios e teoria do RE

Fonte: Adaptado de Westberg (2016, pp.126)

Esta teoria expressa o nível de conhecimento que as FOEsp têm da ameaça em função com o tempo da missão, que pode ser expresso em medidas temporais ou subdividido nas 5 fases apresentadas: encontrar, esclarecer, eliminar, explorar e analisar.

A teoria apresenta duas condições particulares: uma condição particular denominada por “Certeza Relativa”. Esta representa o limite em que há informação suficiente sobre o Inimigo, sendo que o elemento que tem a responsabilidade para decidir, precisa de ter este nível de certeza para conseguir tomar uma decisão. É extremamente importante que esta condição seja acompanhada de uma avaliação de “custo-benefício” e “risco-sucesso”, uma vez que facilita perceber se a missão de RE tem a capacidade de ajudar a eliminar as informações desconhecidas do inimigo.

Não obstante a esta, a outra condição, definida por “Certeza Absoluta”, que representa informação com um alto nível de detalhe sobre o inimigo, no entanto é raro obter este nível de certeza.

O principal objetivo do RE é responder aos quesitos concretos do escalão superior. Dependendo da missão, e da fase, os elementos da FOEsp são utilizados para desenvolver

“conhecimento da situação”, de forma a aumentar o conhecimento das unidades de informação.

Relativamente aos princípios do RE, destacam-se os princípios “revisão” e “coordenação”, que estão inteiramente ligados ao interior da organização e a todo o processo de obter informação através de técnicas de RE. Os princípios “encobrimento” e “relatar” mais focados no processo externo, ou seja, dependentes da observação direta ou indireta ao inimigo. E por fim o princípio “exploração” ligado a ambas as partes, interna e externa, caracterizado pelas consequências da missão de RE, como seleção de alvos ou controlo de ataques aéreos.

De seguida, iremos abordar os princípios de uma forma mais pormenorizada: o princípio “coordenação”, baseia-se na necessidade de comunicação fluida entre o elemento de comando da força que vai realizar o RE e o centro de informação. Esta força precisa do máximo de detalhes possíveis sobre o que vai observar, incluindo limites, objetivos, planos de contingência, procedimentos de evacuação medica, entre outros.

O princípio “revisão” permite rever e reavaliar as missões e abordagem a ser feita pelas equipas de RE. É necessário realizar matrizes de risco para minimizar o nível de perigosidade da missão. É durante esta revisão que são feitos os jogos de guerra, para identificar quais os aspetos menos bons do plano, e retificá-los.

O princípio “encobrimento” permite às FOEsp integrar o ambiente que envolve a área a ser observada. Centra-se na capacidade da FOEsp na aproximação ao local, incluindo técnicas de camuflagem, uso do terreno, clima, ter a capacidade de se misturar e comunicar com a população. Este princípio inclui o suporte direto que a FOEsp tem para realizar a missão de RE, materializado pelas medidas de apoio direto e indireto, tais como: ativação da QRF ou itinerário de infiltração e exfiltração.

O princípio “relatar” foca-se nos relatórios feitos pelas FOEsp que estão a observar o inimigo. É fundamental que todas as informações observadas, sejam comunicadas de forma detalhada e oportuna para o escalão superior.

O princípio “exploração” permite ao comando das FOEsp obter mais informação do que a que foi descoberta até ao presente momento. Apoia a execução de uma missão de RE para conseguir aumentar a certeza e confirmar as informações provenientes do centro de informação. Serve, portanto, para criar um novo ponto de partida para iniciar outra missão de RE.

Em suma, o processo inicia-se através de um tipo específico de ocorrência, que atrai os interesses de uma organização ou estado. Esta ocorrência pode ser um evento, um nome,

lugar ou uma ameaça, que materializar o ponto de partida para ser iniciada a observação.

A fase seguinte é transformar esta informação em informação, e caso haja tempo, confirmar os factos e evidências, tendo sempre em atenção a condição “Certeza Relativa”, que é mais facilmente atingida, quantos mais recursos de informação forem utilizados para fazer face ao inimigo.

Um exemplo de uma missão de RE é a operação realizada pelo Serviço Aéreo Especial (SAS) Britânico, em apoio a forças convencionais com o objetivo de rastrear indivíduos suspeitos de cometer crimes de guerra durante a guerra da Bósnia e da Sérvia (Moran, 2016).

1.2.1.5 Outras missões

Face às características únicas, flexíveis e adaptativas as FOEsp têm a capacidade de executar missões no âmbito das *Crises Response Operations* (CRO), *Combat Search and Rescue Operations* (CSAR), mas sobretudo Operações de Combate ao Terrorismo (EME, 2008).

Vamos agora focar a análise da subsecção “Outras Missões” nas Operações de Combate ao terrorismo, porque de acordo com Brands & Nichols (2020), após o 11 de Setembro as FOEsp passaram a ser utilizadas principalmente no combate ao terrorismo.

Sendo a principal resposta ao terrorismo as FOEsp empregam um conjunto de medidas ofensivas para prevenir, deter e responder ao terrorismo. As FOEsp desenvolvem operações de treino a unidades estrangeiras de países que estão em situações vulneráveis, bem como a estabelecer contacto com a população de forma a obter informação sobre os grupos terroristas (Malvesti, 2009).

1.2.2 Modos de atuação

As Operações Especiais são moldadas através de indivíduos constituídos em pequenas unidades, dotados de habilidades especiais como adaptabilidade, improvisação e inovação. Carecem de um planeamento tático preciso, informação detalhada e conhecimento do ambiente envolvente à missão, ou seja, cultura e idiomas das áreas operacionais (United States Joint Chiefs of Staff, 2014). O modo de atuação que as FOEsp empregam nas suas missões vai depender diretamente de todas as limitações e condicionamentos impostos pelo TO e pelo Inimigo (EME, 2008). Podemos dividir os modos de atuação das FOEsp em três categorias: Modo Aberto, Modo Coberto e Modo Discreto.

No modo aberto, o planeamento e a execução das missões são estruturadas sem a preocupação de ocultar a identidade do militar ou da operação (EME, 2014). Nestas operações a visibilidade torna-se essencial. Em muitas das missões é preciso estabelecer contacto com a população de forma a obter informações relevantes sobre o inimigo, e para isso é essencial que as FOEsp tenham liberdade para o fazer (Gehem et al, 2015).

No modo coberto a operação e detalhes da missão executada por militares das FOEsp é conhecida e divulgada, no entanto, a FOEsp que foi responsável realizar a missão é secreto (EME, 2010).

No modo discreto as FOEsp operam em completo sigilo e não podem ser rastreadas (Gehem et al. 2015). Neste modo de atuação, a importância da dissimulação é colocada na operação em si e não no individuo responsável por a executar (EME, 2014).

1.3 Destacamentos de operações especiais no Kosovo

De acordo com Cruz (2014) após a entrada da OTAN no Kosovo, o conflito sofreu algumas alterações. A população albanesa kosovar regressou ao Kosovo, enquanto as minorias sérvias fugiram para Montenegro e Sérvia. Isto agravou a situação económica do país, o que levou à presença de várias instituições internacionais no TO, com diferentes missões. Destacam-se a UNMIK com o objetivo de auxiliar a administração Kosovar e vigiar o cumprimento do acordo entre ambas as partes e a KFOR com o objetivo de manter o clima de paz e supervisionar a *European Union Rule of Law Mission in Kosovo* (EULEX) (Branco, 2015).

As forças portuguesas foram integradas na KFOR, a junho de 1999, ao comando da MNB-W, liderada pelas forças italianas e que tinha à sua responsabilidade a Área de Operações (AOp) na região de Klina (Santos, 2016). O contingente português enviado era composto por um batalhão, designado por Agrupamento Bravo, um destacamento *Tactical Air Control Party* (TACP) e um DOE, constituído por 13 militares (Cordeiro, 2005).

Com a projeção do primeiro DOE para o TO, inicia a primeira fase da participação das FOEsp na guerra do Kosovo. Esta fase prolongou-se até Agosto de 2001, com a presença de 4 DOE constituídos por um total de 54 militares, integrados respetivamente no agrupamento Bravo, Charlie e Delta (Narciso, 2018). As principais tarefas desenvolvidas durante esta fase fora RE e vigilância, busca e revista em regiões fora da AOp em Klina, proteção de infraestruturas e elaboração de checkpoints para controlar o fluxo de movimento da população (Cruz, 2014).

Em meados de 2001, o governo português decidiu retirar as forças portuguesas do

TO do Kosovo devido à evolução no TO de Timor-Leste deixando apenas um oficial e um sargento responsáveis pela ligação do Kosovo com Portugal. Em 2004 Portugal cessou a sua participação no TO de Timor-Leste, o que levou à decisão de enviar novamente as forças portuguesas para o Kosovo (Santos, 2016).

A partir de Fevereiro de 2005 inicia a segunda fase da presença de DOE no Kosovo. Foi projetado uma Unidade Escalão Batalhão (UEB) para o TO do Kosovo com a missão de constituir a reserva tática da KFOR, *Kosovo Force Tactical Reserve Maneuver Battalion* (KTM) (Oliveira, 2016). Nesta fase o contingente português era constituído por uma estrutura de comando e respetivo Estado-Maior (EM), elementos de ligação, módulo de apoio composto por seis militares das FOEsp e uma companhia de apoio (Cruz, 2014).

Ao contrário da primeira fase, os elementos das FOEsp estavam sob o controlo do comandante da KTM e desenvolveram operações no âmbito do RE e vigilância e proteção da força, através do apoio a escoltas, operações *Combat Crowd Riot Control* (CCRC) e proteção de altas entidades. (Santos, 2016).

Em meados de 2011, a Reserva tática da KFOR passou a ser multinacional e Portugal reduziu o número de militares para cerca de metade, no entanto, o efetivo de cada DOE permaneceu igual. Foi estabelecida a redução de efetivo devido à passagem progressiva para o período de dissuasão da KFOR em 2009. Este período era composto por 3 fases: a primeira na transformação das *Multinational Task Forces* (MTF) para *Multinational Battle Groups* (MBG), a segunda fase na estruturação da força em dois MBG e uma força de reserva, a terceira fase na redução do efetivo da força. O objetivo desta mudança era constituir unidades mais pequenas e atribuir-lhes zonas de responsabilidade, aumentando a flexibilidade e agilidade das operações realizadas no território do Kosovo (Oliveira, 2016).

Em suma o módulo de operações especiais foi um reforço importante para o contingente português, na medida em que deu flexibilidade e agilidade no emprego das capacidades e meios da força (Santos, 2016). No entanto Dunlap (2001), afirma que a ação dos militares das FOEsp foi restringida, uma vez que os chefes políticos queriam minimizar o contacto com o ELK.

CAPÍTULO 2. METODOLOGIA

2.1 Abordagem

Esta investigação segue uma abordagem qualitativa, na medida em que pretendemos explorar o significado que os militares atribuem à execução de determinadas missões ou tarefas, influenciadas através do conflito no TO do Kosovo. Creswell e Poth (2018) sustentam a nossa abordagem, na medida em que apresentam a investigação qualitativa como uma abordagem direcionada para a exploração e para o entendimento que determinado individuo ou grupo associa a um problema social ou humano.

Em concordância Carmo e Ferreira (2008) e Bogdan e Biklen (1994) afirmam que abordagem qualitativa mantém o seu foco em compreender o comportamento humano, com o objetivo de encontrar factos e causas para a conduta de quem atua. Através dos argumentos anteriores, podemos observar que a abordagem qualitativa é holística e mantém o seu interesse no processo de investigação, uma vez que tem como objetivo observar e analisar a complexidade da realidade (Hernández, Fernández & Baptista 2006).

No entanto, a investigação poderá estar sempre sujeita a paradigmas. Podemos definir paradigma como a combinação de afirmações, teorias ou argumentos que orientam o nosso pensamento como investigadores. O paradigma molda a maneira como uma pessoa entende o mundo, da maneira como ele funciona e o do que realmente importa (Bodgan & Biklen, 1994).

No caso da nossa investigação é essencial perceber o paradigma, ou seja, o que levou o DOE a realizar uma certa missão, tarefas ou adotar um modo de atuação. Para isso é necessário aproximar o nosso estudo ao mundo que o militar enfrentava no momento em que determinou qual o tipo de ação que iria produzir.

Para tal, vimos a necessidade de distinguir as abordagens disponíveis (qualitativa, quantitativa e mista) quanto ao método/estratégia de investigação utilizado. O método pode ser abordado como o conjunto de ações realizadas para atingir determinado objetivo da investigação, que na nossa investigação foi o estudo de caso. Cada método está agregado a uma perspetiva única e diferente, tal como irá ser explicada na seguinte secção (Carmo & Ferreira, 2008).

2.2 Estratégia de investigação

Tendo em conta a abordagem qualitativa, escolhemos o estudo de caso como método para enquadrar a nossa investigação. Creswell, J e Creswell, J. (2018) abordam a

sinergia entre ambos os conceitos, destacando o estudo de caso como um dos principais métodos aplicados na investigação qualitativa. A utilização do estudo de caso é relevante, mesmo que não proporcionem as generalizações da metodologia de investigação quantitativa (Levy, 2005).

Em concordância, autores como Merriam (1988), Goetz e LeCompte (1988) apresentam a gênese do método de estudo de caso nas investigações qualitativas. Latorre et al. (2003) afirmam ainda que os estudos de caso herdaram as características da investigação qualitativa. Os autores referem a semelhança entre o processo de ambas as estratégias, com a particularidade de que o propósito da investigação é o estudo de um ou poucos casos.

No entanto, Yin (2005) aborda esta questão, salientando a estratégia do estudo caso como um método abrangente, que não deve ser confundido com a pesquisa qualitativa, pois existem bastantes semelhanças entre a investigação qualitativa e quantitativa.

Para esta investigação o estudo de caso aplica-se na medida em que estamos a analisar as missões e tarefas do DOE inseridos num fenómeno social complexo, ou seja, o conflito no TO do Kosovo. O estudo de caso foi a estratégia de investigação escolhida porque nos permite compreender os indivíduos, analisar os seus problemas e situações a que foram postos à prova, em grande profundidade (Patton, 2015).

Segundo Yin (2017) o estudo de caso é a estratégia de investigação mais adequada para estudar um determinado contexto que influencia o objeto de estudo. Dubois & Gadde (2002), concordam ao afirmar que a relação entre o fenómeno e o contexto é melhor, se analisada e compreendida através do estudo de caso. No caso da nossa investigação conseguimos observar que o TO do Kosovo e as características inerentes ao mesmo interferem nas ações realizadas pelos DOE. O fenómeno das ações preconizadas pelo DOE tem uma relação direta com o contexto em que são realizadas, o TO do Kosovo.

Em seguimento delimitamos o estudo caso como a estratégia de investigação, com o objetivo de compreender as ações desenvolvidas pelos DOE, o modo como foram empregues, o porquê de terem sido empregues e as consequências provocadas pelas suas decisões. Um dos principais focos da nossa investigação é dar a conhecer a situação exatamente como ela é.

Para isso é necessário definir a unidade de análise que pretendemos investigar, tendo em conta a QI aferida no início da investigação “Como é realizada a atuação, missões e tarefas dos Destacamentos de Operações Especiais em cada uma das fases do conflito no Teatro de Operações do Kosovo?” e a figura n.º 2 que correlaciona o número de

casos com o número de unidades de análise que o estudo de caso pode adotar.

	Caso Único	Casos Múltiplos
Unidade de Análise Única	TIPO I	TIPO III
Unidade de Análise Múltipla	TIPO II	TIPO IV

Figura nº 2 - Relação entre número de casos com unidades de análise

Adaptado de Yin (2005)

De acordo com Yin (2005) para delinear a nossa unidade de análise é preciso delimitar qual o caso que vamos estudar. No caso da nossa investigação o caso a ser estudado é o DOE portugueses no TO do Kosovo. Quanto à unidade de análise Yin (2003), afirma que um estudo de caso pode ter uma unidade de análise única ou uma unidade de análise múltipla. No caso da nossa investigação definimos 3 unidades de análise: missões, tarefas e modos de atuação dos DOE no TO do Kosovo. De acordo com a figura nº. 2, o nosso estudo de caso, é de tipo II.

2.3 Fontes de Recolha de dados

A recolha de dados caracteriza-se como o processo de obter e informações sobre o objeto de estudo, através de ações como a observação, leitura ou utilização de questões (Yin, 2003). Segundo Anderson, Crabtree, Steele e McDaniel (2005) a informação obtida através da abordagem qualitativa retrata a relação entre diferentes pontos de vista. Aborda questões complexas, permitindo ao investigador interpelar perspetivas diferentes e alternativas.

Em concordância Lune e Berg (2017) associam ao estudo de caso um diverso número de formas de recolha de dados, que é dependente da essência do objeto de estudo e que tem como objetivo observar os diferentes ângulos e pontos de vista dos atores

envolventes.

Consequentemente, Sousa e Baptista (2011, pp 80-81) definem a entrevista, as observações e análise documental como as principais fontes de recolha de dados na abordagem qualitativa e subseqüentemente na estratégia de investigação do estudo de caso. Em concordância Carmo e Ferreira (2008) apresentam as transcrições de entrevistas, relatos das observações, documentos, fotografias e gravações vídeo como as principais fontes de recolha de dados do método do estudo de caso.

Considerando a natureza do nosso objeto de estudo como qualitativa, iremos utilizar as fontes de recolha de dados da entrevista, documentação e observação direta. A triangulação obtida através da recolha de dados destes três métodos caracteriza um dos conceitos mais comuns da metodologia qualitativa e dos estudos de caso (Meirinhos & Osório, 2010).

Segundo Flick (2004), a triangulação é uma estratégia de validação, que permite extrair dados relacionados com a mesma ação, de diversas fontes. Este processo aumenta a validade do trabalho. Em consanguinidade, Sarmiento (2011) caracteriza a triangulação como o fenómeno que permite explicar as visões comuns e não comuns entre as diversas fontes. As observações retiradas da convergência dos dados permitem ao investigador clarificar significados e perspetivas (Stake, 1999).

Tendo em conta o conceito de triangulação analisado anteriormente e as fontes de recolha de dados observadas optamos por utilizar as entrevistas, documentação e a observação direta. Através da análise efetuada anteriormente, e observando um cenário complexo como o TO do Kosovo, onde existem inúmeros intervenientes e fatores que podem influenciar as ações do DOE. Decidimos utilizar as entrevistas como fonte de recolha de dados principal. Este método permite-nos questionar e observar os militares que realizaram as missões, executaram tarefas e adotaram um modo de atuação para as suas operações.

Uma vez que a nossa investigação retrata o TO do Kosovo, onde Portugal cessou as suas atividades, a documentação revela ser uma importante fonte de recolha de dados. Muitos dos artigos referentes à história do conflito foram obtidos através deste método, o que permitiu observar a complexidade do contexto em que os militares das FOEsp tiveram que operar.

Quanto à observação direta e considerando a entrevista como principal método de recolha de dados, sujeitamos o método da observação direta como inerente à entrevista. Uma vez que há certas expressões por parte dos entrevistados durante a entrevista que só

são possíveis de captar através de notas e da observação do investigador.

2.3.1 Entrevistas

Segundo Yin (2005), o método da entrevista materializa uma das fontes da recolha de dados essenciais nos estudos de caso. Quando realizadas na investigação qualitativa, permite ao investigador captar diversas realidades (Stake, 1999).

Meirinhos & Osório (2010) descrevem a entrevista como um excelente método que permite observar a diversidade de interpretações e conceções que o ser humano tem das ações que pratica. Caracteriza-se por ser uma das formas mais comuns e importantes que o investigador tem para entender a realidade através de vários pontos de vista (Fontana & Frey, 1994).

De acordo com Sousa & Baptista (2011) existem três tipos de entrevistas. A entrevista não estruturada, na qual o investigador não elabora um guião e limita-se a intervir para incentivar o entrevistado a continuar o seu discurso. Este tipo de entrevista dá primazia à apresentação de factos e das opiniões do entrevistado (Yin, 2005).

A entrevista semiestruturada, não pressupõe uma especificação verbal ou escrita do tipo de questões ou a ordem pela qual devem ser abordadas (Vásquez & Angulo, 2003). O investigador elabora um guião com algumas perguntas e assuntos para serem abordadas durante a entrevista (Sousa & Baptista, 2011). Deve preferencialmente seguir o guião, no entanto tem a liberdade para estabelecer uma entrevista de carácter aberto-fechado (Yin, 2005).

Por último a entrevista estruturada, onde o investigador elabora um conjunto de perguntas ordenadas e de carácter fechado (Rosado, 2017). As questões são baseadas no objeto de estudo e limitam as respostas do entrevistado (Sousa & Baptista, 2011)

No quadro n. °1 vão ser abordadas as vantagens e desvantagens de cada uma das entrevistas referidas anteriormente.

Quadro n.º 1 - Vantagens e Desvantagens dos Tipos de Entrevista

Tipo de entrevista	Vantagens	Desvantagens
Não Estruturada	Estimula o pensamento livre e favorece a investigação em profundidade da perspetiva do entrevistado (Fortin, 1996). Permite ao investigador individualizar as questões para cada entrevistado (Cohen, Manion & Morrison, 2011)	Os dados obtidos são mais difíceis de analisar e comparar (Fortin, 1996). Requer de muito tempo para conseguir obter informação sistemática (Cohen, Manion & Morrison, 2011)
Semiestruturada	Concede mais flexibilidade para colocar as questões no momento oportuno (Meirinhos & Osório, 2010) Permite comparar os dados obtidos através dos diferentes entrevistados (Bogdan & Biklen, 1994).	Dados obtidos são diferentes o que os torna difíceis de comparar (Fortin, 1996).
Estruturada	Permite comparar as respostas dos entrevistados, o que fornece mais fiabilidade aos dados retirados (Fortin, 1996). Permite ao entrevistador moldar o conteúdo que pretende incidir durante a entrevista (Bogdan & Biklen, 1994).	Limitam a perspetiva do entrevistado (Flick, 2004) e restringem a liberdade do entrevistador (Fortin, 1996). Elimina a possibilidade de analisar questões que não foram pensadas anteriormente (Bogdan & Biklen, 1994).

Fonte: Elaboração própria

No caso da nossa investigação optamos por utilizar a entrevista semiestruturada¹, agregado a um termo de consentimento² na medida em que surge a necessidade de comparar os dados os dados obtidos com os dados extraídos da documentação. Tendo em conta que iremos abordar os entrevistados com questões relacionados com o passado, a entrevista semiestruturada permite incitar os entrevistados a desenvolver certos tópicos, que poderiam não ser abordados se fosse utilizada a entrevista não estruturada.

Por outro lado, temos como objetivo permitir que os entrevistados tenham liberdade para desenvolver assuntos aos quais não estão delineados pelo guião de entrevista, algo que

¹ Conforme Apêndice A – Guião de Entrevista semiestruturada

² Conforme Apêndice B – Termo de Consentimento

não seria possível através da entrevista estruturada.

O nosso objetivo foi optar por um tipo de entrevista que permitisse dar flexibilidade ao entrevistado, mas por outro lado conseguir motivá-los a lembrarem-se de certos pormenores, através das questões delineadas no guião da entrevista.

2.3.3.1 Amostra

Antes de iniciarmos esta secção é importante definirmos os conceitos, de amostra, população e universo. Segundo Carmo & Ferreira, podemos definir universo como um conjunto de elementos que têm uma ou mais propriedades em comum. Essas propriedades distinguem esses elementos de outros universos. Quanto à população, Santos & Lima (2019) explicam que são todos os elementos constituintes do universo que o investigador pretende estudar. As amostras são todos os elementos ao qual é possível analisar não só as variáveis de estudo, mas também todos os fatores relacionados com as mesmas (Fortin, 2003). Em anuência, Marconi & Lakatos (2003) definem amostra como um subgrupo conveniente selecionado da população.

Na figura nº 3 podemos observar a associação dos conceitos anteriores com a nossa investigação.



Figura nº 3 - Universo, População e Amostra

Relativamente ao processo da seleção da amostra, autores como Pardal & Correia (1995) e Fortin (2003), definem alguns fatores que devem ser considerados durante esta fase: o objetivo de estudo, a necessidade de um estudo prévio, tipo de homogeneidade ou heterogeneidade da amostra.

No entanto, no caso da investigação qualitativa, Patton (1990) afirma que há um enfoque em amostras de tamanho reduzido, onde os elementos que a constituem são selecionados intencionalmente. Almeida e Freire (1997) e Vilelas (2009) designam as amostras mais pequenas, como característica fundamental da investigação qualitativa e sobretudo dos métodos do estudo de caso.

O objetivo da seleção de amostras reduzidas é reunir um conjunto de elementos que possuam as características que identificam o grupo como um todo (Santos & Lima, 2019). Para que a amostra seja representativa, é importante que se identifique não só com o objeto de estudo, mas também com outros fatores capazes de influenciar as variáveis estudadas (Fortin, 2003).

Tendo em conta os argumentos anteriores iremos adotar o método não probabilístico. Segundo Carmo & Ferreira (2008) as amostras de caráter não probabilísticos são selecionados segundo os critérios definidos pelo investigador. Santos & Lima (2019) afirmam que as amostras definidas através do método não probabilístico dependem apenas da circunspeção do investigador.

No caso do nosso estudo os elementos selecionados para as entrevistas, pertencem às FOEsp portuguesas que estiveram inseridos nos DOE empregues no TO do Kosovo. Dentro desta população decidimos utilizar a técnica de amostragem por quotas, onde dividimos a população em subgrupos, materializados pelos DOE que foram empregues no TO do Kosovo (Carmo & Ferreira, 2008).

2.3.2 Documentação

A utilização de documentação como fonte de recolha de dados é uma das estratégias mais utilizadas no método do estudo de caso (Meirinhos & Osório, 2010). Em concordância, Yin (2003) afirma que as informações retiradas através de documentos são relevantes para a investigação qualitativa e para a estratégia de investigação do estudo de caso. O autor aponta três vantagens na utilização da documentação: primeiro, permite verificar a informação que foi mencionada na entrevista. Segundo, é nos documentos que o

investigador consegue obter detalhes específicos para garantir a triangulação dos dados de outras fontes. No caso de alguma informação não corresponder a um dado prévio, o investigador tem a capacidade de estudar ao pormenor esse tópico. Por último, o investigador tem a capacidade de fazer inferências através da análise de documentos.

Através da figura nº 4, e segundo os autores Carmo & Ferreira (2008) e Yin (2017), podemos analisar as principais fontes de documentação.

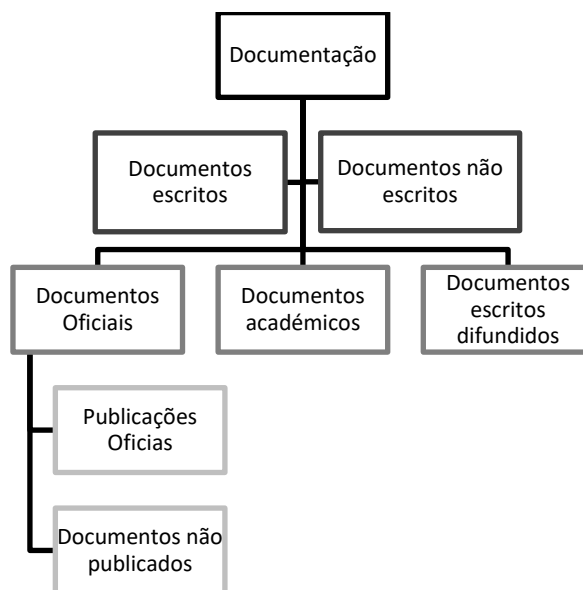


Figura nº 4 - As principais fontes de documentação

Fonte: Elaboração própria

Nesta investigação recorreremos a documentos oficiais do Exército português, e do Exército dos EUA, nomeadamente, os manuais da doutrina das FOEsp dos EUA. Recorreremos principalmente à doutrina americana por ser o país que disponibiliza mais conteúdo sobre FOEsp. Países como o Reino Unido regem-se através da política de não comentar ou referir as atividades ou doutrinas das FOE (Moran, 2016).

Documentos não publicados como os manuais e Normas Execução Permanentes (NEPs) relativas às FOEsp Portuguesas. Documentos académicos através da análise de Teses de Mestrado e biografias de militares. Por último, documentos escritos difundidos através da análise de jornais, tais como: *Qualitative Health Reserach*, *Special Warfare*, *Journal of Business Research*, *International Affairs*, *Review of International Studies*, *Global Governance*, publicações e artigos.

2.3.3 Observação Direta

Na nossa investigação iremos recorrer à observação direta, uma das formas de recolha de dados mais importantes no método do estudo de caso (Yin, 2003). De acordo com Fortin (1996), podemos caracterizar a observação direta como o processo de descrever as variantes de uma certa situação social e complexa. Por variantes entende-se as ações, pessoas e lugares onde foram produzidas. Em concordância, Marconi & Lakatos (2003), interpreta a observação direta como principal instrumento para analisar determinados aspetos da realidade, nomeadamente conceitos e factos que pretendemos estudar.

As observações são um elemento-chave que fornecem informações relacionadas com o objeto de estudo (Yin, 2003). Uma vez que constituem um importante método de recolha de dados que permite observar e registar os comportamentos no momento que eles são produzidos (Quivy & Campenhoudt, 2003).

Em consanguinidade Weick (1968, p. 360) descreve a observação como o ato de “selecionar, provocar, registar” os comportamentos e o meio em que são produzidos. O autor descreve o ato de selecionar através da liberdade que o investigador tem de orientar e escolher as suas observações. A fase de provocar, onde o investigador deve incitar o entrevistado sem prejudicar o âmbito da observação. E, por último, o registo dos dados, que consiste no processo de analisar e organizar as observações retiradas do trabalho de campo.

No caso da nossa investigação e tendo em conta a situação pandémica atual, incluímos na observação direta todas as notas de campo obtidas através de chamadas telefónicas, conversas realizadas após a entrevista, ou para esclarecer alguns assuntos ou dúvidas que tenham surgido após a realização das mesmas. Foram incluídas também, todas as expressões ou sentimentos que os entrevistados expressavam durante a entrevista.

2.4 Análise de dados

Após efetuada a recolha de dados através das fontes descritas nas secções anteriores, é necessário efetuar a análise e interpretação da informação. Segundo Bogdan & Biklen (1994), o processo de análise de dados consiste na organização da informação transcrita através de entrevistas, notas de campo e de qualquer outro tipo de material que o investigador tenha utilizado para o auxiliar. Os autores referem ainda que o objetivo desta fase de investigação é compreender os dados recolhidos, de forma a conseguir apresentá-los da melhor forma.

Em paridade Silvestre e Araújo (2012) afirmam que na investigação qualitativa o

objetivo da análise de dados é absolver as ligações entre pessoas, conceitos e fenómenos do objeto de estudo, de maneira a dotar o investigador da perspetiva dos atores que pretende estudar.

Para a análise de dados utilizamos a técnica abordada por Yin (2003), como demonstrada na figura nº5, através das etapas Transcrição, Leitura, Criação de códigos, Análise Descritiva e Análise Interpretativa.

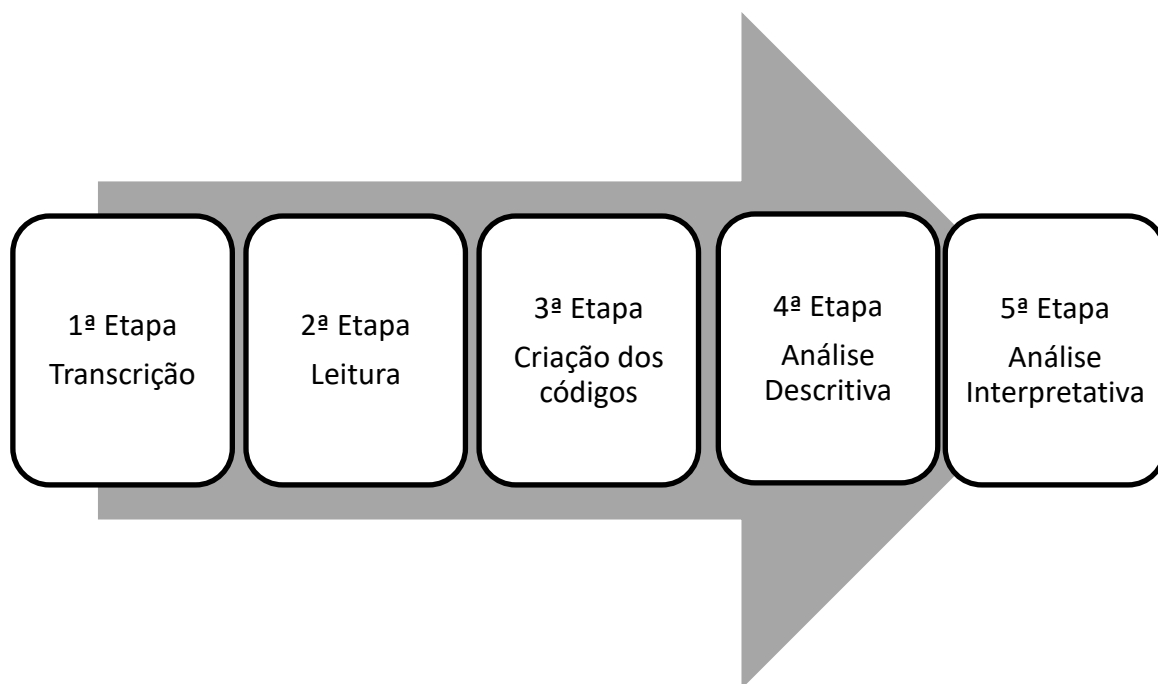


Figura nº 5 - Etapas da análise de dados

Fonte: Adaptado de Yin (2003, pp 132-156)

Segundo Guerra (2006), a primeira etapa consiste na transcrição das entrevistas realizadas. A principal preocupação do investigador é transcrever o conteúdo de forma integral e fiel. Numa segunda etapa, a leitura da informação recolhida através das entrevistas. A terceira etapa consiste na criação de códigos, associados aos entrevistados. Como exemplifica o quadro n.º 2 foram dados códigos de E1 a E17 aos entrevistados. Cada código está associado ao posto atual, posto no momento em que foi destacado, número do DOE, data da missão, função desempenhada durante a missão e uma coluna para possíveis observações.

Quadro n.º 2 - Tabela Modelo para criação de códigos

Código	Identificação dos entrevistados					
	Patente Militar	Posto no momento em que foi destacado	N.º do DOE	Data da missão	Função	Observações
E1						
E2						
(...)						

Fonte: Yin (2003, pp. 132-156)

A quarta etapa inicia através da análise descritiva, que visa essencialmente organizar e ordenar a informação recolhida. Numa primeira fase irão ser extraídos os excertos das entrevistas. De seguida vamos agrupar os excertos extraídos a categorias e por último identificar quais os caminhos/dimensões que iremos abordar. O objetivo é reunir os principais tópicos abordados durante a entrevista, para que no futuro consigamos identificar mais facilmente quais os assuntos associados ao objeto de estudo.

Como última etapa o autor apresenta a análise interpretativa, onde o investigador relaciona as reflexões retiradas a partir da recolha de dados com a QI levantada no início da investigação.

2.5 Validade e Fiabilidade

Segundo Carmo & Ferreira (2008) a investigação qualitativa destaca a importância da validade e fiabilidade que o método do estudo de caso tem que apresentar. Em consequência, definimos validade como o “rigor que determinado constructo (conceito complexo que resulta da síntese de um conjunto de ideias simples) é avaliado” (Rosado, 2017 pp. 129).

A validade pode ainda ser dividida em validade interna e validade externa. A validade interna diz respeito há correspondência entre os resultados da investigação e a realidade, ou seja, o investigador tem que garantir que o seu estudo traduz a realidade estudada (Carmo & Ferreira, 2008).

No caso do nosso estudo garantimos a validade interna através da triangulação das fontes de recolha de dados. De acordo com Appelbaum & Patton (2003), Merriam (1988), Miles & Huberman (1994), Yin (1993), Hamel (1997), Stake (1994), Igea et al. (1995) e

Flick (2004), a triangulação é um dos métodos mais importantes para garantir a validade interna de uma investigação qualitativa.

Por outro lado, Yin (2003) define a validade externa como a possibilidade de aplicar o nosso estudo a outros casos. No entanto o autor afirma que não é razoável aplicar aos estudos de caso, uma vez que os casos são escolhidos intencionalmente e estrategicamente pelo investigador.

Por último, definimos fiabilidade como a capacidade que a nossa investigação tem para que diferentes investigadores conseguissem obter os mesmos resultados (Carmo & Ferreira, 2008). Em consonância Rosado (2017) relaciona o conceito de fiabilidade com a estabilidade e regularidade que o estudo tem em diferentes momentos.

Comparando o conceito com a metodologia empregue na nossa investigação, após a realização das entrevistas e conseqüente registo e transcrição enviamos aos entrevistados o conteúdo analisado da mesma. Deste modo e através do seu consentimento garantimos que o conteúdo reflete o seu verdadeiro significado.

CAPÍTULO 3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo foca-se na análise e discussão de resultados, tendo por base os dados obtidos através dos métodos de recolha de dados abordados no capítulo anterior, sendo que utilizámos como fonte de recolha de dados principal as entrevistas. De modo a sequenciarmos a apresentação de resultados, optámos por dividir este capítulo em dois subcapítulos. Os dois subcapítulos remetem respetivamente para as duas fases onde os DOE estiveram integrados na missão atribuída ao Centro de Tropas de Operações Especiais (CTOE).

Nos subcapítulos das fases será apresentada a informação recolhida segundo as tabelas n.º 1 e n.º 2, associadas à 1ª e 2ª fase no TO do Kosovo, respetivamente. As categorias escolhidas estão relacionadas com as questões colocadas aos entrevistados e abordam os tópicos gerais da entrevista. De modo a esquematizar a nossa análise associamos a estas categorias, subcategorias que materializam os aspetos mais importantes que os entrevistados referiram durante a entrevista.

Quadro n.º 3 - Categorias e Subcategorias da 1ª Fase no TO do Kosovo

Categorias	Subcategorias
Ambiente Operacional	Fase do conflito
	Tipo de ameaça
	Área de Operações
Unidade	Estrutura
	Dependência Operacional
	Liberdade de planeamento e execução
Missões e Tarefas	Reconhecimento Especial e Vigilância
	Modos de atuação
	Preparação para a missão
	Principais dificuldades
Apoios	Meios disponibilizados
	Colaboração com forças estrangeiras

Fonte: Elaboração própria

Quadro n.º 4 - Categorias e Subcategorias da 2ª Fase no TO do Kosovo

Categorias	Subcategorias
Ambiente Operacional	Fase do conflito
	Tipo de ameaça
	Área de Operações
Unidade	Estrutura
	Dependência Operacional
	Liberdade de planeamento e execução
	Preparação para a missão
Missões	Principal dificuldade sentida
	Reconhecimento Especial e Vigilância
Tarefas	Plano Brasil
	Apoio a tarefas de CCRC
Modos de atuação	Proteção a altas entidades
	Principal modo de atuação
Apoios	Tipos de meios disponibilizados
	Colaboração com forças estrangeiras

Fonte: Elaboração própria

Numa fase inicial da investigação tivemos acesso a uma lista com a constituição dos DOE empregues na missão do TO Kosovo³. Definimos como critério de preferência de escolha, os oficiais que foram comandantes de destacamento. A principal razão desta escolha foi o facto de nos proporcionarem mais proximidade com os pormenores do planeamento e execução das missões, bem como as tarefas atribuídas aos destacamentos. Entrevistámos um total de 17 militares, sendo que 5 deles estiveram presentes numa primeira fase do conflito e 12 estiveram presentes numa segunda fase do conflito⁴.

De seguida procedemos à técnica de análise qualitativa, conhecida por “análise de conteúdo”. Para esse fim, utilizámos excertos das entrevistas atribuindo-lhe categorias e subsequentemente subcategorias. Após concluída a análise das entrevistas, efetuamos o mesmo processo para as notas de campo, obtidas através da observação direta, durante as entrevistas via Zoom. As notas de campo, em semelhança aos excertos foram associadas às subcategorias de cada fase.

³ Conforme Apêndice C – Lista dos Destacamentos de Operações Especiais no Teatro de Operações do Kosovo.

⁴ Conforme Apêndice D – Identificação dos Entrevistados.

3.1 1ª Fase no Teatro de Operações do Kosovo

3.1.1 Ambiente Operacional⁵

De acordo com os entrevistados, numa primeira fase da atuação dos DOE, iniciada a julho de 1999, o conflito estava numa fase inicial, onde a OTAN tinha uma missão humanitária no âmbito da resolução de conflitos. O TO estava desabilitado, as vias de comunicação e as infraestruturas estavam destruídas. Era notável o ambiente de assolação, principalmente pela grande quantidade de destroços que havia no TO, provocados pela violenta campanha Sérvia e devido aos bombardeamentos aéreos da OTAN, com o objetivo de cessar os vários ataques à população albanesa. Houve um grande interesse por parte da comunidade internacional em intervir, forçando a resolução do conflito com base na força, após várias tentativas de acordos falhados com o governo sérvio.

Numa fase inicial, o objetivo da OTAN foi reestruturar as infraestruturas essenciais como postos de abastecimento de água e redes de esgoto. Após a edificação das estruturas, o Kosovo entrou numa fase em que pretendia reclamar a sua independência e estava a criar estruturas administrativas, como juntas de freguesias e câmaras municipais. No entanto, a Sérvia reivindicava o Kosovo como território sérvio, o que provocava uma enorme pressão entre a população sérvia e albanesa.

Rapidamente se presenciou a entrada de vários países que representavam a OTAN, o que trouxe estabilidade ao território do Kosovo. O enquadramento da OTAN no Kosovo era clássico na atuação de uma força pertencente à comunidade internacional. O objetivo foi atuar como uma terceira parte perante um conflito interno prematuro entre duas populações, que tinha terminado na parte violenta e que estava a entrar num processo de resolução de conflito para a transformação de conflito.

No âmbito de atuação da OTAN, as FOEsp e sobretudo o DOE K1 desempenhou uma missão relevante de RE. A unidade foi destacada com base num enquadramento legal bem definido e com acordos pré-estabelecidos entre o governo sérvio, Kosovar e os líderes da OTAN.

Foi atribuída uma AOp ao DOE, com base na área de responsabilidade do batalhão português. Esta área de responsabilidade situava-se a Oeste do TO, estava atribuída a Brigada Multinacional Oeste e fazia fronteira com o Montenegro e a Albânia. Nessa área de responsabilidade um dos objetivos do DOE foi o de elaborar estudos de área que envolviam o estudo de ameaças, lideranças entre outros vetores que tinham como objetivo

⁵ Conforme Apêndice E – 1ª Fase: Ambiente Operacional.

proteger o batalhão e permitir o cumprimento da sua missão.

No entanto, fora da área de responsabilidade do batalhão português, DOE repartia a responsabilidade com as Brigadas Multinacionais Alemã, Francesa, dos EUA e do Reino Unido. O Kosovo estava dividido em 5 setores, sendo que cada um era da responsabilidade de cada brigada multinacional, tal como está representado na Figura nº6. Por vezes foi necessário realizar operações em conjunto com as outras brigadas de forma a coordenar informações sobre possíveis ameaças e problemas existentes no TO.



Figura nº 6 - Áreas de Responsabilidade do TO do Kosovo

Fonte: Adaptado de U.S. Department of State

As principais ameaças surgiram devido à discordância entre a população sérvia e albanesa, relacionada com o estado prematuro de independência do Kosovo. No Kosovo, onde a situação se baseia numa operação de resolução de conflitos, por norma existem algumas fações ou segmentos que têm e formulam ideais diferentes. No caso do Kosovo esses segmentos materializavam-se por grupos criminosos que atuavam sobretudo através do crime organizado.

Estes grupos estavam agregados a grandes famílias, cujos nomes eram facilmente associados a diferentes zonas espalhadas pelo território do Kosovo. Os seus principais rendimentos provinham de atividades relacionadas com o comércio de armas, droga e o contrabando de tabaco e madeira.

Estes grupos de crime organizado estavam disseminados nos partidos políticos e,

portanto, a grande preocupação da OTAN era controlar as suas atividades. Toda a informação que era pedida ao DOE, era baseada neste tipo de ameaça, no seu *modus operandi*, tipo de atividades e rotinas, assim como todos os obstáculos e campos minados que foram colocados após a entrada da OTAN para o TO.

3.1.2 Unidade⁶

Numa altura em que a OTAN não tinha publicações doutrinárias que enquadrassem a atuação de FOEsp ou a realização de operações especiais, a principal orientação dos militares portugueses era a doutrina militar dos EUA. Designados por DOE ou por unidades táticas por destacamento a estrutura dos DOE era composta por doze militares, tal como os destacamentos dos EUA, *Operational Detachment*. Dos doze militares, dois eram oficiais e quatro sargentos do quadro permanente do Exército Português, seis cabos e seis praças. Estes números foram constantes nos destacamentos da primeira fase, exceto o primeiro DOE, que foi constituído apenas por graduados.

Durante esta fase, o DOE estava subordinado ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) português, no entanto estavam sob o comando da MNB-W, comandada por militares italianos, uma vez que a Itália era um dos países que fornecia mais forças à OTAN. O DOE tinha um oficial de ligação na MNB-W, responsável por estabelecer comunicação entre a brigada e o destacamento. À semelhança de Portugal, a Itália e a Espanha tinham FOEsp no TO do Kosovo, inseridas no setor Oeste, ao comando da MNB-W.

Para além da cooperação com as FOEsp da MNB-W, o DOE mantinha a ligação com o batalhão português que estava em missão no Kosovo. No entanto, o DOE não dependia hierarquicamente do batalhão. Através do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), ou através da brigada Multinacional Oeste, o DOE recebia pedidos de pesquisa, ao qual tinha que responder através da realização de operações de reconhecimento e vigilância no TO do Kosovo.

Em termos de liberdade e independência no processo de planeamento e execução das tarefas e missões atribuídas ao DOE, os entrevistados referiram que era total. Os comandantes de destacamento recebiam a missão do escalão superior, planeavam e decidiam quando seriam executadas as operações, de acordo com as Regras de Empenhamento que estavam estabelecidas pela OTAN. Os entrevistados referiram ainda que raramente apresentavam o planeamento ao escalão superior, algo que realça a

⁶ Conforme Apêndice F – 1ª Fase: Unidade.

confiança e liberdade dada aos DOE.

3.1.3 Missões e Tarefas⁷

A principal missão realizada durante a 1ª Fase do DOE no Kosovo foi o RE e vigilância. Havia a intenção por parte do governo português de enviar um batalhão para o Kosovo, o que provocou a necessidade de recolher informação relativa ao território. Numa etapa inicial desta fase, o DOE foi projetado após o final do conflito entre a ELK e os sérvios, para apoiar a atuação do batalhão português.

O principal objetivo da presença dos militares de operações especiais portuguesas era fazer um levantamento de situação do teatro. Tinham como preocupação garantir a ligação e a recolha de informação, com prioridade para o setor onde o batalhão português estava localizado, apoiando a operação como um todo.

Incluído no RE, o DOE realizou tarefas de vigilância a pontos de passagem na fronteira através da colocação de postos de observação (PO). Uma outra tarefa desempenhada pelo DOE no âmbito do RE foi a utilização de tarefas de HUMINT. As técnicas utilizadas para a realização das tarefas HUMINT, consistem na recolha de informação através de fontes humanas e do contacto com a população. O comando da MNB-W preparava uma lista de quesitos concretos, através de um documento escrito. O DOE tinha como função pesquisar e responder aos mesmos. O comandante do destacamento tinha à sua disposição uma rede de informadores ou fontes que lhe permitiam obter as informações que necessitava.

Cada fonte tinha uma classificação, que era atribuída consoante a sua fiabilidade. A informação recolhida através dessas fontes era verificada, caso fosse confirmada, a fonte era credível. Estas fontes estavam espalhadas pelas várias povoações e aldeias do TO, setores da administração do estado como juntas de freguesia, camaras municipais e escolas.

As fontes disponibilizavam informação ao DOE, por dois motivos. No primeiro estes elementos eram motivados pelo sentimento de desagrado e revolta relacionado com a situação a que o Kosovo os sujeitava. Na segunda, a OTAN atuava em proveito destes elementos, por exemplo: a MNB-W foi responsável por reconstruir infraestruturas ou fazer pequenas reparações nas vias de comunicação.

O DOE realizou também uma missão de assistência militar, em que lhes foi atribuída a tarefa de ministrar o curso de métodos de instrução à força de proteção civil do Kosovo. Esta força era composta por ex-guerrilheiros e ex-combatentes que se estavam a

⁷ Conforme Apêndice G – 1ª Fase: Missões e Tarefas.

organizar para constituir uma força de proteção civil. Mais tarde tornaram-se no embrião do ELK.

O modo de atuação utilizado pelo DOE para a realização destas missões e tarefas era sobretudo o modo coberto. Os militares das FOEsp portuguesas estavam sempre fardados e devidamente identificados. As viaturas tinham a bandeira nacional visível e o uniforme utilizado era o que estava em vigor no exército português. No entanto, não utilizavam nenhum item simbólico que os identificasse como militares de FOEsp portuguesas, uma vez que em missões de RE e HUMINT, não era do interessa do DOE divulgar que eram elementos de uma força especial.

É também importante referir que segundo os entrevistados a preparação dos militares do DOE era suficiente, quer ao nível técnico, tático e teórico. Sabiam executar e tinham o conhecimento necessário nas áreas do RE e vigilância e assistência militar. A boa preparação era fruto do árduo trabalho realizado não só no aprontamento, mas também no treino constante e diário de um militar de Operações Especiais.

Os DOE da 1ª Fase foram a força de entrada no TO, o que não lhes providenciava um conjunto de estruturas implementadas para os apoiar. Foi uma época em que o CTOE e os seus DOE estavam a explorar o emprego e atuação de FOEsp no Kosovo.

No entanto, a boa preparação dos militares e o apoio por parte das forças portuguesas colmatou as dificuldades sentidas. Sobretudo as que estavam ligadas ao TO, nomeadamente o clima que afetava as forças portuguesas na realização de missões no âmbito do RE, porque permaneciam em postos de observações durante vários dias.

3.1.4 Apoios⁸

Os DOE dispunham de meios adequados para a realização das suas missões. Dispunham de viaturas táticas Ligeiras todo-o-terreno, os Jipes Toyota Land Cruiser HZI73. O combustível era fornecido através do batalhão italiano e manutenção estava à responsabilidade do batalhão português. Os meios dos DOE eram adequados para o clima frio. Como a temperatura média diária no Inverno era de -2º centígrados, os militares do DOE dispunham de material de neve e montanhismo que permitiam a progressão tática na neve respetiva realização de missão de RE. Para além dos meios referidos, o DOE tinha um conjunto de equipamentos destinados à missão de RE, nomeadamente máquinas fotográficas, meios óticos que permitem realizar vigilância a grandes distâncias e sistemas de GPS que facilitavam a navegação por parte do destacamento.

⁸ Conforme Apêndice H – 1ª Fase: Apoios.

A principal missão realizada era o RE, através de vigilâncias e PO, o que não envolvia a utilização de meios demasiado específicos, tais como drones que permitam a observação do campo de batalha, ou viaturas táticas como as Polaris MRZR D2 ou D4 que fornecem ao militar uma plataforma altamente móvel e projetável. Para além dos meios disponibilizados pelo CTOE, o DOE contava com os meios da MNB-W, nomeadamente meios aéreos, através de helicópteros de transporte com o objetivo vigiar as forças que estão no campo de batalha. Eram utilizados principalmente em operações realizadas na fronteira, com o objetivo de estudar a necessidade de empenhar uma Força de Reação Rápida (FRR) em apoio ao destacamento. Por norma, as forças italianas nomeavam um pelotão para desempenhar a função de FRR.

No entanto, houve algumas exceções, como por exemplo o DOE K4. Este destacamento executou uma missão no setor sudeste, atribuído à Brigada Multinacional dos EUA. Nesta operação havia a necessidade de empregar uma força de apoio ao destacamento. Estiveram cerca de um mês a executar tarefas no âmbito do RE à fronteira do Kosovo com a Sérvia, mais precisamente a um centro de treino de um grupo de guerrilha, associado à população pró-Sérvia.

No caso desta missão, os meios necessários para a sua execução foram atribuídos através da brigada dos EUA, mais especificamente apoio logístico e alojamento. Na maior parte dos casos, os meios que o DOE necessitava eram atribuídos pela unidade que lhes atribuía a missão ou tarefa.

Em termos de colaboração com FOEsp de outros países, havia uma célula de planeamento de Operações Especiais, dirigida maioritariamente por militares americanos. No entanto, a realização das missões e tarefas estavam descentralizadas por brigada. No caso dos DOE da 1ª Fase, tiveram a oportunidade de cooperar com as unidades italianas e espanholas. As forças pertenciam à Brigada Multinacional Oeste e estavam aquartelados em conjunto, num antigo hotel localizado entre *Klina* e *Péc*.

Durante a realização das operações os DOE colocavam um elemento no Posto de Comando (PC) da brigada com o objetivo de garantir as comunicações com o EM. Para além disso, estabeleciam contacto para o centro de operações do Destacamento, de forma a atualizar o *status* da missão.

Embora operam-se de forma independente e tivessem áreas de responsabilidade diferentes a colaboração entre forças existia e baseava-se na discussão da metodologia de emprego que as forças adotavam nas missões e tarefas atribuídas. Os comandantes dos destacamentos comunicavam entre si de forma a entender e discutir o tipo de ameaça e

AOp atribuída para seguirem o mesmo padrão no que toca ao *modus operandi* das FOEsp.

No entanto, não ocorreram missões conjuntas. O conceito de interoperabilidade entre FOEsp não se aplicava porque era um período embrionário daquilo que é hoje em dia o conceito de cooperação entre FOEsp de países diferentes, algo que se veio a desenvolver de forma rápida e exponencial.

3.2 2ª Fase no Teatro de Operações do Kosovo

3.2.1 Ambiente Operacional⁹

Durante a segunda fase o DOE não tinha uma AOp atribuída. Os militares portugueses realizavam operações no âmbito de *Kosovo Air*. Como módulo de apoio a uma força em reserva portuguesa a KTM, tinham que estar preparados para atuar em todo o território do Kosovo.

O conflito no Kosovo era volátil e tenso. Embora mais estável, estava num processo de recuperação de um ambiente inconstante e inseguro. Era composto por duas populações de etnia diferente, a população Sérvia e a população albanesa. Ambas tinham a capacidade de gerar violência, sobretudo através de manifestação, ou de forma indireta com o apoio monetário fornecido a grupos criminosos para destabilizar a região. Como exemplo os entrevistados referiram a criação de *roadblocks* pela população sérvia. Em curtos espaços de tempo tinham a capacidade de colocar cerca de uma centena de pessoas junto do *roadblock*, com o propósito de impedir a passagem da população albanesa, ou a destruição da barreira física por parte das forças da OTAN.

A constante vigilância e observação a que as forças portuguesas estavam submetidas, justificavam o ambiente de desconfiança sobretudo por parte da população Sérvia em relação à atuação da OTAN. Embora as populações estivessem separadas, existiam diversos enclaves espalhados pelo TO. Os kosovares sérvios reclamavam o território a norte do Kosovo como propriedade Sérvia, e os kosovares albaneses não concordavam. O descontentamento por parte da população expressava-se através de manifestações, como foi o caso de uma manifestação em Pristina a 22 de Outubro de 2012, ataques a infraestruturas como tribunais ou esquadras da polícia. Um exemplo destas ações, foi a morte de um polícia ucraniano, em março de 2008, durante a realização de uma manifestação em *Mitrovica*.

De acordo com a OTAN, um dos seus objetivos principais era controlar e manter a

⁹ Conforme Apêndice I – 2ª Fase: Ambiente Operacional

estabilidade, principalmente nas regiões do Norte (Organização do Tratado do Atlântico Norte [OTAN]). Foi durante esta fase que se presenciou a definição do estatuto final do Kosovo. O clima de discordância e desacordo por parte da população Sérvia em relação à independência da região originou o nascimento de partidos políticos como a Liga Democrática e a Aliança para o Futuro Kosovo, em que por vezes tinham elementos que incentivavam ao ódio, autodeterminação rejeitando a presença da OTAN e de outras organizações internacionais, como a ONU. Por outro lado, a população albanesa aceitava e defendia a presença destas forças como elemento protetor das suas minorias.

Esta insatisfação aumentou quando foi declarada a independência do Kosovo a fevereiro de 2008, em especial na zona norte, em Mitrovica onde estava localizada a população Sérvia. Outras zonas como Pristina, foram alvos de tumultos e da construção de *roadblocks* por parte da população sérvia como no caso do ataque ao posto de controlo de *Jaringe*, no final de julho de 2011 pela população sérvia. Os *roadblocks* serviam essencialmente para impedir a população albanesa de circular para a zona norte do Kosovo. O *modus operandi* da população sérvia, era a utilização de crianças e mulheres para impossibilitar a circulação de viaturas das forças da OTAN e conseqüentemente das forças portuguesas.

Os DOE realizavam operações nestes locais, o que obrigava as forças portuguesas a adotar medidas de precaução, no que diz respeito a deteção de indícios da presença de atividades hostis à força portuguesa. Por exemplo, a morte de um militar russo na zona norte do Kosovo através de uma ação sniper. Este tipo de ocorrências levava o destacamento a operar segundo um *notice to move*. O tempo que era dado às forças portuguesas para estarem prontas a intervir era menor nas localidades onde estivesse previsto haver uma manifestação ou que fosse habitual haver confrontos entre populações.

A ameaça era difusa, ou seja, estava espalhada por todo o território do Kosovo. No entanto, não era direcionada para as forças portuguesas. Se no decorrer das suas operações o DOE interferisse nas atividades de criminalidade, poderia ficar envolvido no meio de uma conflitualidade em que o alvo não era as forças da KFOR. Não existindo uma ameaça declarada, era requerido ao DOE e ao batalhão português cuidados especiais para não colocar em risco as unidades portuguesas. Qualquer erro provocado na avaliação de uma ameaça poderia pôr em causa toda a missão portuguesa no TO e conseqüentemente da OTAN.

Era feito um estudo cuidado e pormenorizado relativamente à ameaça, com o objetivo de entender o seu *modus operandi*. Esta ameaça era constituída sobretudo por

organizações clandestinas de criminalidade, como por exemplo o Grupo de *Drenica*. Segundo o Parlamento Europeu (2011) este grupo era responsável por 15% de todas as atividades criminosas no Kosovo. As principais atividades desenvolvidas por estes grupos criminosos era o tráfico de combustível, órgãos vitais, bens-materiais, como madeira que contribuía para o aquecimento das habitações. Este tipo de atividades ocorria especialmente nas zonas fronteiriças e dada a sua frequência, havia suspeitas por parte das células de informação da KFOR da presença de grupos terroristas no Kosovo ligados ao Al Qaeda.

Essas organizações eram sobretudo apoiadas pela população albanesa, nomeadamente o Grupo de *Drenica* e outras organizações formadas por antigos combatentes do ELK, como era o caso da mafia albanesa. No caso da população sérvia, a sua organização era bem consolidada e experiente especialmente na zona Norte do Kosovo, na região de Mitrovica. Sabiam contrariar as medidas impostas pelas forças da OTAN, destacando-se a operação realizada em *Mitrovica* em dezembro de 2012. O batalhão português elaborou o planeamento de uma operação que tinha como objetivo remover um *roadblock* sérvio, no entanto devido à rápida resposta e organização da população sérvia a operação não obteve sucesso. Estas ações eram realizadas com o intuito de evitar o reconhecimento do Kosovo como país independente.

Em contrapartida a população albanesa era um povo que se expressava através de manifestações. O seu propósito era destacar as suas ações nos meios de comunicação social para que a sua mensagem fosse divulgada. O grande objetivo destes grupos era destabilizar a região, pressionando para que o Kosovo fosse independente.

3.2.2 Unidade¹⁰

A estrutura dos DOE durante a segunda fase sofreu algumas alterações. A sua composição passou de doze para seis homens, com a seguinte organização: um oficial, dois sargentos e três militares em regime de contrato. Mudou a designação de DOE para módulo de apoio, uma vez que estava inserido no TO juntamente com um batalhão português, que podia ser guarnecido através da Brigada de Intervenção, Brigada de Reação Rápida, e Brigada Mecanizada¹¹.

O módulo de apoio estava inserido na Companhia de Comando e Serviços (CCS) do batalhão, no entanto, dependia única e exclusivamente do comandante de batalhão. Em

¹⁰ Conforme Apêndice J – 2ª Fase: Unidade.

¹¹ Conforme Apêndice K – Relação entre DOE e os respetivos batalhões portugueses.

casos excepcionais, recebia missões e tarefas do oficial de operações (S3) e do oficial de informações (S2). Alguns entrevistados referiram ainda que em situações específicas o comandante do módulo de apoio auxiliava os respetivos S2 e S3 na realização de tarefas direcionadas para o batalhão.

Em termos do planeamento e execução das missões e tarefas que eram atribuídas ao módulo de apoio, o comandante do módulo tinha independência total. No final do planeamento eram apresentados os produtos desenvolvidos ao S2 ou S3. Assim que as modalidades de ação propostas fossem aprovadas, o módulo estava apto a preencher o cartão de movimento e prosseguir com a realização da ação.

Para além da realização de operações em apoio ao batalhão, o módulo de apoio tinha a responsabilidade de estudar e conhecer o TO do Kosovo como um todo. Com esta tarefa, pretendia-se fazer um reconhecimento e estudo da área do TO, de forma a fornecer informação alusiva aos aspetos militares e naturais do terreno ao batalhão. O estado final desejado era aumentar as competências do batalhão para que este fosse empregue da melhor forma, em qualquer área do TO.

O nível de exigência era elevado, na medida em que os militares das FOEsp eram um elemento de apoio que fornecia informação ao batalhão em tempo oportuno. O sucesso das tarefas realizadas requeria das FOEsp, uma preparação adequada e bem programada, nomeadamente nas áreas do RE, tarefas de sniping em apoio ao CCRC, proteção de altas entidades e tarefas de HUMINT. Os módulos de apoio estavam treinados e tinham a preparação adequada para atuar no TO do Kosovo. Apesar de ser uma missão com alguns momentos críticos, não era uma missão em que os militares fossem sujeitos a constantes situações de combate, o que facilitava a mitigação de algumas adversidades que poderiam existir na força portuguesa, tais como o risco a que as FOEsp são submetidas no caso da execução de uma missão de ação direta.

Os módulos de apoio eram constituídos por militares especializados em diversas áreas, tais como atiradores sniper e RE, o que permitira salvaguardar o sucesso das missões e tarefas.

Os módulos de apoio eram constituídos por militares especializados em diversas áreas, tais como: atirador sniper, curso que requiere uma especialização para realização de tiro entre os 100 e os 1000 metros e tem um período de formação até dez semanas; o RE, que tem como objetivo fornecer aos militares as capacidades necessárias de vigilância, monitorização, avaliação de danos e aquisição de alvos; e curso de montanhismo, que tinha como objetivo permitir aos militares executar operações em montanha, tais como a

transposição de feridos. O que irá salvaguardar o sucesso das missões no Kosovo, pois as competências adquiridas nas formações referidas em cima, correspondiam às competências exigidas para a realização das missões e tarefas analisadas, nomeadamente RE e apoio a operações de CCRC. A título de exemplo, os militares do DOE realizaram missões de RE em ambientes frios, permitindo aliar os conhecimentos adquiridos no CTOE em RE e montanhismo.

Desde o início da primeira fase que houve uma abrangência de lições aprendidas que possibilitaram a criação de uma listagem das capacidades por tipologia de tarefas que eram desempenhadas pelo módulo de apoio no Kosovo. Esta lista permitiu identificar e descrever quais as principais tarefas que eram realizadas pelos destacamentos que estiveram no Kosovo e em simultâneo dar prioridade a essas tarefas durante a preparação para a missão dos módulos de apoio.

Na maioria das vezes o nível pretendido no treino individual no âmbito das capacidades referenciadas anteriormente, nomeadamente o RE, montanhismo e tarefas de CCRC, no treino individual do módulo de apoio era atingido. No entanto o aprontamento deixava algumas lacunas no que diz respeito à integração de FOEsp com as forças convencionais, nomeadamente o batalhão português na qual o destacamento estava integrado. As principais lacunas estavam relacionadas com a falta de conhecimento relativamente ao emprego de um DOE como módulo de apoio. Este problema surgia na medida em que o tempo de aprontamento para as FOEsp em conjunto com o batalhão era reduzido e não permitia adquirir as rotinas e os procedimentos necessários. No entanto, os entrevistados referiram que no geral essa lacuna era colmatada no TO através do treino operacional combinado que realizavam durante a missão.

As principais dificuldades referidas pelos entrevistados estão relacionadas com a lacuna anterior, nomeadamente a compreensão por parte do comandante do batalhão e seu EM, das capacidades do módulo de apoio. Era necessário fazer a ligação com a força de manobra e tornar o emprego do módulo de apoio vantajoso para o batalhão português, o que por vezes era difícil, porque o emprego de FOEsp como um módulo de apoio não estava bem definido.

Esta dificuldade não era só referente à execução das missões, mas sim ao momento em que era atribuída uma missão ao módulo. Na maioria das vezes o modo de emprego dos módulos não era o mais adequado para uma FOEsp. Os módulos estavam a ser empregues em missões que podiam ser atribuídas a forças sem a especialidade de operações especiais. Uma das sugestões referidas pelos entrevistados era a capacidade de aproveitar a qualidade

desses militares para desenvolver outro tipo de tarefas e retirar o máximo rendimento possível para o batalhão.

3.2.3 Missões¹²

A principal missão desenvolvida pelos módulos de apoio na segunda fase foi o RE e vigilância. O módulo de apoio realizava operações de reconhecimento com o propósito de conhecer todas as áreas de operações do TO e fazer um estudo de área do Kosovo, com especial atenção para as zonas onde o batalhão ia operar. O trabalho realizado através dos DOE em operações de reconhecimento permitia obter informação pormenorizada do TO, aumentar a capacidade de atuação do batalhão português como reserva da KFOR, em todo o território.

Inicialmente era estabelecido contacto com as *Liaison Monitoring Team* (LMT) das diferentes áreas de operações do Kosovo. As LMT tinham toda a informação relativa a zona que estavam atribuídas, nomeadamente todo o conhecimento situacional em termos de segurança e tipo de ameaça. Numa fase posterior, era realizado o reconhecimento do TO, sobretudo na zona norte, onde havia mais probabilidade de ser empregue a reserva da KFOR e a sul, na zona albanesa onde eram feitas diversas manifestações que promoviam a autodeterminação da população.

Eram feitos reconhecimentos de área, a infraestruturas locais, nomeadamente postos de polícia, itinerários de acesso às principais cidades, possíveis localizações da ameaça, *roadblocks* construídos nas vias de comunicação, PO, entre outros. Em alguns destes reconhecimentos eram utilizadas técnicas HUMINT, algo que se veio a desenvolver no CTOE desde o emprego do primeiro DOE (DOE K1).

No âmbito do reconhecimento foram realizadas operações com o objetivo de responder aos planos de pesquisa, ou seja, os quesitos concretos do EM do batalhão português. Um exemplo foi a verificação de pontos críticos, nomeadamente a localização dos enclaves sérvios e a identificação dos *Personal Designated with Special Status* (PDSS) entidades que tinham um estatuto especial e estavam previstas em plano da KFOR e dos *Propriety Designated with Special Status* (PRDSS), locais que necessitavam de proteção, como áreas religiosas, mosteiros e igrejas.

Os planos de pesquisa eram constituídos por uma listagem dos PDSS e PRDSS e descreviam o modo de abordagem que as forças da OTAN tinham que adotar, tipos de meios a utilizar e caso fossem aéreos, definir zonas de aterragem, validar itinerários

¹² Conforme Apêndice L – 2ª Fase: Missões.

principais e alternativos. Todo o processo de validação deste plano foi feito pelos módulos de apoio portugueses.

Foi ainda projetado o plano Brasil, algo que foi desenvolvido pela maior parte dos módulos de apoio em coordenação direta com a KFOR. No âmbito do RE e das informações, visava a identificação de todos os cidadãos portugueses que estavam no Kosovo. O objetivo era precaver uma possível situação de violência, planeando a recolha de todos os cidadãos portugueses. A estrutura deste plano assentava no planeamento de possíveis itinerários de evacuação principais, alternativos, de contingência e emergência. Possíveis pontos de recolha e toda a informação relativa ao cidadão: contacto pessoal e local de habitação. Estava ainda prevista neste plano a modalidade de entregar o ficheiro com as informações a uma secção do batalhão português, ficando a recolha dos cidadãos portugueses à responsabilidade dessa força.

3.2.4 Tarefas¹³

Uma das principais tarefas realizadas pelos módulos de apoio, foi o apoio ao batalhão em missões e tarefas de CCRC. As manifestações e aglomerados populacionais que ocorriam no TO do Kosovo colocavam o batalhão português e subsequentemente o módulo de apoio a realizar tarefas no âmbito do *Notice to move*¹⁴.

Sempre que havia uma manifestação previamente agendada, as forças portuguesas estavam preparadas para atuar, como força de prevenção. O módulo de apoio era enviado antes da data da manifestação, com o objetivo de sentir o pulso da população, a pressão da localidade, possíveis movimentações e rotinas.

No decorrer da manifestação, apoiavam o batalhão português através da presença de uma equipa sniper, constituída por um atirador sniper e um *spoter*. Tinham como objetivo vigiar os manifestantes, identificar os seus líderes e avaliar o risco de certos comportamentos, o que diminuía o fator surpresa da ameaça. Em algumas situações, os elementos das FOEsp observaram indivíduos com armas, como por exemplo *cocktails molotov*. Esses indivíduos eram fotografados e através do registo era feito um relatório para o sistema de informações.

Neste tipo de situações as equipas sniper procuravam locais de grande altitude, o que lhes permitia observar o campo de batalha de forma mais ampla e geral em relação às forças que estavam no terreno. Isto permitia ao batalhão, reagir e tomar decisões consoante

¹³ Conforme Apêndice M – 2ª Fase: Tarefas.

¹⁴ Operação em que o DOE estava em estado de prontidão para atuar em qualquer local do Kosovo, caso houvesse uma manifestação ou alguma das Brigadas Multinacionais necessitasse de uma força de apoio.

a informação que era passado através das equipas sniper.

Podiam ser também utilizados na proteção da cadeia de comando do batalhão, que estava a comandar a operação na frente do campo de batalha. Havia sempre uma equipa responsável por estabelecer ligação com o batalhão e transmitir toda a informação que era observada, auxiliando o comandante na sua tomada de decisão.

O módulo de apoio realizou também tarefas no âmbito da proteção a altas entidades, apelida de tarefa primária no PDE 3-67-00 do Exército Português. O módulo de apoio tinha a função de assegurar a proteção das entidades que visitassem o TO do Kosovo, desde o momento da sua entrada até à sua saída do país.

A segurança próxima era feita pelo módulo de apoio e a segurança afastada pelo batalhão. O módulo identificava a alta entidade do deslocamento e avaliava se era necessário empregar FOEsp no mesmo. Alguns exemplos de entidades que visitaram o Kosovo, foram o comandante da Brigada de Intervenção, um general do Comando das Forças Terrestres (CFT), comandante da KFOR.

3.2.5 Modos de atuação¹⁵

Os principais modos de atuação utilizados durante a segunda fase foram o aberto e coberto, sendo que os principais fatores que faziam alterar o modo de atuação das FOEsp era a missão que iam realizar e a tipologia de ameaça que estes enfrentavam.

O modo aberto era utilizado nas tarefas de CCRC em apoio ao batalhão e na proteção e segurança a altas entidades. Neste modo os militares do módulo de apoio apresentavam-se como elementos da KFOR, sem qualquer intenção de dissimular a sua identidade ou a operação em si. No entanto, é importante referir que os operadores não se apresentavam como militares pertencentes a FOEsp, uma vez que não usavam nada que os identificasse como tal.

O modo coberto foi utilizado no âmbito das operações de RE e vigilância, onde o módulo de apoio pretendia dissimular a sua identidade. Era utilizado sobretudo para permitir a observação e verificação do objetivo sem que fossem avistados.

Normalmente a população tinha alguns estigmas em relação à presença de FOEsp no TO. As pessoas associavam esta tipologia de força a algo que os ia prejudicar, e caso soubessem não divulgavam qualquer tipo de informação para o módulo. Era necessário executar missões e tarefas de RE e vigilância durante horas de menos movimento e visibilidade reduzida, utilizar um nível máximo de descrição e tirar partido de todo o

¹⁵ Conforme Apêndice N – 2ª Fase: Modos de atuação.

material de RE e vigilância que tinham ao seu dispor.

3.2.1 Apoios¹⁶

Em termos de meios, segundo os entrevistados o módulo de apoio tinha ao seu dispor o material necessário e suficiente para o cumprimento das missões e tarefas que eram atribuídas. O apoio administrativo-logístico era assegurado pelo batalhão, através da sua CCS, ALFA Coy. A estrutura de comando desta companhia era portuguesa, e era constituída com parte proporcional de militares estrangeiros, pertencentes ao Exército húngaro e que possuíam as seguintes capacidades: engenharia (infraestruturas), comunicações, apoio sanitário (com ROLE 1 orgânico), manutenção, reabastecimento e serviços.

O material mais específico era fornecido pelo CTOE, e normalmente passava de módulo de apoio para módulo de apoio. Desse material destacava-se os coletes balísticos que eram diferentes da restante força portuguesa, na medida em que eram mais pequenos e tinham menor peso, o que facilitava a sua utilização e ajuste. Os equipamentos de vigilância, tais como camaras de longo alcance e máquinas fotográficas. Estes equipamentos permitiam ao módulo elaborar relatórios específicos e pormenorizados através da ocupação de uma posição de vigilância, observando e fotografias da ameaça e das suas rotinas.

O apoio administrativo-logístico era assegurado pelo batalhão KTM, através da sua CCS, ALFA Coy. A estrutura de comando desta companhia era portuguesa, e era constituída com parte proporcional de militares estrangeiros, pertencentes ao Exército húngaro e que possuíam as seguintes capacidades: engenharia (infraestruturas), comunicações, apoio sanitário (com ROLE 1 orgânico), manutenção, reabastecimento e serviços. O material fornecido pela companhia foi o seguinte: duas viaturas *Toyota Land Cruiser*, rádios *Very High Frequency* (VHF), sistema de comando e controlo *Virtual Cloud Network* (VCN)¹⁷ através de ligação por telemóvel numa rede segura. Ainda de destacar o sistema *Kosovo Force Tracking System* (KFTS)¹⁸ que permitia utilizar cartas militares e lançar alertas para o PC da KFOR a qualquer instante.

Ao nível de exercícios realizados com outras forças, os módulos de apoio por norma, não realizavam operações combinadas, uma vez que o seu foco eram as

¹⁶ Conforme Apêndice O – 2ª Fase: Apoios.

¹⁷ Rede definida por um *software* que permite fazer uma ligação de forma privada e segura.

¹⁸ Permite aos operadores ter uma visão clara e sucinta da posição das forças aliadas e comunicar com as mesmas.

necessidades do batalhão português. A constante presença de manifestações e aglomerados populacionais, não permitiam o emprego do módulo de apoio em tarefas que não fossem centradas com os interesses do batalhão. No entanto, destacam-se algumas demonstrações de equipamentos, capacidades e métodos de emprego de uma DOE que foram feitas ao J2 dos EUA¹⁹ e os seus adjuntos.

¹⁹ Equivalente ao S2 do exército dos EUA.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

4.1 Enquadramento

Neste capítulo serão abordados os principais aspetos desenvolvidos durante a análise da investigação. O objetivo é demonstrar uma reflexão dos resultados apurados, com base na perspetiva criada pelos investigadores ao longo da investigação. Realçando o conhecimento produzido quanto à QI levantada no início do estudo. Por fim iremos referir as limitações que foram sentidas durante a sua realização e recomendações para futuras investigações.

4.2 Contribuições teóricas

Após a análise realizada no capítulo anterior, observamos a divisão do emprego das FOEsp no TO do Kosovo em duas fases. Estas fases distinguem-se de forma clara, quer pelo ambiente operacional vivido na sua data, pelo modo de atuação adotado, missões e tarefas realizadas, pela estrutura orgânica das forças bem como a estrutura superior em que foram inseridos e a que estavam subordinados.

A primeira fase do empenhamento de FOEsp decorre durante uma etapa de imposição de paz no TO. O clima era instável, porque a região estava em recuperação de uma fase violenta. O objetivo era restaurar a paz a fim de proteger a população, garantindo a sua liberdade de movimentos e expressão.

No total foram empenhados quatro DOE portuguesas, que operavam em conjunto com destacamentos italianos e espanhóis. Estavam integrados na MNB-W, numa estrutura de operações especiais ao qual era conferida total liberdade, quer ao nível do planeamento como da execução das tarefas e missões que eram atribuídas.

As principais missões e tarefas realizadas durante esta fase foram o RE e vigilância do campo de batalha, com referência para o DOE K1, que foi a força de entrada no TO. Esta força teve uma tarefa essencial no estudo de área inicial, que contribuiu com informações para o batalhão português que veio a ser empenhado no TO futuramente. No âmbito da missão de RE, os DOE realizaram tarefas de HUMINT, de acordo com os pedidos de informação que eram elaborados através da MNB-W e do batalhão português.

Durante a realização destas missões e tarefas dos DOE utilizaram maioritariamente o modo aberto, não havendo a preocupação de ocultar ou dissimular a identidade das forças portuguesas ou da operação em si. O apoio, em termos de equipamento e materiais aos DOE era fornecido através do CTOE. No entanto, sempre que o DOE realizasse missões

que eram atribuídas pela MNB-W ou outra brigada multinacional, como foi o caso da Brigada Multinacional dos EUA, os meios eram atribuídos através dessa brigada.

A segunda fase do empenhamento de FOEsp encontra um processo de manutenção de paz, onde o clima era mais estável. No entanto, o ambiente operacional era volátil e inesperado. A KFOR passou a focar-se no controlo das atividades de organização criminosas e de grupos extremistas. O principal *modus operandi* destes elementos era a realização de manifestações em modo de protesto contra as medidas adotadas pelo governo Kosovar, em relação à independência da região do Kosovo.

Durante esta fase o DOE passou a designar-se por módulo de apoio e operava em apoio ao comandante da FND portuguesa, que estava integrado na KTM, força de reserva da KFOR. A constituição foi alterada em relação aos DOE anteriores, o que garantia à FND capacidades que as outras forças não eram capazes de disponibilizar. O módulo de apoio tinha como principal missão apoiar diretamente a FND, executando sobretudo missões de RE e vigilância, de área ou zona em todo o TO. Como a KTM era a reserva da KFOR, era essencial ter conhecimento de todo o território, caso fosse necessário atuar.

O batalhão português era empenhado em missões de CCRC, nas quais o módulo de apoio tinha a função de apoiar, através da monitorização, segurança afastada e próxima da força portuguesa. Este apoio era garantido através de equipas sniper que eram colocados em locais estratégicos com o objetivo de observar o campo de batalhão e fornecer informação em tempo oportuno para o comandante da KTM.

Podemos ainda destacar o empenhamento do módulo de apoio na segurança e proteção a altas entidades. O módulo era utilizado para identificar a alta entidade, planear o melhor itinerário para esta ser transportada, assegurando a sua segurança próxima, uma vez que a segurança afastada era garantida pelo batalhão português.

Na execução das tarefas e missões explanadas anteriormente o módulo de apoio adotou o modo de atuação aberto para todas as operações em apoio ao batalhão, nomeadamente tarefas de CCRC e proteção a altas entidades. Na missão de RE e vigilância, o módulo utilizava o modo coberto, porque pretendia dissimular a sua presença.

Em apoio à atuação das FOEsp portuguesas, o batalhão fornecia o material e equipamento que fosse necessária para a execução das tarefas. No entanto, todo o equipamento que fosse mais específico era atribuído através do CTOE.

4.2.1 Comparação das fases do emprego de FOEsp no TO do Kosovo

Comparando ambas as fases, podemos observar uma atuação das FOEsp

portuguesas num ambiente operacional diferente. Numa primeira fase a OTAN inicia o processo de imposição de paz, onde reina um ambiente violento e instável, provocada pela recente guerra entre a Sérvia e a população albanesa. Na segunda fase podemos destacar uma OTAN, estruturalmente mais bem organizada e numa fase de restauração da paz, onde o ambiente, embora volátil e incerto, a atuação da KFOR passava sobretudo por manter e controlar a estabilidade da região.

No que diz respeito ao DOE e futuramente designado por módulo de apoio, a atuação das FOEsp portuguesas foi influenciada pela mudança de ambiente operacional. Na primeira fase, onde os DOE foram empregues de uma forma pura e segundo a estrutura organizacional da unidade. Foi a primeira vez que houve a integração de FOEsp portuguesas numa força da OTAN e na qual dependiam apenas da MNB-W. As tarefas que desempenharam correspondiam à doutrina de emprego de FOEsp e eram principalmente no âmbito do RE e vigilância.

Numa segunda fase, houve a necessidade de reestruturar a organização devido à abertura do TO em Timor-Leste. A atuação do módulo de apoio era feita sob o comando da unidade KTM, que era a reserva da OTAN. O emprego das FOEsp portuguesas era feito sobretudo em apoio ao batalhão português, em operações de CCRC, RE e vigilância e proteção a altas entidades.

No entanto, em ambas as fases o emprego de uma FOEsp foi essencial na sua utilização como multiplicadores de força para as forças convencionais na qual estavam subordinados. Para qualquer comandante de uma brigada ou batalhão, que tenha ao seu dispor um DOE ou módulo de apoio, é sem dúvida uma força com muito potencial, bem disciplinada e que garante o fator surpresa e segurança no desenrolar das operações.

Podemos, deste modo enaltecer a participação das FOEsp portuguesas no TO do Kosovo através da sua ação, que contribuiu para que as Forças Armadas Portuguesas tenham dado o seu contributo para a estabilização e manutenção da paz na região dos Balcãs.

4.3 Contribuições para a prática

Em termos práticos podemos analisar e observar o emprego de FOEsp como elementos independentes, cuja missão é reconhecer e obter informações em tempo oportuno para as Brigadas Multinacionais ou batalhão português. Por outro lado, podemos entender o emprego de FOEsp como elementos constituintes de uma força convencional, que no caso do Kosovo era a KTM, constituído por um batalhão português, reserva da KFOR. Neste caso, o objetivo era apoiar o batalhão em tarefas como RE e vigilância, tarefas de CCRC através de sniping, proteção a altas entidades e tarefas de HUMINT.

O emprego de FOEsp no TO do Kosovo iniciou em 1999 sem qualquer doutrina OTAN de Operações Especiais, e terminou com a constituição de um módulo de apoio, definido como uma possibilidade de emprego de FOEsp. A necessidade recorrente de associar FOEsp a forças convencionais emergiu nas últimas décadas, tal como afirma Wesbrock, Harne e Plous (2015). Portugal como elemento pertencente à OTAN, e país que recorrentemente disponibiliza forças para diferentes TO, como é o caso da República Centro-Africana, teve a necessidade de evoluir no sentido de desenvolver a interoperabilidade entre forças convencionais e FOEsp.

No caso do Kosovo a cooperação entre forças convencionais e FOEsp, surge sobretudo devido à presença de uma ameaça difusa. Como especialistas em guerra não convencional, os militares das FOEsp, têm a capacidade de identificar e estudar a ameaça de uma forma discreta. Tendo em conta que a ameaça no TO do Kosovo era materializada sobretudo através de grupos criminosos dissimulados na população, a atuação dos DOE permitia obter informações sobre as rotinas, movimentações, tipo de armamento, equipamento e materiais que estes grupos utilizavam. Todas estas informações contribuía para a tomada de decisão do comandante de batalhão.

Em suma, as FOEsp devem ser organizadas, treinadas e equipadas para missões com forças convencionais. Devido às suas capacidades em diferentes áreas como patrulhas de longo raide de alcance, atirador sniper, montanhismo, mergulho de combate, entre outras, fornecem um campo de visão mais amplo e diversificado a um comandante de uma força convencional. Podemos observar o TO do Kosovo como um elemento iniciador da doutrina que estruturou a interoperabilidade entre forças convencionais e FOEsp no campo de batalha.

4.4 Limitações do trabalho

Ao longo do processo da realização desta investigação definimos três limitações. A principal limitação encontrada foi a diversidade de documentação no âmbito da atuação de FOEsp. Durante a investigação utilizamos sobretudo a doutrina portuguesa e dos EUA, por serem publicações que estão disponíveis. De acordo com Moran (2016), países como o Reino Unido regem-se através da política de não comentar ou referir as atividades ou doutrinas das FOEsp.

Uma segunda limitação foi a atual situação pandémica do COVID-19, que não permitiu realizar as entrevistas presencialmente. Por um lado, agilizou a marcação das entrevistas e aumentou a disponibilidade dos entrevistados. No entanto, não tivemos contacto físico com as estruturas e unidades que desempenharam funções como elementos integrantes de um DOE ou módulo de apoio no TO do Kosovo.

A terceira limitação centra-se no espaço temporal para a realização desta investigação. Não tivemos oportunidade de entrevistar todos os comandantes de destacamento e recolher mais dados durante a fase delimitada para as entrevistas.

4.5 Propostas para novas investigações

Para futuras investigações sugerimos a realização de um estudo semelhante à nossa investigação, mas aplicado a um TO diferente. Estudar o emprego de FOEsp num TO com características diferentes e comparar a tipologia de emprego e modo de atuação consoante o ambiente em que as FOEsp portuguesas são inseridas. Como exemplo propomos a análise do emprego de FOEsp no TO do Afeganistão. Que tipo de missões e tarefas são realizadas no TO do Afeganistão? Que fatores influenciam a atuação das FOEsp? Qual o modo de atuação utilizado no decorrer das missões?

BIBLIOGRAFIA

Anderson R., Crabtree F., Steele D. & McDaniel, R. (2005). Case study research: the view from complexity science. *Qual Health Res.* 15 (5), 85-669.

Appelbaum, S., Patton, E. (2003). The case for case studies in management research. *Management Research News.* 26 (5), 60-71.

Azis, I. (2009). *Crisis, Complexity and Conflict*. Bingley: Emerald Group Publishing.

Bardos, G. (2004). Containing Kosovo. *Connections: The Quarterly Journal.* 3 (4), 21-34.

Bebler, A. (2015). *“Frozen conflicts” in Europe*. Berlin: Verlag Barbara Budrich.

Begonha, R. (2018). *O Primeiro Ranger Português: E.U.A, Lamego e Angola (1962-1965)* (1ª Edição). Lisboa: Gradiva.

Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.

Branco, C. (2015). A participação portuguesa em missões de paz da ONU. *Relações Internacionais.* 6 (47), 101-126.

Brian, L. (2015). Taking SOF Global: The global SOF Training, Education and Doctrine Community of Interest. *Special Warfare.* 28 (3), 23-25.

Caravana, B. (2009). *Conceito de emprego das Forças de Operações Especiais no espectro de conflitualidade atual*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Infantaria, Academia Militar, Lisboa.

Carmo, H. & Ferreira, M. (2008). *Metodologia da Investigação: Guia para Auto-Aprendizagem* (2ª Edição). Lisboa: Universidade Aberta.

Cohen, L., Manion, L., Morrison, K. (2011). *Research methods in education* (7ª Edição). New York: Routledge.

Cordeiro, C. (2005). Portugal e as missões de paz na ex-Jugoslávia (II). *Janus*. Acedido a 10 de fevereiro de 2021 em https://www.janusonline.pt/arquivo/2005/2005_4_3_8.html

Correia, (2020). Exercício Flintlock 2020. *Revista das Operações Especiais do Exército: Ponto de Reunião*. Empresa do Diário do Minho. 52-56.

Cotter, A. (2009). The Kosovo War in Perspective. *International Affairs.* 85 (3), 593-608.

- Creswell, J., Creswell, J. (2018). *Research design: Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches*. London: Sage Publishing.
- Creswell, J, Poth, C. (2018). *Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing Among Five Approaches* (4ª Edição). London: Sage Publishing
- Cruz, J. (2014). *O processo de paz no Kosovo: Percepções dos Militares do Exército Português no Teatro de Operações*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Estudos sobre a Europa, Universidade Aberta, Lisboa.
- Deterding, B. (2020). *The Rise of U.S. Army Special Forces in the 20th and 21st Centuries*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Ciências Militares, University of Wyoming Honors College, Wyoming.
- Dubois, A., Gadde, L. (2002). Systematic combining: an abductive approach to case research. *Journal of Business Research*. 55 (7), 553-560.
- Dunlap, C. (2001). Special Operations Forces after Kosovo. *Joint Force Quarterly*. 28 (7), pp 7-12.
- Estado-Maior do Exército [EME] (2008). *Âmbito de atuação, missões e tarefas das unidades de Tropas Especiais*. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército [EME] (2010). *PDE 3-09-00: Operações Não Convencionais*. Lisboa: EME.
- Estado-Maior do Exército [EME] (2014). *PDE 3-67-0: Operações especiais*. Lisboa: EME.
- Exército Português. (2021). *Meios: Forças Ligeiras*. Acedido a 12 de janeiro de 2021 em <http://www.exercito.pt/pt/meios/equipamentos?menu=forcas-ligeiras>.
- Fine, J. (1999). Kosovo. *World Policy Journal*. 16 (3). 125-126.
- Flick, U. (2004). *Introducción a la investigación cualitativa*. Madrid: Morata.
- Fontana, A. & Frey, J. (1994). Interviewing: The art of science. In Dezin, N. & Lincoln, Y. (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 361-376). London: Sage Publications.
- Fonseca, D. (2020). Missão de Verificação das Nações Unidas na Colômbia (UNMV). *Revista das Operações Especiais do Exército: Ponto de Reunião*. 82-85.
- Fortin, M. (1996). *O processo de Investigação*. Loures: LUSOCIÊNCIA.
- Freedman, L. (2000). Victims and Victors: Reflections on the Kosovo War. *Review of International Studies*. 26 (3), 335-358.
- Friend, A., & Culbertson, S. (2020). *Special Obfuscations: The Strategic Uses of Special Operations Forces*. Washington, D.C.: Center for Strategic and International

Studies.

Goetz, P. & LeCompte, D. (1988). *Etnografía e Diseño Cualitativo en Investigación Educativa*. Madrid: Morata.

Godinho, J. (2003). *O emprego de Forças de Operações Especiais no actual quadro de conflitualidade: Contributos para um conceito*. Trabalho individual de longa duração, Curso de Estado-Maior, Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), Lisboa.

Goldstone, R. (2002). Whither Kosovo? Whither Democracy? *Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations*. 8 (2), 143-147.

Greenwood, C. (1987). The concept of war in modern international law. *The International and Comparative Law Quarterly*. 36 (2), 283-306.

Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: sentidos e formas de uso*. Cascais: Princípia.

Hajduk, K. (2016). Let SOF Be SOF. *Defense360°: Transition 45 Series*. 45 (1), 1-4.

Heinz, D. (2004). *U.S./NATO Relations After 9/11: U.S. Contributions to NATO Missions*. Master Theses, Graduate program in Political Science, Eastern Illinois University, Charleston.

Hernández, S., Fernández, C., & Baptista, L. (2006). *Metodología de la Investigación* (4ª Edição). Cidade do México: McGray-Hill.

Igea, D., Agustín, J., Beltrán, A., & Martín, A. (1995). *Técnicas de investigación en ciencias sociales*. Madrid: Dykinson.

Jahoda, M., Selltitz, C., Deutsch, M. & Cook, W. (1962). *Research Methods in Social Relations*. London: Methuen.

Vasquez, J. (2002). Review Article: The Kosovo War: Causes and Justification. *The International History Review*. 24 (1), 103-112.

Joint Special Operations University [JSOU] (2015). *Special Operations Forces Reference Manual* (4ª Edição). Florida: The JSOU Press.

Latorre, A. (2003). *La Investigación-Acción*. Barcelona: Grao.

Levy, S. (2005). The evolution of qualitative research in consumer behavior. *Journal of Business Research*. 58 (3), 341-347.

Lopes, M. (2019). Empenhamento de Tropas de Operações Especiais na República Centro-Africana (RCA). *Revista das Operações Especiais do Exército: Ponto de Reunião*. 40-41.

Lune, H., & Berg, L. *Qualitative research methods for the social sciences* (9ª

Edição). Boston: Pearson.

Magnuson, S. (2013). Special Operations Missions to Require New Doctrine. *National Defense*. XCVII (714), 26-29.

Mangum, R. (2004). Linking Conventional and Special Operations Forces. *Joint Forces Quarterly*. 35 (1), 58-63.

Matias, R. (2020). Atividades do CTOE. *Revista das Operações Especiais do Exército: Ponto de Reunião*. 04-49.

Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5ª Edição). São Paulo: Editora Atlas S.A.

Marsh, C., Kiras, J., & Blocksome, P. (2015). Special Operations Research: Out of the Shadows. *Special Operations Journal*. 1 (1), 1-6.

Meirinhos, M. & Osório, A. (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *EDUSER: Revista de Educação*. 2(2), 49-65.

McRaven, W. (2013). Emerging Threats and Capabilities subcommittee. In Senate armed Services Committee. Posture Statement of Admiral William H. McRaven, USN Commander, Before the 113th Congress (pp.1-13). United States: United States Special Operations Command. Acedido a 23 de Fevereiro de 2021 em https://fas.org/irp/congress/2014_hr/031114mcraven.pdf.

Merriam, B. (1988). *Case Study Research in Education: A Qualitative Approach*. San Francisco: Jossey Bass.

Sterio, M. (2010). The Case of Kosovo: Self-Determination, Secession, and Statehood Under International Law. *ILSA Journal of International and Comparative Law*. 21 (2), 361-365.

Miller, S. (2008). Special Forces – a future? *The RUSI Journal*. 138 (4), 70-4.

Miller, S. (2017). Light Infantry vs Special Operations. *Military Technology*. XLI (3), 5-6.

Miles, M., & Huberman, A. (1994). *Qualitative Data Analysis: An Expanded Sourcebook* (2ª Edição). London: Sage.

Morais, C. (2013). *Investigação: Do problema aos resultados*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.

Moran, J., (2016). *Assessing SOF transparency and accountability: The Use of Special Operations Forces by the UK, US, Australia, and Canada*. London: Remote Control.

Morrison, S. (2014). Redefining the Indirect Approach, Defining Special Operations Forces (SOF) Power, and the Global Networking of SOF. *Journal of Strategic*

Security. 7 (2), 48-54.

Narciso, F. (2018). Teatro de Operações do Kosovo: O contributo das Forças de Operações Especiais. *Revista das Operações Especiais do Exército: Ponto de Reunião*. Empresa do Diário do Minho. 52-56.

Oliveira, H. (2016). *A Cavalaria Portuguesa e as Missões de Paz – Reflexos da Mudança da Arte Militar*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Cavalaria, Academia Militar, Lisboa.

Organização do Tratado do Atlântico Norte [OTAN]. (2020). In *NATO's role in Kosovo*. Acedido em 28 de maio de 2021 em https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_48818.htm

Parlamento Europeu. (2011). In *Perguntas Parlamentares*. Acedido a 28 de maio de 2021 em https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/E-7-2011-004536_PT.html.

Patton, Q. (1990). *Qualitative Evaluation and Research Methods* (2ª Edição). California: Sage.

Patton, Q. (2015). *Qualitative Research & Evaluation Methods: Integrating Theory and Practice* (4ª Edição). Sage: Thousand Oaks.

Ponte, J. (1994). O estudo de caso na investigação em Educação Matemática. *Quadrante*. 3 (1), 3-18.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (3ª Edição). Lisboa: Gradiva.

Rainio, J., Lalu, K., & Penttila, A. (2001). Independent forensic autopsies in an armed conflict: investigation of the victims from Racak, Kosovo. *Forensic Science international*. 116 (2-3), 171-185.

Reichardt, C., Cook, T. (1986). *Métodos cualitativos y cuantitativos en investigación evaluativa* (1ª Edição). Madrid: Morata.

Reis, G. (2021). Politics, Power, and Influence: Defense Industries in the Post-Cold War. *Social Sciences*. 10 (1), 1-14.

Robinson, L. (2013). *The Future of U.S Special Operations Forces*. United States of America: Council on Foreign Relations Press.

Gómez, G., Flores, J. & Jiménez, E. (1996). *Metodología de la investigación cualitativa*. Málaga: Ediciones Aljibe.

Rosado, D. (2017). *Elementos Essenciais de Sociologia Geral* (1ª Edição). Lisboa: Gradiva.

Santos, J. (2016). *A participação de Portugal no Teatro de Operações Kosovo – o*

caso do 1º Batalhão de Infantaria Mecanizado. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Infantaria. Academia Militar, Lisboa.

Santos, L. & Lima, J. (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação* (2.ª Edição). Lisboa: Instituto Universitário Militar (IUM).

Sarmiento, J. (2011). *O Estudo de Caso Etnográfico em Educação* (2ª Edição). Braga: Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho.

Siegerszt, S. (2015). Kosovo e Sérvia: um acordo para normalizar relações. *Revista de Ciências Militares*. 3 (1), pp. 39-64.

Silvestre, H. & Araújo, J. (2012). *Metodologia para a Investigação Social*. Lisboa: Escolar Editora.

Sousa, M. & Baptista, C. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha* (1ª Edição). Lisboa: Lidel.

Stake, R. (1994). *Case Studies: Handbook of qualitative research*. Newsbury Park: Sage.

Stake, R. (1999). *Investigación con estudio de casos*. Madrid: Morata.

United States Joint Chiefs of Staff. (2014). *Joint Publication 3-05: Special Operations*. Washington, D.C: Chairman of the Joint Chiefs of Staff.

United States Joint Chiefs of Staff. (2015). *Joint Publication 3-05.1: Unconventional Warfare*. Washington, D.C.: Chairman of the Joint Chiefs of Staff.

Vásquez, R. & Angulo, F. (2003). *Introducción a los estudios de casos: Los primeros contactos con la investigación etnográfica*. Málaga: Ediciones Aljibe.

Vieira, J. (2009). *Reserva Tática – Conceito de Emprego*. Trabalho de investigação aplicada, Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Infantaria, Academia Militar, Lisboa.

Vilelas, J. (2009). *Investigação: o Processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.

Warbrick, C. (2008). Kosovo: The Declaration of Independence. *The International and Comparative Law Quarterly*. 57 (3), 675-690.

Webber, M. (2009). The Kosovo War: A Recapitulation. *International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944)*. 85 (3), 447-459.

Weick, E. (1969). *The handbook of social psychology: Systematic Observational methods*. New York: Russel & Russel.

Wesbrock, J., Harned, G., & Plous, P. (2016). Special Operations Forces and Conventional Forces: Integration, Interoperability, and Interdependence. *PRISM*, 6 (3), 84-

95.

Westberg, A. (2016). To See and Not to Be Seen: Emerging Principles and Theory of Special Reconnaissance and Surveillance Missions for Special Operations Forces. *Special Operations Journal*. 2 (2), 124-134.

White, A. (2020). By Air, by Sea or Land. *Armada Internacional*. 44 (2), 8-12.

Yin, R. (1993). *Applications of case study research*. CA: Sage Publishing.

Yin, R. (2003). *Estudo de Caso: Planeamento e Métodos* (2ª Edição). São Paulo: Bookman.

Yin, R. (2005). *Estudo de Caso: Planeamento e Métodos* (5ª Edição). Porto Alegre: Bookman.

Yin, R. (2017). *Case study research: design and methods* (6ª Edição). Thousand Oaks: Sage Publishing.

Yoo, J. (2000). Kosovo, War Powers, and the Multilateral Future. *University of Pennsylvania Law Review*. 148 (5), 1673-1731.

APÊNDICES

APÊNDICE A – GUIÃO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA



ACADEMIA MILITAR

ÂMBITO DE ATUAÇÃO, MISSÕES E TAREFAS DOS DESTACAMENTOS DE

OPERAÇÕES ESPECIAIS:

ESTUDO DE CASO DO KOSOVO

Autor: Aspirante Aluno de Infantaria André Serra Costa

Orientador: Major de Infantaria João Carlos Gonçalves dos Reis

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Infantaria Relatório

Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2021

1. PROTOCOLO DA ENTREVISTA

- a. Pedido de autorização para gravar em áudio a entrevista
- b. Garantir o anonimato do entrevistado através do termo de confidencialidade
- c. Apresentação do entrevistador ao entrevistado

Bom dia, antes de mais queria agradecer pela sua presença, mas sobretudo pela disponibilidade que demonstrou em realizar esta entrevista. O seu contributo será uma mais-valia para o decorrer da nossa investigação. Eu sou o Aspirante de Infantaria André Serra Costa e estou neste momento a desenvolver o Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada subordinado ao tema “Âmbito de atuação, missões e tarefas dos Destacamentos de Operações Especiais: Estudo de caso do Kosovo”.

- d. Princípios da entrevista

A entrevista será agendada de acordo com a disponibilidade do entrevistado. O objetivo da entrevista é fornecer ao investigador informação pertinente e que concorra para desenvolver o objeto de estudo. A informação gravada e registada será formalmente enviada para o entrevistado no final da entrevista, para que este confirme se o conteúdo está de acordo com o seu discurso. Apenas o entrevistado e o entrevistador terão acesso a informação, segundo o termo de consentimento.

- e. Apresentação do objeto de estudo

Tendo em conta a utilização de FOEsp em TO atuais, observamos uma lacuna referente há ausência de artigos relacionados com a participação do DOE no Kosovo. A nossa investigação tem como finalidade analisar as fases do conflito, de modo a associar a tipologia de missões dos DOE às circunstâncias que os levaram a desempenhar certo tipo de tarefas. Neste sentido, definimos a seguinte Questão de Investigação (QI): “Como é realizada a atuação, missões e tarefas dos Destacamentos de Operações Especiais (DOE) em cada uma das fases do conflito no Teatro de Operações (TO) do Kosovo?”.

2. INFORMAÇÃO GENÉRICA SOLICITADO AO ENTREVISTADO

- a. Nome do Entrevistado.
- b. Posto do Entrevistado.
- c. Data da missão que desempenhou no Teatro de Operações do Kosovo.
- d. Número do Destacamento de Operações Especiais que integrou durante a missão.

3. QUESTÕES COLOCADOS AO ENTREVISTADO

Grupo I: Questões relacionadas com o Destacamento de Operações Especiais em que esteve inserido no Teatro de Operações do Kosovo

1. Qual a constituição do Destacamento de Operações Especiais em que estava inserido?
2. Qual era a estrutura de comando a que o Destacamento de Operações Especiais estava subordinado? E que tipo de independência e liberdade eram dadas à sua força durante o planeamento e execução das missões e tarefas atribuídas?
3. Este presente em alguma situação em que os meios disponibilizados ao Destacamento de Operações Especiais não foram suficientes para cumprir as missões atribuídas?
4. Por quem e que tipo de apoio era disponibilizado para a execução das missões atribuídas?

Grupo II: Questões relacionadas diretamente com o objetivo da entrevista

1. Que tipo de missões e tarefas desempenhou durante o tempo que esteve na missão do Teatro Operações do Kosovo?
2. Sentiu que o Destacamento de Operações Especiais onde estava inserido tinha a preparação indicada para cumprir o espectro de missões que lhe foi solicitada?
3. Realizou alguma missão/exercícios em parceria com Forças de Operações Especiais de outro país? Se sim, como era efetuada a interoperabilidade dos meios entre as forças?
4. Quais as principais dificuldades sentidas na execução das missões atribuídas?
5. Quais os modos de atuação utilizados no decorrer das operações realizadas?
6. Que características e fatores influenciaram o modo de atuação do Destacamento de Operações Especiais?

Grupo III: Questão relacionadas com o Teatro de Operações do Kosovo

1. Como caracteriza o conflito do Kosovo, tendo em conta a época em que esteve presente no Teatro de Operações?
2. Qual a estrutura, organização e principais valências que caracterizam a ameaça presente no Teatro de Operações do Kosovo?
3. De que forma as características associadas à ameaça, influenciaram a execução das missões que lhe foram atribuídas?
4. De que modo caracteriza a Área de Operações atribuída ao Destacamento de Operações Especiais em que esteve inserida? De que modo, as características da Área de Operações influenciaram a execução das missões atribuídas?

4. COMENTARIOS FINAIS

- a. Perguntar ao entrevistado se deseja acrescentar alguma informação, tendo em conta o objeto de estudo da investigação.
- b. Agradecer ao entrevistado pela sua presença e disponibilidade.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaração de consentimento para realização da entrevista

Através do termo de consentimento, tomo conhecimento que estou a ceder uma entrevista no âmbito da realização do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, intitulado “Âmbito de Atuação, missões e tarefas dos Destacamentos de Operações Especiais: Estudo de caso do Kosovo”.

Esta investigação está enquadrada no Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Infantaria, e tem como autor o Aspirante de Infantaria André Serra Costa, com orientação do Major de Infantaria João Carlos Gonçalves dos Reis.

Tomei conhecimento que a participação é voluntária e o conteúdo discutido no âmbito desta entrevista é privado, não sendo disponibilizada qualquer informação sobre o participante e respetivo contributo. O entrevistador comprometeu-se a utilizar a informação recolhida estritamente no âmbito académico e para elaboração do Trabalho de Investigação Aplicada.

Autorizo a gravação da entrevista.

Autorizo que o entrevistador tome notas.

O entrevistado

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

O Aspirante-Aluno

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

Em nome do autor e do orientador da investigação, agradecemos a sua colaboração para o desenvolvimento deste estudo

André Serra Costa
Lisboa



APÊNDICE C – LISTA DOS DESTACAMENTOS DE OPERAÇÕES ESPECIAIS NO TEATRO DE OPERAÇÕES DO KOSOVO

Quadro n.º 5 - Lista dos DOE no TO do Kosovo

N.º do Destacamento	Data em que foi enviado para o TO Kosovo
1ª Fase do DOE no TO Kosovo	
DOE K1	Jul1999 a Jan2000
DOE K2	Jan2000 a Jun2000
DOE K3	Jul2000 a Jan2001
DOE K4	Jan2001 a Ago2001
2ª Fase do DOE no TO Kosovo	
DOE K5	Fev2005 a Set2005
DOE K6	Set2005 a Mar2006
DOE K7	Mar2006 a Set2006
DOE K8	Set2006 a Mar2007
DOE K9	Mar2007 a Set2007
DOE K 10	Set2007 a Mar2008
DOE K 11	Mar2008 a Set2008
DOE K 12	Set2008 a Mar2009
DOE K 13	Mar2009 a Set2009
DOE K 14	Set2009 a Mar2010
DOE K 15	Mar2010 a Set2010
DOE K 16	Set2010 a Mar2011
DOE K 17	Mar2011 a Set2011
DOE K 18	Set2011 a Mar2012
DOE K 19	Mar2012 a Set2012
DOE K 20	Set2012 a Mar2013
DOE K 21	Mar2013 a Set2013
DOE K 22	Set2013 a Mar2014
DOE K 23	Mar2014 a Set2014
DOE K 24	Set2014 a Mar2015
DOE K 25	Mar2015 a Set2015
DOE K 26	Set2015 a Abr2016
DOE K 27	Abr2016 a Out2016
DOE K 28	Out2016 a Abr2017

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE D – IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Quadro n.º 6 - Identificação dos entrevistados

Código	Identificação dos entrevistados					
	Patente Militar	Posto no momento em que foi destacado	N.º do DOE	Data da missão	Função	Observações
1ª Fase do DOE no TO Kosovo						
E1	Coronel	Capitão	DOE K1	Jul1999 a Jan2000	Comandante de Destacamento	Esteve presente no TO do Kosovo como S2 em 2005
E2	Sargento -mor	1ºSargento	DOE K2	Jan2000 a Jun2000	Adjunto de Operações do DOE	Participou em reuniões com vários líderes políticos e com a administração da ONU.
E3	Sargento -ajudante	1ºSargento	DOE K2	Jan2000 a Jun2000	Sargento de pessoal do DOE	Sem informações adicionais
E4	Coronel	Capitão	DOE K4	Jan2001 a Ago2001	Comandante de Destacamento	Sem informações adicionais
E5	Sargento -ajudante	1ºSargento	DOE K4	Jan2001 a Ago2001	Adjunto de Operações e Informações	Especialista de Sapadores, Comunicações e Sniper
2ª Fase do DOE no TO Kosovo						
E6	Tenente-Coronel	Tenente	DOE K5	Fev2005 a Set2005	Comandante de Destacamento	Sem informações adicionais
E7	Sargento -ajudante	1ºSargento	DOE K7	Mar2006 a Set2006	Sargento de pessoal (S1) do DOE	Sem informações adicionais
E8	Tenente-Coronel	Capitão	DOE K8	Set2006 a Mar2007	Comandante de Destacamento	Esteve presente no TO do Kosovo como S2
E9	Tenente-Coronel	Capitão	DOE K9	Mar2007 a Set2007	Comandante de Destacamento	Sem informações adicionais
E10	Major	Tenente	DOE K10	Set2007 a Mar2008	Comandante de Destacamento	Sem informações adicionais

E11	Sargento-ajudante	1ºSargento	DOE K11	Mar2008 a Set2008	Adjunto de Pessoal, Operações, Informações do DOE	Desempenhou funções como sniper da força
E12	Major	Tenente	DOE K14	Set2009 a Mar2010	Comandante de Destacamento	Sem informações adicionais
E13	Major	Tenente	DOE K15	Mar2010 a Set2010	Comandante de Destacamento	Sem informações adicionais
E14	Major	Tenente	DOE K16	Set2010 a Mar2011	Comandante de Destacamento	Sem informações adicionais
E15	Major	Tenente	DOE K17	Mar2011 a Set2011	Comandante de Destacamento	Sem informações adicionais
E16	Major	Tenente	DOE K18	Set2011 a Mar2012	Comandante de Destacamento	Sem informações adicionais
E17	Capitão	Tenente	DOE K25	Mar2015 a Set2015	Comandante de Destacamento	Sem informações adicionais

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE E – 1ª FASE: AMBIENTE OPERACIONAL

Quadro n.º 7 - 1ª Fase: Ambiente Operacional

Entrevista		
Ambiente Operacional		
Fase do Conflito	Tipo de Ameaça	Área de Operações
<p>E1: (...) “Foi claramente um conflito que se enquadra no contexto da resolução de conflitos de um conflito interno entre dois segmentos da população e que a comunidade internacional de uma forma muito direta influenciou e forçou a resolução deste conflito utilizando a própria força. O destacamento entrou com um enquadramento legal bem definido, com acordos estabelecidos entre as partes, entre a força da nato e o ELK e com as forças armadas sérvias”.</p> <p>E2: “Vivia-se um período de transição em que uma parte se aproveitava e era beneficiada enquanto a sua maioria vivia no limite da sobrevivência (...) O após qualquer conflito e sempre vivido de um modo instável e confuso e este não foi exceção”.</p> <p>E3: “Findo o conflito em 1999, a NATO instalou-se no TO e impôs uma paz frágil entre Sérvios e Albaneses. Em 2000 o Kosovo era caracterizado sobretudo pela instabilidade política e incerteza quanto ao futuro da região. Ambas as facções não queriam ceder esta porção de terreno com muitos recursos, e a</p>	<p>E1: (...) “Quando existem ameaças aqui são ameaças que consideramos spoilers ou alguns elementos que podem não concordar com o sistema (...) O que acontece neste tipo de situações ao nível da resolução de conflitos é que há alguns segmentos que não estão alinhados. O consentimento pode não ser vertical, pode haver um consentimento ao nível estratégico e ele não ir até ao nível tático, ou pode haver um conjunto de grupos criminais, pequenos segmentos da população, aldeia, bairros ou famílias, que não concorda com a situação podendo constituir uma ameaça para a força. Havia também um conjunto de riscos que tinham a ver com zonas minadas, zonais armadilhadas, com um conjunto de situações relacionadas com o terreno, munições não detonadas”.</p> <p>E2: “A ameaça com que nos deparamos na altura foi diversificada (...) tínhamos os ditos combatentes com estatuto de heróis de origem albanesa (...) mantinham a pressão sobre a comunidade de origem Sérvia (...) Por outro tínhamos a criminalidade organizada, que era o grande desafio para a OTAN”.</p>	<p>E1: (...) “Digamos que havia dois níveis, o primeiro de responsabilidade exclusiva, que tinha a ver com o setor do agrupamento português e depois uma segunda área onde nos atuávamos e não tínhamos responsabilidade exclusiva, que tinha a ver com a AOp da Brigada multinacional italiana, francesa e americana, quando havia situações que implicava nos irmos lá para avaliarmos a situação, ou outro tipo de operações”.</p> <p>E2: “A sua área de responsabilidade coincidia com a área atribuída ao agrupamento português área de Klina (concelho de Klina), contudo podia atuar em qualquer área atribuída a Brigada Internacional se caso fosse necessário ou até em todo o Kosovo, caso a KFOR assim o entendesse”.</p> <p>E3: “Ao DOE estava atribuída a AOp da Brigada Oeste da KFOR, comandada por um general italiano”.</p> <p>E4: (...) “A AOp atribuída ao destacamento de operações especiais era o setor Oeste (italiana), fazia fronteira com o Montenegro e</p>

<p>única coisa que impedia o regresso à guerra eram as forças internacionais. Naquela altura, os conflitos físicos eram residuais, com alguns focos de tensão no TO, mas sempre controlados pela KFOR”.</p> <p>E4: (...) “Havia a presença de bastantes forças internacionais, o que trazia estabilidade em todos aspetos. O Kosovo reclamava a sua independência e estava a criar estruturas administrativas como juntas de freguesia e municípios e já havia partidos políticos. A Sérvia reclamava o Kosovo como território sérvio e, portanto, havia alguma pressão entre a Sérvia e a Albânia. Esta pressão era sentida sobretudo na Albânia porque a grande maioria da população era pro albanesa, enquanto os pró-sérvios eram a minoria”.</p> <p>E5: “Com a entrada da NATO em cena no sentido de concentrar esforços na imposição do MTA (<i>Military Technical Agreement</i>) e na desmilitarização do UÇK para permitir o fim da fase violenta e restaurar a Paz, a proteção da população e regresso dos refugiados, assistiu-se neste período a um ambiente hostil, com muitas ações violentas de Kosovares Albaneses a Kosovares Sérvios”.</p>	<p>E3: A principal ameaça caracterizava-se por grupos organizados que tinham como objetivo destabilizar a tentativa de paz que a OTAN estava a tentar estabelecer.</p> <p>E4: (...) “A ameaça eram os grupos de criminalidade organizada que destabilizavam a região/território. Estes grupos faziam passagem de armas e droga e contrabando de tabaco (...) Eram compostos por famílias, ou seja, havia nome de famílias associadas a esses grupos criminosos. Estas famílias tinham zonas atribuídas no Kosovo, ou seja, nos íamos a determinada zona e sabíamos que essa local tinha influência de determinado grupo criminoso”.</p> <p>E5: “A ameaça vinha dos ex-combatentes do UÇK, que estavam no processo de desmilitarização do ELK e a sua transformação no Corpo de Proteção do Kosovo (KPC) (...) Escalar do crime organizado, tráfico de armas, seres humanos, em suma um ambiente muito inseguro”.</p>	<p>com a Albânia”.</p> <p>E5: “Tínhamos a área de Responsabilidade da Brigada Multinacional Oeste (...)”.</p>
Notas de Campo		
<p>NC 1 Quem: Coronel Quando: 151545ABR21 Onde: Após a entrevista via Zoom</p>		

Para quê: Esta nota de campo surgiu durante uma conversa informal, em que o Coronel que este no Kosovo abordou o ambiente operacional do conflito.

O quê: “O enquadramento foi clássico de atuação de uma força da comunidade internacional que deve funcionar como uma terceira parte perante um conflito interno que tinha terminado na parte violenta e estava a entrar-se num processo de resolução de conflito para a transformação de conflito”.

NC 2

Quem: Sargento-Mor

Quando: 031500MAI21

Onde: Após a entrevista via Zoom.

Para quê: Explicar a principal ameaça e desafios que as forças portuguesas se deparavam no Kosovo.

O quê: “Não tínhamos forças militares ou militarizadas sérvias, tínhamos sim a rivalidade entre comunidades sérvias em minorias restritas a enclaves que sofriam com ameaças da população de origem albanesa que era a maioria, esta mesma que também ameaçava as comunidades / etnias minoritárias, tais como, os ciganos e algumas comunidades católicas. A liberdade religiosa de um modo geral era aceite onde a maioria albanesa praticava o islamismo, sem ser extremista permitindo o culto do cristianismo católico por parte das pequenas comunidades, já quanto ao culto do cristianismo ortodoxo por parte da população sérvia, muitos dos locais de culto tinham de ser protegidos pelas forças da KFOR”.

NC 3

Quem: Coronel

Quando: 131600ABR21

Onde: Conversa informal ao telemóvel.

Para quê: Durante uma conversa informal ao telemóvel, o Coronel referiu alguns aspetos relativos à AOp em que o destacamento estava a operar.

O quê: “Nós tínhamos duas áreas: uma dentro da estrutura das Operações Especiais, pela qual nos eramos completamente responsáveis, que era a área onde atuava o agrupamento português. Fizemos o levantamento de situação de todas as aldeias, todos os líderes, todas as ameaças e problemas que havia, fizemos um estudo da área. A segunda AOp tinha a ver com a AOp da brigada, porque a nossa principal preocupação era termos informação que nos possibilitasse antecipar as ameaças ou problemas para o agrupamento português”.

Documentação

Durante a primeira fase do emprego de DOE no Kosovo, a KFOR inicia a sua missão ao abrigo da UNSCR 1244, no âmbito de apoiar a resolução do conflito nos Balcãs. O ambiente era de destruição, sendo que a população albanesa estava a retornar para o seu território e os sérvios a fugir (Vieira 2009).

De acordo com Siegertszt (2015) uma das finalidades da presença da KFOR era a de estabelecer uma relação “normal” entre o Kosovo e a Sérvia. Destaca ainda que a UE tinha como prioridade minimizar a corrupção, os delitos criminais, o crime organizado e os conflitos junto das suas fronteiras para prevenir um efeito “*spillover*” que possa instigar mais instabilidade na região, uma vez que constituíam a principal ameaça no TO.

“O DOE cumpria missões atribuídas pelo comando da KFOR em todo o território do Kosovo” (Cruz, 2014, pp. 78).

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE F – 1ª FASE: UNIDADE

Quadro n.º 8 - 1ª Fase: Unidade

Entrevista		
Unidade		
Estrutura	Dependência Operacional	Liberdade de Planeamento e Execução
<p>E1: (...) “O DOE era composto por 12 elementos, todos eles do quadro permanente, 2 oficiais, um capitão um tenente e 10 sargentos”.</p> <p>E2: “Constituído por 12 militares da FOEsp, 02 oficiais, 07 sargentos, 03 cabos”.</p> <p>E3: “O destacamento era composto por 12 elementos (1 capitão, 1 tenente, 7 sargentos e 3 cabos)”.</p> <p>E4: (...) “Eram destacamentos a 12 homens tal como os destacamentos dos americanos <i>Operational detachment</i> americano. Composto por 2 oficiais 4 sargentos e 6 praças os 6 praças um era cabo e os restantes soldados”.</p> <p>E5: (...) “Constituído 12 elementos: um Capitão, um Tenente, dois Sargentos-ajudantes com as funções de S1, S2, S4, dois 1ºSargentos especialistas de Sapadores e Comunicações, Sniper 1 cabo e cinco praças Especialistas de Operações Especiais com a função de condutores”.</p>	<p>E1: (...) A subordinação era direta ao CEMGFA e em teatro estavam numa estrutura dentro da brigada multinacional Oeste comandada por italianos e tinha uma relação de cooperação, mas não havia qualquer subordinação com o batalhão português que estava no Kosovo.</p> <p>E2: “O DOE estava “subordinado” a esta Brigada Internacional, apesar de termos um Agrupamento Português sediado em <i>Klina</i> o qual era parte integrante da referida Brigada. O DOE executava missões para a Brigada Internacional a quem enviava diariamente relatórios”.</p> <p>E3: “Estávamos instalados em Pristina, no Comando da Brigada. Integrávamos um grupo de Operações Especiais conjunto (Itália, Espanha, Portugal) e respondíamos diretamente ao Comando da Brigada (Italiana) e CJSOFT”.</p> <p>E4: (...) “Estávamos subordinados ao setor Oeste, ou seja, à brigada multinacional Oeste. O comandante normalmente era um general</p>	<p>E1: (...) “Era total (...), Como comandante de destacamento era eu que fazia o planeamento e decidia quando eram efetuadas as operações e como eram efetuadas. Por isso não havia constrangimento quanto ao planeamento ou <i>timings</i>, era sempre decisão do comandante de destacamento”.</p> <p>E2: “Desempenhámos as operações de forma independente no que toca ao planeamento e execução. No entanto, tínhamos que apresentar os produtos ao escalão superior”.</p> <p>E3: “Tínhamos autonomia e liberdade (...) para recolher todos os elementos necessários, e disponíveis, para o planeamento da missão”.</p> <p>E4: (...) “Em termos de Independência e liberdade tanto no planeamento como na execução a liberdade era total. Em termos de planeamento, atribuíam-nos a missão e nós fazíamos o planeamento e executávamos. Só na última missão que eu fiz é que tive que apresentar a missão ao escalão superior”.</p> <p>E5: “Na primeira fase do empenhamento no</p>

	<p>italiano, porque era o país que fornecia mais forças e, portanto, nós dependíamos diretamente do comandante do setor do comandante da brigada multinacional”.</p> <p>E5: “Conduzir Operações Especiais em apoio á <i>Multinacional Brigade West</i> (MNB-W), sediada na cidade de <i>Pec</i>, que detinha o TACON (controlo tático) dos DOE”.</p>	<p>TO do Kosovo, eramos autossuficientes em todos os aspetos, recebíamos as <i>FRAGOS</i> (ordens parcelares), e a partir dai todo o planeamento e execução era a nosso encargo”.</p>
Notas de Campo		
<p>NC 1 Quem: Coronel Quando: 131600ABR21 Onde: Conversa informal ao telemóvel. Para quê: Durante uma conversa informal ao telemóvel, o Coronel abordou a constituição dos DOE durante a primeira fase. O quê: “O Destacamento era a 12 militares, sendo que o DOEK1 foi composto apenas por graduados, no entanto os destacamentos seguintes já não tínhamos essa possibilidade”.</p> <p>NC 2 Quem: Coronel Quando: 1545ABR21 Onde: Após a entrevista via Zoom Para quê: O Coronel em forma de revisão realçou a estrutura operacional a que o DOE estava subordinado durante a missão. O quê: “Havia um batalhão português em <i>Klina</i> e nós estávamos entre <i>Klina</i> e <i>Pec</i>. Nós não tínhamos nada a ver com esse agrupamento. Durante metade da missão contei com a presença do batalhão português, mas a outra metade, cerca de 3 meses o DOE era a única força portuguesa que participava na missão da OTAN. Os DOE da primeira fase foram as primeiras forças portuguesas a entrar e as últimas a sair, sendo que estivemos sempre subordinados à MNB-W “.</p> <p>NC 3 Quem: Sargento-Ajudante Quando: 041900MAI21 Onde: Conversa via Zoom realizada após a entrevista para esclarecimento de algumas dúvidas.</p>		

Para quê: O sargento abordou a questão da liberdade e independência que era dada ao seu comandante de destacamento no planeamento e execução de tarefas

O quê: “Na primeira fase, os DOE Portugueses, sediados na localidade de Banja conjuntamente com os DOE Italianos e Espanhóis, estavam integrados numa estrutura de Operações Especiais e dispunham de toda a autonomia e independência no cumprimento das missões e tarefas atribuídas, tendo como missão conduzir Operações Especiais em apoio á Multinacional Brigade West (MNB-W), sediada na cidade de PEC, que detinha o TACON (controlo tático) dos DOE”.

Documentação

“O DOE era uma força do CTOE, do Exército. Constituída por 12 elementos de operações especiais com valências em várias áreas” (Cruz, 2014, pp.77).

“As missões atribuídas a este tipo de unidades, pela especificidade que as caracteriza, são conferidas pelos mais elevados escalões. Assim, permaneceram sob o Comando da Brigada Multinacional Oeste e em coordenação com o EM do Exército.” (Cruz, 2014, pp.77).

“Tendo em conta que o conceito básico de emprego das FOEsp requer planeamento centralizado e execução descentralizada das operações, as diretivas devem permitir uma flexibilidade suficiente às FOEsp, para que estas possam reagir às ações do adversário, bem como a autoridade necessária para reajustar a execução do plano, de modo a acompanhar a evolução das condições durante a conduta das operações.” (PDE 3-67-00: Operações Especiais, 2014, pp. 1-7).

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE G – 1ª FASE: MISSÕES E TAREFAS

Quadro n.º 9 - 1ª Fase: Missões e Tarefas

Entrevista			
Missões e Tarefas			
Reconhecimento Especial e Vigilância	Modos de atuação	Preparação para a missão	Principais dificuldades sentidas
<p>E1: (...) “Foi o RE do TO para apoiar essencialmente a atuação das forças convencionais com prioridade para o batalhão português que foi projetado depois. (...) A missão do meu destacamento foi uma missão única porque foi o destacamento que foi projetado após o final do conflito entre a ELK e os sérvios e foi projetado para essencialmente fazer um levantamento da situação do teatro, apoiar a projeção do batalhão português e depois garantir a ligação e a recolha de informação no teatro com prioridade para o sector onde estava o batalhão português para apoiar a operação como um todo”.</p> <p>E2: “DOE normalmente executava missões tipo Humint (recolha de informação através do contacto com as pessoas) e reconhecimento de área o qual abrangia política,</p>	<p>E1: (...) “O nosso modo de atuação era coberto. Andávamos sempre fardados e devidamente identificado, viaturas com bandeira nacional visível, uniformes em uso no exército, a única descrição que havia era nos não usarmos simbologia que nos identificasse como FOEsp”.</p> <p>E2: “Utilizamos o modo coberto, uma vez que não demonstrávamos em alguma situação que eramos militares da componente de operações especiais “.</p> <p>E3: “O principal modo de atuação era coberto, porque não nos identificamos como militares pertencentes a uma FOEsp, mas sim como militares da KFOR “.</p> <p>E4: (...) “No mínimo era sempre coberto porque nós não estávamos identificados como FOEsp. Nas</p>	<p>E1: (...) “Tirando esta pequena exceção do HUMINT que era a missão que executávamos com regularidade (...) em termos de RE e vigilância, tínhamos preparação e sabíamos executar “.</p> <p>E2: “A preparação para esta missão teve como base o treino militar e, portanto, estávamos preparados, no entanto em algumas situações foi necessário saber lidar com a população e nomeadamente com a classe política, e nesse sentido tínhamos algumas lacunas “.</p> <p>E3: “Todos estavam preparados e motivados para cumprir as tarefas solicitadas “.</p> <p>E4: (...) “Nós já tínhamos alguma experiência noutro tipo de operações, nomeadamente operações de evacuação. O próprio</p>	<p>E1: (...) “não houve grandes dificuldades. Tivemos sempre um apoio muito próximo por parte das autoridades portuguesas, das forças no teatro, portanto as dificuldades eram as dificuldades normais de cumprir a missão (...) O conjunto de apoios que nos iam ser dados permitiram-nos resolver as dificuldades todas “.</p> <p>E2: “Globalmente, senti que cumprimos cabalmente com as missões atribuídas e, portanto, as principais dificuldades sentidas, são inerentes a uma missão num TO “.</p> <p>E4: (...) “Não senti grandes dificuldades a não ser aquelas inerentes às condições das</p>

<p>geografia ensino, saúde e minorias étnicas”.</p> <p>E3: “Reconhecimento especial através da recolha de informação junto da população que estava no TO. Para isso utilizávamos técnicas HUMINT”.</p> <p>E4: (...) “A principal missão que fizemos foi o reconhecimento especial. (...) Através quer da vigilância de pontos de passagem na fronteira através de PO quer através de técnicas de HUMINT, ou seja, a recolha de informação através de Fontes humanas e do contacto com fontes humanas. (...) Nós tínhamos Fontes nas várias povoações e aldeias da área e também em alguns setores da administração do estado: juntas de freguesia, camaras e escolas “.</p> <p>E5: “conduzir operações de Reconhecimento Especial (...) Fizemos recolha de informações em toda a Área de responsabilidade (AOR) da BMN-W, através das técnicas de HUMINT (...) constantes ações de Reconhecimento e Vigilância das Fronteiras da <i>Federal Republic of Yugoslavia</i> (FRY) e da Albânia,</p>	<p>missões de HUMINT eramos uma força portuguesa e nas missões de vigilância também. No mínimo coberto porque havia sempre o cuidado de não haver a divulgação da realização da operação. Isto porque eram vigilâncias da fronteira, muitas vezes em pontos de passagem de contrabando e, portanto, não havia interesse em revelar a operação “.</p> <p>E5: “Estávamos perfeitamente identificados como militares da KFOR, no entanto não tínhamos qualquer simbologia que nos identificasse como FOEsp “.</p>	<p>destacamento que foi projetado era comandando por mim há mais de um ano e meio. Tínhamos muito boa preparação técnica, tática e teórica “.</p> <p>E5: “estávamos muito bem preparados, com elementos muito bem formados e qualificados em várias valências, (HUMINT, CIMIC, Apoio á Paz, Tiro, proteção de Altas Entidades, ISR) “.</p>	<p>missões. O clima, o rigoroso inverno e verão que era muito quente. As dificuldades sentidas devido ao clima eram sentidas principalmente nas missões de vigilância durante o inverno “.</p> <p>E5: “No geral saímos com a sensação de dever cumprido, e, portanto, não identificamos grandes dificuldades. Houve sim alguns problemas no que toca às comunicações e no que diz respeito à dificuldade à língua falada no Kosovo “.</p>
---	---	---	--

<p>zonas muito sensíveis e complicadas, com a finalidade de recolher dados sobre rotas de contrabando, aqui contribuimos para grandes apreensões de armamento e artifícios de fogo “.</p>			
---	--	--	--

Notas de Campo

NC 1

Quem: Coronel

Quando: 131600ABR21

Onde: Conversa informal ao telemóvel.

Para quê: Abordou as principais missões realizadas pelo DOE.

O quê: “As principais missões realizadas na primeira fase, e nomeadamente no meu destacamento foi o RE. Para tal, recorreremos em muito dos casos as técnicas de HUMINT. Através de redes de informadores, compostas por indivíduos que passavam informação porque eram contra a situação que se estava a passar no país e outros que passavam informação em troca de alguma coisa”.

NC 2

Quem: Sargento-Ajudante

Quando: 041900MAI21

Onde: Conversa via Zoom realizada após a entrevista para esclarecimento de algumas dúvidas.

Para quê: Esclarecer que tipo de abordagem era utilizado nas técnicas de HUMINT utilizadas.

O quê: “O grande *goal* era a recolha de informação nomeadamente através de HUMINT o que algumas vezes nos colocava em situações desagradáveis em que as nossas fontes ao se exporem, não lhe conseguíamos assegurar cobertura, em termos de segurança, para não falar da dificuldade que tínhamos em saber da veracidade do que nos era dito. Isto colocava-nos numa situação incómoda e nem sempre esclarecedora de confiarmos ou não na fonte”.

NC 3

Quem: Sargento-Ajudante

Quando: 041900MAI21

Onde: Chamada telefónica

Para quê: Esclarecer o modo de atuação utilizada durante a missão,

O quê: “O principal modo de atuação utilizado era o coberto. Não tínhamos intenções de mostrar que eramos FOEsp. Principalmente em missões

de RE e vigilância, abordávamos as situações de forma dissimulada para que não fosse descoberta a nossa identidade “.

Documentação

De acordo com Godinho (2003), as principais missões e tarefas atribuídas ao DOE durante a primeira fase foram: conduzir atividades de HUMINT, de acordo com os quesitos concretos do escalão superior, conduzir operações de RE e vigilância, planejar operações de Ação Direta de contingência, nacionais ou em colaboração com FOEsp de outros países e conduzir treino combinado.

Durante esta fase destacar ainda o papel do DOE K1, que realizou operações no âmbito do RE e estudo e avaliação inicial da AOp à responsabilidade da FND portuguesa, servindo como elemento facilitador para a ambientação e entrada da força no TO (Narciso, 2018).

No modo coberto a operação e detalhes da missão executada por militares das FOEsp é conhecida e divulgada, no entanto, a Força de Operações Especiais que foi responsável realizar a missão é secreto (EME, 2010).

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE H – 1ª FASE: APOIOS

Quadro n.º 10 - 1ª Fase: Apoios

Entrevista	
Apoios	
Tipos de Meios Disponibilizados	Colaboração com Forças Estrangeiras
<p>E1: (...) “Os meios há época, há 22 anos, eram meios suficientes. Tínhamos as melhores viaturas para aquela missão, melhores meios de comunicação. Tínhamos o melhor equipamento que Portugal tinha e que lamego disponibilizava. Eram meios suficientes e foram os suficientes para cumprir a missão “.</p> <p>E2: “Ao nível do armamento, equipamento e comunicações eramos autónomos e caso necessitássemos de algo que não tínhamos pedíamos ao agrupamento (...) Tivemos à disposição material do batalhão italiano, ou seja da brigada multinacional Oeste “.</p> <p>E3: “Os meios disponibilizados ao DOE para a grande maioria das missões foi suficiente. Em algumas missões, foi necessário recorrer ao apoio do Comando da Brigada Italiana, ou Forças amigas (outras forças OE no TO) “.</p> <p>E4: (...) “As missões que realizávamos não exigiam grandes meios (...) e, portanto, os meios que nós tínhamos e que eram disponibilizados pela brigada eram suficientes “.</p>	<p>E1: (...) “Na brigada multinacional de comando italiano estava um conjunto de DOE: portugueses, italianos e espanhóis. Nós estávamos aquartelados junto das FOEsp espanholas (...) havia colaboração em termos de metodologia de emprego, mas nunca ouve nenhuma missão combinada entre FOEsp. Nós atuávamos de forma independente embora utilizássemos as mesmas metodologias e falássemos uns com os outros para ver o que andávamos a fazer (...) A interoperabilidade não se colocava porque estávamos numa época embrionária daquilo que era o conceito de forças operações especiais combinadas com toda a interoperabilidade que esta associada “.</p> <p>E2: “Com os DOE Espanhóis e Italianos a missão foi atribuída pelo Comandante da Brigada Multinacional e constava na aquisição e se possível captura ou identificação de “insurgentes”</p> <p>E3: “Para além do contacto diário que tínhamos com a força italiana (Percursos) e Espanhola (Legião) realizamos exercícios com EUA (<i>Special Forces</i>), Canadá (PQ), Bulgária (FOE), UK (<i>Gurcas</i>), entre outras “.</p> <p>E4: (...) “No nosso setor trabalhávamos em paralelo com um destacamento italiano e com um destacamento espanhol. Estávamos localizados num antigo hotel abandonado que estava ocupado por uma força Italiana (...) As missões eram atribuídas aos 3 destacamentos e cada um nomeadamente nas missões de vigilância e, portanto, cada destacamento tinha um setor à sua responsabilidade e</p>

não havia necessidade de interoperabilidade “.

E5: “Na primeira fase partilhávamos as missões com os DOE ITA e DOE ESP, pelo que tinha que haver e houve total integração de todos, fazíamos treinos cruzados, partilhávamos experiências, partilhávamos o planeamento, a única dificuldade que tínhamos eram os meios rádios que não eram compatíveis entre forças “.

Notas de Campo

NC 1

Quem: Coronel

Quando: 131600ABR21

Onde: Conversa informal ao telemóvel.

Para quê: Informação relativa aos meios que foram disponibilizados durante a primeira fase do emprego de DOE no TO do Kosovo.

O quê: “Os meios necessários eram sempre dados por quem atribui a missão. A grande maioria das missões foram executadas na brigada Oeste, no sector Oeste. Era a Brigada que nos dava esse apoio. A determinada altura executamos uma determinada missão onde havia necessidade de reforço, realizada no setor sudeste que era uma AOp da brigada americana e tivemos lá cerca de 1 mês a executar vigilâncias à fronteira com a Sérvia porque entre o Kosovo e a Sérvia. No caso dessa missão foram os americanos que davam apoio nomeadamente alojamento, ou seja, o apoio logístico”.

NC 2

Quem: Sargento-Mor

Quando: 031500MAI21

Onde: Após a entrevista via Zoom.

Para quê: Abordou o tipo de colaboração que havia com FOEsp de outros países, e como mantinham a comunicação.

O quê: “Havia um elemento de ligação na Brigada internacional de comando italiano que era constituída por forças de 3 nações, Itália, Espanha e Portugal, com o seu comando e quartel-general em PEC. Este elemento de ligação não fazia parte do DOE, sendo guarnecido por 1 Tenente-Coronel de Operações Especiais”.

Documentação

“A participação das FOEsp nas FND demonstra também que os meios e capacidades utilizadas possibilitam o cumprimento da maior parte das tarefas impostas. No período de 1999 e 2001 as FOEsp foram empenhadas no TO do Kosovo com quatro DOE” (Caravana, 2009, pp. 26).

“A participação das FOEsp sob a forma de DOE também acontece em exercícios no âmbito da EUFOR e em exercícios combinados com

FOEsp de outros países. Esta força multinacional é constituída por forças de países como a Espanha, Itália e Portugal a fim de contribuir para a segurança e defesa europeia, tal como foi o caso do emprego de FOEsp no Kosovo” (Caravana, 2009, pp. 22).

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE I – 2ª FASE: AMBIENTE OPERACIONAL

Quadro n.º 11 - 2ª Fase: Ambiente Operacional

Entrevista		
Ambiente Operacional		
Fase do Conflito	Tipo de Ameaça	Área de Operações
<p>E7: “O ambiente era tenso, o estado político e social era instável (...) As forças das KFOR mantinham a sua presença no TO porque ainda não estava decidido o futuro do Kosovo “.</p> <p>E8: “O conflito era volátil (...) Vivenciei um Kosovo a beira da definição do seu estatuto final e o nascimento destes partidos mais extremistas que politicamente incentivavam ao ódio, autodeterminação, diziam que a missão das nações unidas não era bem-vinda (...) Passamos de um controlo de estabilidade entre as duas etnias com uma preocupação constante com as manifestações, com os ataques a tribunais, esquadras de polícia porque não reconheciam a capacidade da polícia e porque acusavam a polícia da UE de parcialidade e porque não eram bem vistos“.</p> <p>K9: “Era um conflito latente e inconstante, motivado pela religião e pelo poder. A tensão podia escalar rapidamente entre a população sérvia e a população albanesa “.</p> <p>E10: “O clima era tenso e existia uma ameaça</p>	<p>E6: “A principal ameaça existente, à data, era inerente à criminalidade organizada, em especial no norte do Kosovo. A existência de elementos pertencentes a ex-grupos paramilitares potenciava a escalada do conflito, caso este se materializasse “.</p> <p>E7: A principal ameaça era o crime organizado. A OTAN e o DOE não tinha propriamente uma ameaça declarada, no entanto, era notório as atividades de certos grupos clandestinos, nomeadamente trafico de droga e corrupção “.</p> <p>E8: “Como país pobre que o Kosovo era e é, a principal ameaça era a criminalidade, ou seja, eu não tinha uma ameaça direta às forças da Nato. O problema era que interferíssemos com as operações de criminalidade no Kosovo, poderíamos ser apanhados no meio de uma conflitualidade que não estava direcionada a nós. A criminalidade no Kosovo era basicamente tráfico de armamento, tráfico de combustível, tráfico de bens, por exemplo madeira para o aquecimento das casas “.</p>	<p>E6: “A AOp do Batalhão/FND era a totalidade do Kosovo (“<i>Kosovo wide</i>”), pelo que o DOE efetuou reconhecimentos de zona e de área a todos os distritos do Kosovo “.</p> <p>E7: “Não tínhamos uma AOp atribuída, tínhamos que atuar no TO como um todo, estando preparados para realizar operações em qualquer lugar a qualquer altura “.</p> <p>E8: “Nos não tínhamos uma AOp, fazíamos operações <i>Kosovo Wide</i> (...) O Kosovo é uma espécie de caldeirão, está rodeado de montanhas, no centro andávamos sempre sem preocupação nenhuma, ou tínhamos os problemas da questão da neve como era normal, mas raramente íamos para as montanhas “.</p> <p>E9: “Se quisermos chamar de AOp, temos de afirmar que a nossa AOp era o TO do Kosovo como um todo “.</p> <p>E10: “No âmbito das forças da OTAN a destacar que o 2BIKFOR era reserva e não tinha uma área específica de atuação (...) Nos</p>

<p>latente que se traduzia na insegurança por parte da população (...) Era notório a diferença entre as etnias e embora estivessem separados existiam vários enclaves espalhados pelo território. Existia desconfiança nas forças que estavam no TO por parte de algumas populações e uma aceitação por parte de outras porque se sentiam protegidas pela KFOR. Surgiu no TO aquando da independência do Kosovo, protestos e manifestações em especial na zona norte, em Mitrovica “.</p> <p>E11: “sentia-se um clima de alguma instabilidade, estava na calha o processo de independência que viria a acontecer o que nos levou a ter que intervir na região Norte do Kosovo mais propriamente em Mitrovica “.</p> <p>E14: “Estávamos numa fase de paz podre. Andava toda a gente com muito cuidado para não ferir suscetibilidades porque a qualquer momento podia inflamar e gerar violência. Tínhamos a noção que estávamos a ser observados e que sempre que íamos para zonas mais sensíveis havia pessoas a controlar os nossos movimentos, o que dá a entender que a qualquer momento podia acontecer um levantamento populacional e aparecer uma manifestação “.</p> <p>E13: “O conflito em 2010 estava estabilizado em maior parte do país, no entanto, na região</p>	<p>E9: “A principal ameaça no TO do Kosovo era a criminalidade organizada “.</p> <p>K10: “Não havia propriamente uma ameaça declarada, um inimigo que identificássemos. Havia sim organizações clandestinas, umas apoiadas pela Sérvia e outras pelo lado albanês (...) existia tráfego, especialmente nas zonas fronteiriças e havia indícios de crime organizado e organizações clandestinas que tentavam por um lado que o Kosovo fosse independente e por outro o evitar o reconhecimento do Kosovo como país independente “.</p> <p>E11: “O crime organizado era a ameaça (...) embora não houvesse uma ameaça declarada contra nós. Existia uma ameaça à tranquilidade e boa conveniência entre comunidades “.</p> <p>E12: “Era constituída sobretudo pelo crime organizado, mas não causava uma ameaça a não ser que estivéssemos no local errado à hora errada. De resto a ameaça era essencialmente small arms fire e tudo o que estava ligado ao controlo de tumultos “.</p> <p>E13: “Existia uma estrutura paralela composta por organizações clandestinas no Kosovo, que era apoiada diretamente pela Sérvia (...) tinha os seus próprios representantes políticos e grupos de pessoas organizadas que os</p>	<p>tínhamos que estar preparados para o TO Kosovo todo (...) A AOp por ser um ambiente muito complexo. O terreno era diversificado, com várias planícies de áreas agrícolas e zonas montanhosas junto às fronteiras. Existiam alguns obstáculos naturais, como rios, e obstáculos artificiais como zonas minadas e contaminadas “.</p> <p>E11: “A missão do ModAp era estar preparado para ser empregue em todo o Kosovo a fim de garantir a proteção da força, a perceção da situação atual e á ordem apoiar todas as atividades da KTM “.</p> <p>E12: “A AOp era a área toda do Kosovo. Nós tínhamos que ir ao teatro todo “.</p> <p>E13: “A AOp atribuída ao meu Destacamento de Operações Especiais foi o Kosovo todo. Isto deveu-se ao facto de podermos atuar em qualquer parte deste país “.</p> <p>E14: “Nós realizávamos operações no Kosovo inteiro, porque o batalhão era a reserva da KFOR. Isto obrigava-nos a ter a capacidade de atuar em qualquer lugar”.</p> <p>E15: “Nós como reserva da KFOR podíamos ser empregues em todo o Kosovo, no entanto durante o meu destacamento foi decidido empregar a reserva numa AOp (<i>maneuver box</i>) onde havia maioritariamente crime</p>
---	--	--

<p>Norte do Kosovo, em Mitrovica, ainda existiam fricções e tensões, devido ao facto de esta região ser habitada por cidadãos de origem Sérvia e não aceitarem a independência do Kosovo “.</p> <p>E14: “Era um conflito complicado e complexo. No quotidiano não sentíamos risco, no entanto havia sempre vestígios do ódio no que diz respeito às questões raciais e étnicas”.</p> <p>E15: “Houve diversos tumultos em Pristina, tumultos da parte Sérvia na nossa AOp e o general da KFOR descreveu o conflito como emergente e perigoso (...) Nesta fase começa a construção de <i>roadblocks</i>, algo que seria combatido por destacamentos seguintes “.</p> <p>E16: “O conflito do Kosovo estava aceso. Os kosovares sérvios queriam que o local onde eles estavam a viver no Norte pertencesse à Sérvia. E criaram os <i>roadblocks</i>, para criar fronteiras e obrigar os kosovares albaneses a não interferir no lado sérvio “.</p> <p>E17: “O conflito do Kosovo era volátil e assentava em disputas políticas, demográficas e históricas e, em particular para os sérvios, em fatores religiosos e emocionais “.</p>	<p>apoiavam “.</p> <p>E14: “Organizações criminosas, que movimentavam dinheiro, tráfico de droga e tráfico humano”.</p> <p>E15: “Era uma ameaça difusa composta por organizações criminosas e crime organizado. Houve suspeita da presença de elementos terroristas na área, nomeadamente uma célula terrorista Al Qaeda. As principais tarefas desempenhadas por estes crimes organizados era tráfico de órgãos, madeira “.</p> <p>E16: “Os kosovares albaneses não interferiam muito, era um povo que fazia manifestações, com muito barulho, mas só queriam que aparecesse na televisão e passar a mensagem (...) Os kosovares sérvios tinham uma organização muito bem consolidada e experiente que sabia contrariar as nossas medidas “.</p> <p>E17: “A ameaça no TO Kosovo era caracterizada, pela presença de grupos de crime organizado, por Clãs, pelos partidos políticos, por grupos Kosovares Sérvios (KoS) não cooperantes, por grupos Kosovares Albaneses (KoA) não cooperantes (...) sendo o contrabando a atividade ilegal mais vulgar no Kosovo “.</p>	<p>organizado “.</p> <p>E16: “Nós não tínhamos uma AOp (...) A zona Norte é a zona mais montanhosa, enquanto de <i>Slim Lines</i> a <i>Mitrovica</i> é plano “.</p> <p>E17: “A AOp do DOE para o cumprimento de missões, abrangia todo o Kosovo, contudo a sua AOR (<i>Area of Responsibility</i>) era Mitrovica. À KTM foi atribuída uma <i>Maneuver Box</i> (ManBox) “.</p>
---	---	---

Notas de Campo

NC 1

Quem: Tenente-Coronel

Quando: 171600ABR21

Onde: Chamada telefônica.

Para quê: Descrever a o ambiente operacional vivido pelo DOE.

O quê: “Nós tínhamos que ter algum cuidado e estar atentos a indícios de atividade inimiga, principalmente quando íamos para o Norte, nomeadamente Mitrovica e todos os distritos adjacentes. Para Oeste os 3 distritos eram de maioria Sérvia e eram muito complicados”.

NC 2

Quem: Major

Quando: 241000ABR21

Onde: Chamada via Zoom.

Para quê: Entender a tipologia de ameaça, que estava presente no Kosovo.

O quê: “Para além da alta criminalidade, a ameaça também era constituída por antigos combatentes que estavam num processo de integração e não sabiam qual seria o seu futuro. Naquela altura falava-se na criação de um exército do Kosovo, mas como o Kosovo ainda não era um país independente e era um protectorado nas Nações Unidas eles ambicionavam a criação de um exército. Estavam ali num limbo que não sabiam bem para onde tender. Quando se juntavam faziam manifestações, e causavam incidentes”.

NC 3

Quem: Major

Quando: 261600ABR21

Onde: Conversa informal após entrevista.

Para quê: Perceber em que AOp atuavam os DOE.

O quê: “Operávamos sobretudo em operações *Kosovo Wide*, o que me dava liberdade para conhecer o Kosovo e andar para todo o lado, sem restrições de movimentos. Tendo uma AOp com a área do Kosovo é limitador porque por um lado conhecêssemos tudo, mas por outro não conhecemos nenhuma zona ao pormenor “.

Documentação

“O Ambiente Operacional no Kosovo, como referido anteriormente é extremamente complexo e volátil dado a convergência cultural e étnica da região” (Santos, 2016, pp. 15).

Segundo um Relatório final de missão do CFT (2006) uma das principais ameaças verificadas na segunda fase é o crime organizado associado à economia paralela continua a ser um fator desestabilizador. O bom ou mau desempenho das Forças responsáveis pela segurança a apoio da População, são importantes para assegurar, ou não, a segurança e a estabilidade do Kosovo (Santos, 2016).

“O DOE cumpria missões atribuídas pelo Comando da KFOR em todo o território do Kosovo” (Cruz, 2014, pp. 78).

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE J – 2ª FASE: UNIDADE

Quadro n.º 12 - 2ª Fase: Unidade

Entrevista

Unidade				
Estrutura	Dependência Operacional	Liberdade de planejamento e execução	Preparação para a missão	Principal dificuldade sentida
<p>E6: “DOE a 6 elementos: 1 Oficial; 2 Sargentos e 03 Praças (Cabos)”.</p> <p>E7: “O destacamento era constituído por 6 operadores: 1 tenente, 2 sargentos e 3 cabos “.</p> <p>E8: “O destacamento era constituído por 6 elementos, 1 oficial, 2 sargentos e 3 praças “.</p> <p>E9: “O destacamento era constituído por um oficial, 2 sargentos e 3 cabos “.</p> <p>E10: “O destacamento era composto por 6 elementos, 1 oficial, 2 primeiros-sargentos e 3 primeiros-cabos “.</p> <p>E11: “O DOE onde estava inserido, era constituído por um tenente, dois sargentos e três cabos adjuntos “.</p>	<p>E6: “O DOE constituía organicamente o denominado Módulo de Apoio, diretamente dependente do Comandante do Batalhão/FND em termos hierárquicos”.</p> <p>E7: “Como módulo de apoio, integramos o BIMEC. Dependíamos diretamente do comandante do batalhão português “.</p> <p>E8: “Na teoria o destacamento de operações especiais que no TO Kosovo era aplaudível por módulo de apoio estava inserido nas unidades escalão batalhão. Ou seja, o destacamento depende única e exclusivamente do comandante do batalhão (...) devido ao desconhecimento e por falta de aprofundamento da capacidade de empregar</p>	<p>E6: “O DOE era autónomo”.</p> <p>E7: “A nossa força disponha de um espaço próprio para planeamento (...) Tínhamos autonomia e liberdade para recolher todos os elementos necessários, e disponíveis para o planeamento da missão “.</p> <p>E8: “Por um lado tinha liberdade total e parecia que não estava a trabalhar para o batalhão, mas por outro eramos os militares que melhor conhecíamos o TO “.</p> <p>E9: “Tinha liberdade total para o planeamento e execução das missões “.</p> <p>E10: “Em termos das missões, executávamos missões em apoio ao batalhão, mas tinha independência no âmbito</p>	<p>E6: “Estávamos preparados, Todos os militares eram experientes, tendo inclusivamente missões já executadas, além de inúmeros exercícios nacionais e internacionais”.</p> <p>E7: “Há sempre aspetos a melhorar, no entanto achei que o destacamento estava preparado e motivado para cumprir as tarefas solicitadas “.</p> <p>E8: “Achei que o pessoal ia minimamente treinado e com vontade de atuar no TO do Kosovo (...) É uma missão que pode ter alguns pontos mais críticos, mas não é uma missão em que andamos em constantes situações de combate e por isso é fácil de mitigar algumas debilidades existentes na força “.</p> <p>E9: “A preparação do</p>	<p>E6: “A integração na manobra do Batalhão, em apoio às subunidades”.</p> <p>E7: “Por vezes a hierarquia tradicional não ajuda (...) houve certas situações em que os comandantes de batalhão e companhia podiam ter utilizado e abusado do uso do módulo de apoio e não o fizeram por falta de conhecimento “.</p> <p>E8: “As dificuldades foram a compreensão do que um DOE pode trazer ao nível tático a uma unidade de escalão batalhão. Foi o desconhecimento das capacidades do DOE e o que podíamos fazer com ele (...) Tive que trabalhar muito e pedir apoio ao CTOE, porque em determinadas situações foi difícil entender o que estávamos ali a fazer “.</p>

<p>E12: “Era composto por 6 elementos, 1 oficial, 2 primeiros-sargentos e 3 cabos “.</p> <p>E13: “Constituído por 1 oficial, 2 sargentos e 3 cabos “.</p> <p>E14: “Era constituído por 1 oficial, 2 sargentos e 3 praças”.</p> <p>E15: “O destacamento era constituído por 6 elementos. Era composto por 1 oficial 1 sargento e 4 praças “.</p> <p>E16: “O destacamento era constituído por 6 militares. Eu era o comandante depois tinha 2 sargentos e 3 praças. Consoante a missão articulávamos “.</p> <p>E17: “constituído por 6 operadores (1 oficial, 2 sargentos e 3 praças) “.</p>	<p>um DOE e embora estejamos subordinados ao comandante do batalhão, as vezes recebíamos missões e tarefas do S3 e informações “.</p> <p>E9: “O destacamento estava diretamente sob o comando do batalhão português “.</p> <p>E10: “Estávamos subordinados ao comandante do batalhão português, o 2º Batalhão de Infantaria da Brigada de Intervenção “.</p> <p>E11: “Na segunda fase de empenhamento dos DOE no TO do Kosovo, os DOE passaram a designar-se por Módulo de Apoio (ModAp), ficando na dependência direta e sob comando completo do CMDT da FND “.</p> <p>E12: “Administrativamente estávamos inseridos na ACOE, que era a</p>	<p>do planeamento e execução “.</p> <p>E11: “Realizávamos as missões e tarefas em colaboração com o S3 e Informações, no entanto tínhamos liberdade total na execução e planeamento “.</p> <p>E12: “Tínhamos muita independência e liberdade, recebíamos as tarefas que tínhamos para executar, quer seja em apoio de CCRC e operações que o batalhão tivesse que realizar, quer em resposta as suas necessidades de informações através de planos de pesquisa ou preparação da área através do estudo das informações de uma potencial área de responsabilidade que fosse atribuída ao batalhão “.</p> <p>E13: “O Destacamento de Operações Especiais tinha toda a liberdade necessária quer no planeamento, quer na execução das missões”.</p>	<p>DOE era a indicada. Estávamos bem preparados para as missões que nos foram atribuídas “.</p> <p>E10: “O destacamento era polivalente e conseguia cumprir as missões que eram dadas pelo batalhão. Isto deveu-se a diversidade dos militares do meu destacamento, que me permitia salvaguardar todas as missões que me eram dadas (...) Isto foi possível porque o destacamento foi concebido a pensar na especificidade da missão no TO do Kosovo e da tipologia de missões que podiam surgir “.</p> <p>E11: “Estávamos muito bem preparados, com elementos muito bem formados e qualificados em várias valências (HUMINT, CIMIC, proteção a altas entidades) “.</p> <p>E12: “A preparação foi</p>	<p>E9: “Face ao desconhecimento por parte do batalhão, no modo de emprego que devia ser aplicado ao DOE, realizamos missões que não são doutrinariamente de operações especiais, mas que tínhamos de cumprir porque estávamos inseridos no batalhão “.</p> <p>E10: “A principal dificuldade desde o início, embora eu me tenha salvaguardado para ela foi o desconhecimento por parte do comando, do EM e das companhias do batalhão das missões e capacidades de um DOE. Esta dificuldade não era só referente à execução das missões, mas sim ao momento em que era atribuída uma missão ao destacamento, e na maioria das vezes não era a mais adequada para um DOE “.</p> <p>E11: “O próprio CMDT e o seu EM sentiam</p>
--	--	---	--	---

	<p>companhia de apoio, ma funcionalmente respondíamos diretamente ao comandante e eramos coordenados pelo S3, por vezes com o S2 quando recebíamos pedidos no âmbito das informações “.</p> <p>E13: “Estava dependente do Comandante da FND “.</p> <p>E14: “Estávamos subordinados ao 1ºBiPara (...), dependíamos totalmente do comandante dessa força”.</p> <p>E15: “Respondíamos diretamente ao comandante do batalhão português, o 2º Batalhão de Infantaria Mecanizado. Eu desempenhei funções no âmbito das operações e informações do batalhão “.</p> <p>E16: “A nível operacional dependíamos diretamente do comandante do batalhão. Recebíamos as ordens e as missões através do S3 ou do S2</p>	<p>E14: “Tínhamos liberdade total para fazer tudo aquilo que fosse necessário”.</p> <p>E15: “Tive liberdade total, tanto na realização das operações como no seu planeamento “.</p> <p>E16: “No nosso caso tínhamos toda a liberdade, mas sempre dentro dos parâmetros de apresentar o que pretendíamos fazer. Nada do que eu apresentei me foi negado (...) Sempre que íamos executar alguma missão eu apresentava ao S2 ou S3 ou diretamente ao comandante e após ser autorizado, preenchíamos o cartão de movimento e saíamos “.</p> <p>E17: “O DOE era uma unidade de execução por excelência, que executava e conduzia o planeamento de OE de forma independente. Contudo o EM da KTM assegurava o planeamento, coordenação e a conduta das operações</p>	<p>curta (...) no entanto conseguimos fazer o que desejávamos “.</p> <p>E13: “Sim sem dúvida alguma. Para além de termos os <i>Know how</i> dos Destacamentos de Operações Especiais anteriores, a elementos que foram comigo tinham muita experiência, facilitando quer no aprontamento, quer no decorrer da missão”.</p> <p>E14: “Tivemos o aprontamento de seis meses (...) em colaboração com o 1ºBiPara, e, portanto, a nossa preparação era boa”.</p> <p>E16: “Os militares que constituíam o destacamento estavam bem preparados, uma vez que a preparação dada aos militares das operações especiais era mais que suficiente para o TO do Kosovo. Como as missões não eram nada de novo</p>	<p>dificuldades e talvez algum receio em nos atribuir funções (...) os comandantes das forças regulares não tinham ainda muito bem a noção do que é ter forças deste tipo sob o seu comando e as capacidades que estas forças oferecem “.</p> <p>E14: “Embora a preparação tenha sido realizada em colaboração com o batalhão, sentimos que havia a dificuldade na interoperabilidade com forças convencionais”.</p> <p>E15: “Inicialmente o comandante não tinha qualquer conhecimento como empregar o DOE num TO”.</p> <p>E16: “O que faltava era conseguir tornar o nosso empenhamento ser uma mais-valia para o batalhão português, ou seja, fazer a ligação com a força de manobra. Muitas das vezes o comandante do batalhão</p>
--	--	--	--	---

	<p>dependendo se era do âmbito das operações ou de recolha de informações “.</p> <p>E17: “O comandante da KTM detinha o comando completo sobre o módulo de apoio, sendo que como comandante do DOE tinha a responsabilidade de aconselhar o comandante da KTM, relativamente ao emprego mais adequado do DOE “.</p>	em curso “.	<p>para o DOE, como força estávamos bem preparados “.</p> <p>E17: “A preparação do DOE foi exigente e longa e, portanto, estamos capazes de cumprir as missões que nos foram atribuídas “.</p>	<p>português focava-se na força de manobra e por vezes dificultava a comunicação com o DOE “.</p> <p>E17: “De uma forma geral, as missões atribuídas ao DOE no TO Kosovo, foram exigentes e muitas vezes complexas “.</p>
--	--	-------------	---	--

Notas de Campo

NC 1

Quem: Capitão

Quando: 011900MAI21

Onde: Chamada telefónica.

Para quê: Esclarecer quanto ao número de militares que integrou os DOE na segunda fase.

O quê: “O número de operadores (militares) era extremamente reduzido, 6 militares, o que obrigava a serem todos operativos, ou seja, inseparáveis quanto ao emprego em operações”.

NC 2

Quem: Major

Quando: 031800MAI21

Onde: Chamada via Zoom.

Para quê: Entender a estrutura a que o DOE estava subordinado e como era elaborado o processo de planeamento e execução das tarefas.

O quê: “As características e natureza das Operações Especiais (OE), e os princípios e critérios de emprego das SOTU, levavam a que o seu comando e controlo, fosse considerado de forma diferente, de acordo com a missão e o enquadramento da mesma. A SOTU era uma unidade de execução por excelência, que executava e conduzia o planeamento de OE de forma independente. Contudo o EM da KTM, cujas operações

previam o emprego da SOTU, tinha a capacidade para assegurar o planeamento, coordenação e a conduta das operações em curso, bem como a gestão da informação e a integração das OE no conceito de operação da KTM”.

NC 3

Quem: Major

Quando: 121800MAI21

Onde: Após entrevista via Zoom.

Para quê: Perceber a principal dificuldade sentida pelo DOE.

O quê: “, nas operações o DOE era colocado na reserva, o que a meu ver está incorreto. Não é uma reserva como o próprio nome indica, ou seja, pronta para intervir, reforçar uma companhia. No entanto compreendo que por incapacidade de nos atribuir tarefas e desconhecimento nos íamos para as operações e ficávamos na reserva “.

Documentação

Durante a segunda fase do empenhamento de FOEsp no TO do Kosovo, o módulo de apoio, com uma constituição diferente da primeira fase ficou sob o comando completo, do comandante da FND (Narciso, 2018).

Na fase II as FOEsp, estavam sob o comando de uma UEB que no caso do Kosovo era o batalhão KTM, a qual apoiavam com as suas capacidades únicas, necessárias ou uteis para cumprir todas as tarefas e missões atribuídas (PDE 3-67-00 – Operações Especiais).

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE K – RELAÇÃO ENTRE DOE E OS RESPETIVOS BATALHÕES PORTUGUESES

Quadro n.º 13 - Relação entre os DOE e os respetivos batalhões portugueses

Nº de DOE	Batalhão	Brigada
-----------	----------	---------

DOE K5	2º Batalhão de Infantaria	BrigInt
DOE K6	3º Batalhão Infantaria Paraquedista	BrigRR
DOE K7	1º Batalhão de Infantaria Mecanizado	BrigMec
DOE K8	1º Batalhão de Infantaria Paraquedista	BrigRR
DOE K9	2º Batalhão de Infantaria Mecanizado	BrigMec
DOE K 10	2º Batalhão Infantaria	BrigInt
DOE K 11	1º Batalhão de Infantaria Paraquedista	BrigRR
DOE K 12	Agrupamento Mike	BrigInt
DOE K 13	1º Batalhão de Infantaria	BrigInt
DOE K 14	1º Batalhão de Infantaria Mecanizado	BrigMec
DOE K 15	2º Batalhão Infantaria Paraquedista	BrigRR
DOE K 16	1º Batalhão de Infantaria Paraquedista	BrigRR
DOE K 17	2ª Batalhão Infantaria Mecanizado	BrigMec
DOE K 18	Grupo de Autometralhadoras	BrigInt
DOE K 19	1º Batalhão de Infantaria	BrigInt
DOE K 20	Agrupamento India	BrigMec
DOE K 21	2º Batalhão de Infantaria Paraquedista	BrigRR
DOE K 22	2º Batalhão Infantaria	BrigInt
DOE K 23	1º Batalhão de Infantaria Mecanizado	BrigMec
DOE K 24	1º Batalhão de Infantaria Paraquedista	BrigRR
DOE K 25	Grupo de Autometralhadoras	BrigInt
DOE K 26	2º Batalhão Infantaria Mecanizado	BrigMec
DOE K 27	2º Batalhão de Infantaria Paraquedista	BrigRR
DOE K 28	1º Batalhão de Infantaria Mecanizado	BrigInt

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE L – 2ª FASE: MISSÕES

Quadro n.º 14 - 2ª Fase: Missões

Entrevista	
Missões	
Reconhecimento Especial e Vigilância	Plano Brasil
<p>E6: “Estava mais vocacionado para tarefas de Reconhecimento e Vigilância; Recolha de Informações, maioritariamente HUMINT”.</p> <p>E7: “A principal missão que realizamos foi no âmbito do RE, nomeadamente na recolha de informação junto das populações, informações sensíveis na fronteira “.</p> <p>E8: “Em 2006, o Kosovo ainda era um protetorado das Nações Unidas. Esse ano era suposto o representante do secretário-geral das nações unidas <i>Mathi Athisari</i> apresenta-se a proposta do estatuto final do Kosovo. Isto quer dizer que até determinada altura o meu trabalho era reconhecimento e vigilância no âmbito de conhecer a áreas de operações e fazer estudos da área do Kosovo como um todo e áreas específicas onde o batalhão ia operar, o DOE ia reconhecer primeiro para o batalhão utilizar “.</p> <p>E9: “A principal missão realizada pelo destacamento, foi a de RE e vigilância. Em algumas operações utilizamos ainda técnicas HUMINT, para recolher informação “.</p> <p>E10: “Em termos de RE no apoio às operações que estavam a decorrer do batalhão e para as operações futuras “.</p> <p>E11: “O ModAp executou reconhecimentos de objetivos específicos indicados pelo CMDT da KTM para detetar, identificar, localizar e avaliar um objetivo de forma a determinar o emprego da força mais eficaz “.</p> <p>E12: “Fizemos reconhecimento ao teatro todo porque podíamos ir para</p>	<p>E6: “Tivemos a oportunidade de contribuir para o plano Brasil. O objetivo era recolher a identificação dos cidadãos portugueses que vivam no Kosovo”.</p> <p>E8: “Fizemos o plano Brasil que versava a recuperação de cidadãos nacionais (...) identificação de todos os cidadãos portugueses que estavam no Kosovo, caso houvesse alguma necessidade de os evacuar planeamentos itinerários principais, alternativos, contingência e emergência “.</p> <p>E12: “Realizámos ainda no âmbito das informações, o plano Brasil que consistia em ter a relação de todos os portugueses que estavam no Kosovo. Em caso de emergência tínhamos o seu contacto, sabíamos onde viviam e marcávamos pontos de recolha “.</p> <p>E14: “Plano Brasil, que consistia na retirada dos portugueses que estavam no TO”.</p> <p>E15: “Auxiliamos no plano Brasil. O principal objetivo era fazer a identificação e recolha de cidadãos portugueses “.</p>

qualquer zona do Teatro “.

E13: “Realizamos essencialmente missões de RE e Vigilância, no âmbito da pesquisa e recolha de informações “.

E14: “A missão principal que realizamos no Kosovo, relacionava-se com as informações (...) Nos primeiros dois meses fizemos um reconhecimento ao Kosovo inteiro”.

E15: “Realizamos operações de RE. Durante 3 semanas tivemos a fazer do *hand over/take over*, para percebermos como é que o Kosovo estava distribuído e organizado, as principais ameaças, e atualização dos planos de contingência (...) Fizemos cerca de 7 missões desta tipologia, com o objetivo de fornecer informações para o comandante do batalhão “.

E16: “Inicialmente até é a fase desses grandes nevões a nossa maior tarefa para além dos reconhecimentos a itinerários que nós acabávamos por ser as forças que estavam com maior liberdade e essa liberdade traduzia-se em termos de conhecer o território (...) No caso do DOE, como a KTM era reserva fazíamos reconhecimentos no sul do Kosovo na zona albanesa, onde por norma não havia grandes problemas e para norte onde havia mais probabilidade de sermos empenhados “.

E17: “Foram realizadas operações de RE, no âmbito da avaliação do objetivo, avaliação da ameaça e reconhecimento ambiental “.

Notas de Campo

NC 1

Quem: Major

Quando: 12100ABR21

Onde: Chamada via Zoom.

Para quê: Esclarecer o tipo de operações realizadas no RE e vigilância.

O quê: “Fiz bastantes operações de reconhecimento na AOp que foi atribuída ao batalhão português. Atuávamos sobretudo na zona de *Mitrovica e Zubin Potok*, com população maioritariamente kosovares sérvios. Os reconhecimentos foram sobretudo de área, mas também reconhecimentos

de infraestruturas locais, nomeadamente o posto da polícia, na qual consegui estabelecer uma ligação com o comandante da polícia”.

NC 2

Quem: Major

Quando: 161900ABR21

Onde: Chamada telefónica.

Para quê: Descrever o *modus operandi* das missões de RE e vigilância.

O quê: “O objetivo era operar no detrimento da intenção do comandante. Utilizamos o *drone raven* para operar no âmbito do reconhecimento o que foi uma mais-valia para recolher informação”.

NC 3

Quem: Major

Quando: 261600ABR21

Onde: Após entrevista via Zoom.

Para quê: Descrever o plano Brasil.

O quê: “O plano Brasil consistia na recuperação de cidadãos portugueses. Embora isto não fosse uma missão diretamente atribuída ao batalhão, como eramos os únicos portugueses no Kosovo, íamos ser os primeiros a evacuar os cidadãos do país, caso houvesse um escalonamento da violência”.

Documentação

“O DOE cumpria missões atribuídas pelo Comando da KFOR em todo o território do Kosovo. Essas ações eram essencialmente de vigilância e controlo de zonas de fronteira, reconhecimento de itinerários” (Cruz, 2014, pp.78).

No TO do Kosovo, um dos tipos principais de missões executadas pelo DOE é o RE, em apoio a outras unidades, como por exemplo a FND portuguesa (Caravana, 2009).

“É um tipo de operação especial, conduzida pelas FOEsp que se destina a obter, em tempo oportuno, informação específica, bem definida e de elevada sensibilidade, de importância estratégica ou operacional, podendo ainda servir para complementar outros métodos ou meios que se encontrem limitados pela meteorologia, tipo de terreno, contramedidas hostis ou disponibilidade de sistemas” (PDE 3-67-00 – Operações Especiais, pp. 2-4).

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE M – 2ª FASE: TAREFAS

Quadro n.º 15 - 2ª Fase: Tarefas

Entrevista	
Tarefas	
Apoio a tarefas de CCRC	Proteção a altas entidades
<p>E6: “Desempenhamos algumas tarefas relacionadas com o CCRC, em apoio ao batalhão, sobretudo através de apoio sniper”.</p> <p>K8: “No entanto a partir de uma determinada altura em que se aproximou esta definição do estatuto final do Kosovo, apareceu um conjunto de manifestações de autodeterminação (...) Como o batalhão português era a reserva da KFOR, passou a estar muitas vezes em tarefas de <i>Notice to move</i> preparado para atuar em tarefas de CCRC (...) Sempre que havia uma manifestação previamente marcada, o DOE ia antes, para sentir o pulso da população, sentir a pressão da localidade, ver movimentações e depois ficávamos sempre com o <i>notice de move</i> reduzido e ocupávamos posições elevadas com atiradores sniper”.</p> <p>K9: “Realizámos ainda tarefas no âmbito de CCRC, sobretudo no apoio ao batalhão. Através de uma equipa sniper, eramos os olhos do comandante de batalhão, em operações conjuntas”.</p> <p>K10: (...) “apoio às missões de CCRC do batalhão, na proteção do comando de uma forma mais próxima, quer de uma forma mais afastada através das equipas snipers”.</p> <p>K11: “Nas operações em apoio ao batalhão, realizávamos tarefas de CCRC (...) proteção da força através de execução de sniping conduzida por equipas sniper com o objetivo de identificar e informar a localização precisa de objetivos designados”.</p> <p>K14: “Semanalmente, independentemente das tarefas que tínhamos realizávamos exercícios no âmbito do apoio às operações de CCRC, quer seja ao nível de companhia e uma vez por mês ao nível de batalhão (...)”</p>	<p>E6: “Realizamos operações no âmbito da segurança pessoal e proteção da força”.</p> <p>K7: “Foram-nos atribuídas tarefas no âmbito da proteção e segurança a altas entidades”.</p> <p>K8: Missões de proteção a altas entidades, quando ia alguma entidade portuguesa como por exemplo, a visita do comandante da BrigInt/general do CFT. Neste tipo de tarefas garantimos a sua segurança desde a sua entrada no país até à saída.</p> <p>K11: Executar também Proteção a Altas Entidades materializado sempre que uma Alta Personalidade visitava o Kosovo ou a FND.</p> <p>K14: “Fazíamos também proteção a altas entidades, sempre que havia uma visita ao país. A segurança próxima era feita pelo destacamento e a afastada pelo batalhão.</p> <p>K15: “Foram ainda realizados operações de proteção a altas entidades, quando algum visitava a base portuguesa”.</p> <p>E14: “Realizamos tarefas no âmbito da proteção a altas entidades, nomeadamente ao Ministro da Defesa Nacional, que foi visitar a unidade onde Portugal estava alojado”.</p> <p>K17: “Proteção de altas entidades, numa operação que tinha como objetivo levar o general comandante da KFOR e o ministro dos negócios estrangeiros a uma reunião com elementos manifestantes, devido à evolução do conflito. Fizemos proteção ao embaixador e</p>

<p>Reduzíamos o fator “surpresa” do inimigo, porque víamos a sua aproximação com os cocktails molotov, possíveis armas escondidas. Procurávamos pontos altos com equipas sniper para observar e passar a informação para o batalhão que reagia consoante a nossa informação”.</p> <p>K15: “Operações relacionados com o CCRC, nomeadamente através da proteção da força (batalhão), com a equipa sniper do módulo”.</p> <p>E14: “Operações de CCRC, onde disponibilizávamos uma ou duas equipas sniper”.</p> <p>K17: No DOE tinha uma equipa sniper que auxiliava o comandante da companhia de manobra (BCOE). Funcionava como olhos do comandante nas operações de controlo de tumultos. O nosso objetivo era observar a ameaça, perceber quais os principais instigadores, identificar os líderes no meio da manifestação. Auxiliávamos o comandante para realizar as suas operações.</p> <p>K18: A maioria das missões realizadas era no âmbito das missões de CCRC. O DOE tinha um sniper, e havia um elemento que fazia de <i>spoter</i>/observador. Havia sempre uma equipa a estabelecer ligação com o escalão superior, uma equipa sniper para dar apoio efetivo, caso alguma ameaça se relevasse e uma parrelha que observava quem eram os elementos mais agitadores.</p> <p>K25: Realizamos tarefas no apoio ao CCRC, através do sniping.</p>	<p>operações em apoio a outras equipas de proteção pessoal”.</p> <p>K18: “Ambas as partes acalmaram devido ao clima e a partir daí as missões eram mais no âmbito da proteção a altas entidades quando visitavam o campo onde Portugal estava”.</p> <p>K25: “Operações no âmbito da proteção de altas entidades, nomeadamente tínhamos capacidade para proteger apenas uma alta entidade”.</p>
--	--

Notas de Campo

NC 1
Quem: Tenente-Coronel
Quando: 120900ABR21
Onde: Chamada via Zoom, para esclarecimento de dúvidas.
Para quê: Dar exemplos de uma tarefa em apoio às operações de CCRC do batalhão.
O quê: “Realizamos tarefas em apoio das operações de CCRC do batalhão. Um exemplo foi quando *Albin Kurti* foi preso no tribunal de *Gjilan*.”

Houve uma grande manifestação e o batalhão foi mobilizado para o local. O DOE esteve em cima de um edifício com atiradores snipers prontos para atuar se houvesse necessidade. Eramos também um elemento de observação uma vez que informávamos o comandante de qualquer alteração ou comportamento que indiciasse o início de um confronto, para que o comandante tomasse uma decisão mais adequada”.

NC 2

Quem: Major

Quando: 151700ABR21

Onde: Chamada telefónica.

Para quê: Exemplo de uma operação realizada no âmbito da tarefa de proteção a altas entidades.

O quê: “As Operações Especiais devem ser empregues na proteção e segurança de altas entidades, para identificar a alta entidade do deslocamento e avaliar se vale a pena empregar as FOEsp. Um oficial general que normalmente esta presente na transferência de autoridade entre dois batalhões recebe a proteção do DOE. Fiz 2 ou 3 escoltas ao oficial de finanças para ir ao banco”.

Documentação

“A PAE assume-se como outra tarefa de operações especiais pela importância da alta entidade e o nível de risco avaliado para a situação, podendo levar ao emprego de uma FOEsp na proteção próxima de uma personalidade nacional/aliada importante ou de uma personalidade importante da HN” (PDE 3-67-00 - Operações Especiais).

Uma das tarefas primárias realizadas no apoio às FND, é a proteção a altas entidades (Caravana, 2009).

Apoio em operações de controlo de tumultos (CCRC), através da monitorização, segurança próxima e segurança afastada (Narciso, 2018).

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE N – 2ª FASE: MODOS DE ATUAÇÃO

Quadro n.º 16 - 2ª Fase: Modos de atuação

Entrevista
Modos de atuação
Principal modo de atuação
<p>E6: “Aberta no desenrolar das operações normais em apoio ao batalhão, e coberta nas missões de recolha de informações, e apoio à força de manobra através da vigilância e apoio sniper”.</p>
<p>E7: “No âmbito das operações de reconhecimento, utilizávamos o modo coberto. Nas restantes missões e tarefas utilizávamos sempre aberto “.</p>
<p>E8: “O principal modo de atuação utilizado foi o aberto “.</p>
<p>E9: “Adotamos sempre o modo aberto, no entanto em missões de RE, abordávamos as operações de um modo coberto. Não tínhamos interesse em revelar que estávamos a vigiar e a recolher informação relativa a possíveis ameaças “.</p>
<p>E10: “O principal modo de atuação foi aberto, no entanto em algumas missões utilizei coberto. O coberto em ações de RE. Na ação direta utilizávamos aberto, porque o batalhão entendia que era arriscado e que o risco que corríamos em relação ao benefício era muito grande e não sei até que ponto estávamos salvaguardados a nível de legislação para fazer esse tipo de operações “.</p>
<p>E11: “Atuávamos segundo o modo aberto e coberto, sendo que éramos identificados como militares da KTM, sem qualquer afiliação com FOEsp “.</p>
<p>E1214: “A maior parte das vezes o modo de atuação aberto e outras vezes coberto. O discreto para passar por zonas onde queríamos verificar algumas informações sem que fossemos avistados (...) O resto, todo o apoio ao CCRC era tudo feito de forma aberta “.</p>
<p>E13: “Utilizamos o modo coberto, descrito no PDE 03-67.00 – Operações Especiais “.</p>
<p>E14: “Aberto, exceto as operações de RE e vigilância em que utilizávamos coberto”.</p>
<p>E15: “Utilizámos o modo aberto exceto durante as missões de reconhecimento. Nestas adotamos o modo coberto porque tínhamos a necessidade de não nos identificar como militares de operações especiais. Isto surgiu porque normalmente a população achava que as FOEsp tinham segundas intenções e colocavam-nos de parte “.</p>
<p>E16: “As nossas operações eram feitas de modo aberto, andávamos sempre identificados como militares da KFOR. No entanto, quando</p>

realizávamos missões de RE utilizávamos o modo coberto “.

E17: “O DOE assumia no decorrer das operações realizadas, o modo aberto e coberto. Importa referir que, de acordo com as ROE implementadas, o DOE nunca executou operações no TO Kosovo em modo discreto “.

Notas de Campo

NC 1

Quem: Major

Quando: 241000ABR21

Onde: Chamada via Zoom.

Para quê: Esclarecer dúvidas relativas ao modo de atuação utilizada pelos DOE.

O quê: “O modo de atuação, era praticamente sempre o aberto, no entanto as vezes utilizávamos o coberto para que a população não soubesse que eramos militares de forças especiais. Os principais fatores que alteravam o modo de atuação, era a missão e a tipologia de ameaça que existia”.

Documentação

No modo aberto, não é adotada nenhuma medida para dissimular a FOEsp ou a operação que foi realizada (EME, 2007).

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE O – 2ª FASE: APOIOS

Quadro n.º 17 - 2ª Fase: Apoios

Entrevista	
Apoios	
Tipos de Meios Disponibilizados	Colaboração com Forças Estrangeiras
<p>E6: “O apoio era disponibilizado pelo DOE e através do batalhão, no entanto o único apoio que necessitou foi o relacionado com meios aéreos para as tarefas de inserção e extração, assim como de meios ISR para complementar as tarefas de vigilância”.</p> <p>E7: “Os meios eram disponibilizados ao DOE, na maioria das missões era suficiente. Em algumas situações recorremos aos meios das forças nacionais destacadas, nomeadamente o batalhão português “.</p> <p>E8: “Em termos de armamento e comunicações eram as suficientes, embora não fossem as que estivéssemos habituados a utilizar em Lamego “.</p> <p>E9: “Os meios que nos foram atribuídos por Lamego (CTOE) e através do batalhão português foram suficientes “.</p> <p>E10: “Para as missões que executei, os equipamentos eram suficientes. Como não fui o primeiro a ir para o Kosovo herdei o equipamento que já estava no TO (...) O material mais específico era dado pelo CTOE, o restante era fornecido pelo batalhão através da ACOE “.</p> <p>E11: “Pelo facto de estarmos dependentes do 1º BIPara/TACRES/KFOR, e por haver mais forças no Batalhão com tarefas a desempenhar, torna mais complicado satisfazer as necessidades a todos, no entanto os meios que foram dados por Lamego e pelo batalhão foram os suficientes “.</p> <p>E12: “O equipamento que tínhamos era suficiente para cumprir a missão e não houve nada que nos surpreendesse. (...) O material era orgânico, ou seja, passava de DOE em DOE e pertencia ao CTOE “.</p>	<p>E6: “Não realizamos nenhuma missão em colaboração com forças estrangeiras”.</p> <p>E7: “Não realizamos nenhum exercício, com FOEsp de outros países “.</p> <p>E8: “Fizemos uma demonstração de equipamento, demonstração de capacidades, uma apresentação do que podias e estávamos dispostos a fazer, no entanto e devido ao elevado número de manifestações que decorreram, todas as operações de captura de armamento ou indivíduos ficaram para segundo plano e não realizávamos nenhuma missão em colaboração com FOEsp estrangeiras “.</p> <p>E9: “O conflito era tenso e, portanto, não havia oportunidade para realizar exercícios com forças de outros países “.</p> <p>E10: “Nunca realizávamos missões conjuntas com FOEsp estrangeiras porque não existiam FOEsp declaradas pelos países que estavam no TO. Sempre que havia operações o comandante tinha a responsabilidade de ver quem eram os militares de operações especiais dos outros países e nunca tive contacto com nenhum outro elemento “.</p> <p>E11: “Não tivemos contacto com FOEsp de outros Países (...) os exercícios que realizámos era neste âmbito (KTM), exercícios de CCRC com forças congéneres “.</p> <p>E12: “Durante a nossa missão, não realizamos nenhuma operação conjunta com FOEsp de outros países “.</p>

<p>E13: “Os meios atribuídos ao DOE eram suficientes para a realização das missões atribuídos “.</p> <p>E14: “Embora fossemos apenas seis elementos, tínhamos um equipamento muito mais diversificado do que as companhias do batalhão (...) dentro das limitações foi suficiente porque conseguimos fazer todas as tarefas e missões atribuídas”.</p> <p>E16: “Nós como elemento de operações especiais tínhamos uma dotação que passava de DOE em DOE “.</p> <p>E17: “Sempre foram disponibilizados os meios necessários para o cumprimento das missões do DOE (...) o apoio administrativo-logístico era assegurado pelo Batalhão (KTM), através da sua CCS (ALFA COE)”.</p>	<p>E13: “Não realizamos treinos ou exercícios em parceria com FOEsp de outros países “.</p> <p>E16: “Nós não realizamos exercícios com outras forças porque chegamos numa altura em que o conflito estava quente. Normalmente este tipo de atividades, são realizadas quando o conflito está mais calmo “.</p> <p>E17: “Não realizámos exercícios com FOEsp estrangeiras, no entanto realizámos missões/exercícios com forças convencionais de outros países que pertenciam à KFOR “.</p>
Notas de Campo	
<p>NC 1 Quem: Major Quando: 151700ABR21 Onde: Chamada telefónica. Para quê: Esclarecer a informação que foi recolhida na entrevista referente aos meios utilizados na missão. O quê: “O material era disponibilizado pelo batalhão e por Lamego. Meios de vigilância, binóculos, coletes balísticos eram dados por Lamego. Como tínhamos algumas tarefas de proteção a altas entidades usávamos uns coletes balísticos mais aligeirados”.</p> <p>NC 2 Quem: Sargento-Ajudante Quando: 191800ABR21 Onde: Após entrevista via Zoom. Para quê: Definir o contacto estabelecido entre DOE portugueses e estrangeiros. O quê: “Não tivemos contacto com FOEsp de outros Países, assim como nas outras missões elencadas atrás, trabalhávamos para o 1º BIPara/TACRES/KFOR”.</p>	

Documentação

“Os diferentes meios que as FOEsp possuem estão, de uma forma geral, em sintonia com as diferentes capacidades exigidas às forças, permitindo satisfazer os requisitos da doutrina de OE, da OTAN, UE e Nacional. As FOEsp possuem capacidades e meios que as designam como aptas a executar, planejar, dirigir e controlar OE, no cumprimento das suas missões” (Santos, 2016, pp. 35-36).

Fonte: Elaboração própria